

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE SEGURANÇA CIDADÃ
MESTRADO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA CIDADÃ

PAOLA PILAR LARA BRUN

A REPRESENTAÇÃO DA SEGURANÇA CIDADÃ NOS GRUPOS COMUNITÁRIOS DE
WHATSAPP DA BRIGADA MILITAR

Porto Alegre

2021

PAOLA PILAR LARA BRUN

A REPRESENTAÇÃO DA SEGURANÇA CIDADÃ NOS GRUPOS COMUNITÁRIOS DE
WHATSAPP DA BRIGADA MILITAR

Dissertação de mestrado profissional apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Segurança Cidadã.

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Lara Brun, Paola Pilar
A REPRESENTAÇÃO DA SEGURANÇA CIDADÃ NOS GRUPOS
COMUNITÁRIOS DE WHATSAPP DA BRIGADA MILITAR / Paola
Pilar Lara Brun. -- 2021.
128 f.
Orientador: José Vicente Tavares dos Santos.

Dissertação (Mestrado Profissional) -- Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Segurança Cidadã, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Segurança Cidadã. 2. WhatsApp. 3. Brigada
Militar. 4. Policiamento Comunitário. 5. Representação
Social. I. Tavares dos Santos, José Vicente, orient.
II. Título.

PAOLA PILAR LARA BRUN

A REPRESENTAÇÃO DA SEGURANÇA CIDADÃ NOS GRUPOS COMUNITÁRIOS DE
WHATSAPP DA BRIGADA MILITAR

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Segurança Cidadã e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos,
UFRGS
Doutor pela (Université de Paris X-Nanterre, 1987)

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a. Melissa de Mattos Pimenta, USP

Doutora pela (Universidade de São Paulo – São Paulo, Brasil);

Prof. Dr. Alex Niche Teixeira, UFRGS

Doutor pela (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Brasil);

Prof.^a Dr.^a Rochele Fellini Fachinetto, UFRGS

Doutora pela (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Brasil).

Coordenadora do PPGSeg:

Prof.^aDr.^a Fernanda Bestetti de Vasconcellos

Porto Alegre, 29 de março de 2021.

Dedico ao meu bom Deus. Dedico ao meu saudoso amigo Marlon, o qual estive ao meu lado quando precisei enfrentar ‘leões’ para estar em cada aula. Pois o sangue te faz parente, mas a lealdade te torna uma família. E por fim, mas não menos importante, o homem que me deu a vida e que me deixou três dias antes de eu defender esta dissertação, e que me ensinou o valor da educação e do conhecimento. Minha humilde retribuição, pai. Para você e por você.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus. Agradeço ao meu orientador que além de grandioso e renomado sociólogo, orientou-me com toda humildade, transmitindo aquilo que os professores têm de mais belo, a virtude de despertar no aluno admiração, a esperança e a capacidade de nos fazer acreditar que somos capazes.

Agradeço também a todos os professores do PPG Segurança Cidadã e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual me recebeu e acolheu muito bem, mediante uma seleção justa e transparente.

Agradeço à colega Liciane, a qual me manteve motivada após o término das aulas presenciais. Agradeço também aos meus colegas que participaram da minha pesquisa, sem a contribuição de cada um, esta pesquisa não existiria. À lealdade da família brigadiana. Não vou deixar de agradecer as cinco pessoas que tive que enfrentar para poder estudar este mestrado, pois lembrando de tudo que passei que busquei forças para não desistir.

Gratidão.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado profissional teve como objeto o estudo da interação da Brigada Militar em grupos de segurança formados no aplicativo *WhatsApp* com a participação da comunidade civil. Através da teoria da Representação Social de Maria Stella Grossi Porto, buscou-se compreender Segurança Cidadã pelo senso comum presente nas interações. Diante do ineditismo deste campo virtual de pesquisa, e a fim de melhor respaldar os resultados, outros meios de pesquisas foram adotados para confirmar os pensamentos e opiniões coletadas: como grupos focais e entrevistas. Assim, diante da inexistência de regulamentação e padronização desta forma de interação pela Instituição, os resultados serviram para ofertar ao final, um modelo de instrução normativa e uma sugestão para orientar o pré-estabelecimento dos grupos, a fim de facilitar a comunicação entre polícia e comunidade. Dessa forma, padronizar e contribuir para uma construção e implementação de uma polícia humanizada no âmbito da filosofia do Policiamento Comunitário.

Palavras-chaves: Brigada Militar; Segurança Cidadã; *WhatsApp*.

RESÚMEN

Esta tesis de maestría profesional tuvo como objetivo estudiar la interacción de la Brigada Militar en los grupos de seguridad formados en la aplicación *WhatsApp* con la participación de la comunidad civil. A través de la teoría de la Representación Social de María Stella Grossi Porto, buscamos entender la Seguridad Ciudadana a través del sentido común presente en las interacciones. Ante el carácter inédito de este campo virtual de investigación, y con el fin de sustentar mejor los resultados, se adoptaron otros medios de investigación para confirmar los pensamientos y opiniones recogidos: como grupos focales y entrevistas. Así, ante la inexistencia de regulación y estandarización de esta forma de interacción por parte de la Institución, los resultados sirvieron para ofrecer al final, un modelo de instrucción normativa y una sugerencia para orientar el preestablecimiento de los grupos, con el fin de facilitar la comunicación entre policía y comunidad. De esta manera, estandarizar y contribuir a la construcción e implementación de una policía humanizada en el ámbito de la filosofía de Policía Comunitaria.

Palabras-clave: Brigada Militar; Seguridad ciudadana; *WhatsApp*.

.LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

<u>Figura 1 – Nuvem de palavras positivas sobre o aplicativo</u>	77
<u>Figura 2 - Nuvem de palavras negativas sobre o aplicativo</u>	77
<u>Figura 3 – Nuvem de respostas da pergunta nº 19</u>	78
<u>Figura 4 – Nuvem de palavras negativas</u>	79
<u>Figura 5 – Prints dos grupos</u>	81

GRÁFICOS

<u>Gráfico 1 – Como você avalia o aplicativo?</u>	59
<u>Gráfico 2 - Você já atendeu ocorrências com o aplicativo do <i>WhatsApp</i>?</u>	61
<u>Gráfico 3 – Sexo dos participantes do formulário</u>	64
<u>Gráfico 4 - Grau de escolaridade dos participantes do formulário</u>	65
<u>Gráfico 5 – Ano em que os participantes do formulário ingressaram na polícia</u>	66
<u>Gráfico 6 – Motivações que levaram os participantes do formulário a entrarem na polícia</u>	67
<u>Gráfico 7 – O que orienta os participantes em seu trabalho diário</u>	68
<u>Gráfico 8 – Opção dos participantes a respeito do trabalho da polícia militar</u>	69
<u>Gráfico 9 - Opção dos participantes sobre o que a sociedade espera do policial</u>	69
<u>Gráfico 10- Percepção dos participantes do formulário sobre a polícia</u>	70
<u>Gráfico 11- Como a sociedade vê a polícia na avaliação dos participantes</u>	71
<u>Gráfico 12 – O que difere um policial de outro cidadão não policial</u>	71
<u>Gráfico 13 – Significado do exercício como policial para o participante</u>	72
<u>Gráfico 14 - Maiores dificuldades para o trabalho policial</u>	
<u>Gráfico 15 – Principais alternativas que caracterizam o trabalho policial</u>	74
<u>Gráfico 16 – Cargo ocupado na polícia pelos participantes</u>	75
<u>Gráfico 17 – Você é a favor da utilização dos grupos comunitários de segurança, via <i>Whatsapp</i> para a Brigada Militar?</u>	75

LISTA DE QUADROS

<u>Quadro 1 -Participantes civis dos grupos de <i>WhatsApp</i>, 2019</u>	51
<u>Quadro 2 - Modelo Ata pré-reunião</u>	90

LISTA DE SIGLAS

BM	Brigada Militar;
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
CBFPM	Curso Básico de Formação Policial Militar;
CF	Constituição Federal;
DH	Direitos Humanos;
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos;
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania.
HC	Habeas Corpus;
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
MCN	Matriz Curricular Nacional;
MP	Ministério Público
NI	Instrução Normativa;
ONU	Organização das Nações Unidas;
PC	Polícia Civil;
PM	Polícia Militar;
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal;
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro;
SC	Segurança Cidadã;
SD	Sociologia Digital;
STF	Supremo Tribunal Federal;
STJ	Superior Tribunal de Justiça;
TRS	Teoria das Representações Sociais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
USP	Universidade de São Paulo;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	MESTRADO PROFISSIONAL: POLICIAL-PESQUISADOR	15
1.2	O CIBERESPAÇO DE PESQUISA SOCIAL OU RELAÇÕES DIGITAIS MEDIADAS	18
2	A FIGURA JURÍDICA DO <i>WHATSAPP</i>	22
2.1	O APLICATIVO <i>WHATSAPP</i>	24
2.2	O <i>WHATSAPP</i> ACCOUNTABILITY: CANAL DE TRANSPARÊNCIA	26
3	CONCEITOS	28
3.1	SEGURANÇA CIDADÃ	28
3.2	O APLICATIVO E A SENSACÃO DE INSEGURANÇA	32
3.3	POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO	35
3.3.1	O <i>WhatsApp</i> no Policiamento Comunitário	41
3.4	A EDUCAÇÃO POLICIAL: CURSOS DE FORMAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DA CULTURA POLICIAL	42
3.5	A SOCIALIZAÇÃO E A IDENTIFICAÇÃO DO POLICIAL MILITAR COMO PRECEDENTES DAS REPRESENTAÇÕES	46
3.6	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO TEORIA DE PESQUISA	49
4	AS REPRESENTAÇÕES DE SEGURANÇA CIDADÃ	51
4.1	A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE CIVIL	51
4.2	A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO POLICIAL	57
4.2.1	Formulário on-line aplicado aos policiais	62
4.3	ANÁLISE DO GRUPO DE SEGURANÇA	80
4.3.1	Análise dos Grupos	81
5	A INSTRUÇÃO NORMATIVA REGULAMENTADORA	88
5.1	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.38: USO DE REDES SOCIAIS NA BM	88
5.2	RESULTADOS, CONTRIBUIÇÕES E DIRECIONAMENTOS	90
	CONCLUSÃO	95
	REFERÊNCIAS	98
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO AO GRUPO FOCAL DA COMUNIDADE CIVIL	101
	APÊNDICE B – FORMULÁRIO ON-LINE GOOGLE	102
	ANEXO A - INSTRUÇÃO NORMATIVA 1.38	103

1 INTRODUÇÃO

A relevância de estudos que envolvam as novas formas de comunicação está no significativo desenvolvimento que as tecnologias atingiram na sociedade moderna. Isso implica em novas formas de socialização e comunicação que hoje também estão em uso nas instituições policiais do país. Nas ciências jurídicas, quando os fenômenos sociais culminam em mutações legislativas, tornam-se momentos altos, pois é quando a lei se curva às demandas da coletividade.

A crise das polícias, saliente em todo o mundo (TAVARES, 2011), gerou o dilema sobre qual seria o papel da segurança na consolidação da democracia em um Estado Democrático de Direito, principalmente no atual contexto político desde a última eleição presidencial de 2018. Neste ponto, evidencia-se a emergência de estudos da temática da Segurança Cidadã -SC como uma via à construção de um modelo de policiamento democrático e humanizado que deva ser incentivado.

A figura jurídica do *WhatsApp* ainda está em definição pelo Supremo Tribunal Federal-STF, para ter conceituado os direitos de seus dados e sua classificação: elementos necessários para justificar o acesso ao objeto desta pesquisa, bem como de se ter definido seus limites de acesso pelo Estado nas atividades policiais ostensivas e administrativas. O canal de interação por grupos de aplicativo, é compreendido na filosofia de Policiamento Comunitário da Brigada Militar - BM, institucionalizada desde os anos 2000 no policiamento gaúcho. Ela não está regulamentada na Nota de Instrução - NI 1.38 de 01 de novembro de 2018 (uso de redes sociais), ficando assim à faculdade dos comandantes de Batalhões, utilizarem-se ou não, destes novos meios de comunicação devendo cumprir requisitos específicos de registro e uso, quando optar por alguma das redes sociais regulamentadas.

Esta dissertação de Mestrado Profissional, analisou as interações da Brigada Militar com a comunidade local em grupos de *WhatsApp*, com o fim de identificar as representações sociais de seus participantes sobre a temática da Segurança Cidadã. O objetivo foi observar esta nova forma de interação e contribuir na padronização e institucionalização desta tecnologia, como mecanismo que incentive um modelo de policiamento mais próximo da comunidade. A ideia inicial foi ingressar em dois grupos de diferentes administrações: um administrado pela BM e outro pela comunidade para uma observação não participante. No entanto, dois fatores prejudicaram esta ideia: o tramite para a aprovação da pesquisa junto ao Instituto de Pesquisa da Brigada Militar através de Processo Administrativo Eletrônico; e a mudança de comando nas duas unidades solicitadas para pesquisa, pois devido à troca de

comando, o atual comandante suspendeu a utilização dos grupos (isto por que o uso do aplicativo, até então, não era regulamentado e nem obrigatório). Por isso não foi possível coletar as informações dos grupos criados pela BM, ficando somente com os registros de dois grupos administrados pela comunidade local em que a BM ingressou.

Foi possível analisar os diálogos e interações neste novo meio de policiamento comunitário, pois o aplicativo permite mapear diálogos pelos seus registros, de maneira que possibilitou desenvolver pontos específicos que serão oferecidos à Instituição em forma de medidas que orientem o preestabelecimento dos grupos e o desenvolvimento de sugestões de complementação da referida Instrução Normativa – NI, de forma a manter a atualização de suas regulamentações internas em conformidade com as demandas sociais.

A teoria utilizada foi a Representação Social – RS de Maria Stela Grossi Porto, que consiste em analisar o senso comum nos diálogos registrados nos grupos. Esta teoria, originária da psicologia social de Serge Moscovici na década de sessenta, busca compreender como o conhecimento científico foge de suas fronteiras saindo do campo institucional para permear o senso comum e assim, orientando o conhecimento prático. Diante do ineditismo deste ‘campo virtual’ de pesquisa e a fim de confirmar os resultados, foram utilizados outros métodos tradicionais de coleta de dados: como grupos focais e formulário quali-quantitativo. A coleta de parte dos dados foi possível com apoio do formulário *on-line* do Google, que deu conta do histórico de conversas dos grupos de segurança em que a Brigada Militar se fez presente.

Foi realizada, inicialmente, uma etnografia digital por mais de seis meses em dois grupos de interação de dois Batalhões: um administrado pela BM e outro grupo administrado pela comunidade. Buscou-se a compreensão de Segurança pela comunidade civil a partir dos termos utilizados em seus discursos, complementado com a realização de um grupo focal com participantes civis. Quanto aos policiais, foram realizados dois métodos: 1- um grupo de *WhatsApp* com perguntas abertas, e 2- um formulário *on-line*. Devido às dificuldades enfrentadas com a própria tecnologia (armazenamento no *smartphone*), e diante da percepção de respostas mais retraídas dos policiais no grupo de perguntas (pois as respostas eram abertas aos demais colegas do grupo), foi desenvolvido um formulário na plataforma do Google, e assim foi visível uma maior liberdade nas respostas e nos termos utilizados dos policiais, haja vista a possibilidade de respostas individuais e sigilosas. Assim, optou-se por manter somente a análise dos discursos de um dos grupos da comunidade, as respostas do grupo focal das participantes e as respostas dos policiais no formulário Google.

Uma vez que o objetivo é a compreensão da Segurança Cidadã no senso comum dos atores em questão, foi necessário compreender o grupo social em que os policiais estão inseridos, o que está intimamente ligada ao que se entende sobre a educação profissional destes agentes, que no caso dos policiais se inicia na academia. A sua identidade profissional e sua compreensão do *eu* e do *outro* são desenvolvidos desde o curso de formação até a experiência prática. Compreender como o policial se identifica com a Instituição e como ele é preparado para assistir à sociedade, é requisito obrigatório para o êxito de uma política pública de segurança cidadã, pois segundo Grossi, as ações humanas são o reflexo de um conhecimento técnico-científico pré-estabelecido e adquirido de alguma fonte anterior.

A pesquisa está amparada por dois estudos sobre a socialização e a identificação de policiais militares: o primeiro é de Fernanda Valli Nummer¹ (2000) e o segundo de Daniele de Sousa Alcântara² (2011 e 2015). Os resultados dessas pesquisas foram necessários para contextualizar os resultados obtidos, pois o modo como um grupo organiza o conhecimento recebido, reflete em suas crenças, valores, e condutas, criando-se uma cultura própria. Enquanto Nummer pesquisa o curso de formação dos soldados na BM em 2000, Alcântara pesquisa a PMDF (praças e oficiais) em 2011 e 2015, dessa forma é possível relacionar como há aspectos muito comuns quando se compara tempo e espaço entre a cultura policial.

Indicar o uso desta tecnologia na relação polícia-sociedade, apontar dificuldades e aperfeiçoar as contribuições, bem como regulamentar o seu uso, são os resultados ofertados no quarto capítulo. O abismo, preconceitos e estereótipos existentes na conexão destes atores sociais, herdados da ditadura, tendem a ser diminuídos com políticas públicas que incentivem a participação popular, orientada pela sua responsabilidade constitucional com a segurança para operar de forma conjunta com a polícia na construção de uma segurança cidadã.

1.1 MESTRADO PROFISSIONAL: POLICIAL-PESQUISADOR

A urgência na avaliação do uso do aplicativo na Brigada Militar- BM objetiva qualificar esta relação comunitária emergente. A BM foi uma das pioneiras³ a permitir a aproximação comunitária no planejamento da segurança de seus bairros pelo aplicativo de

¹Doutora em Sociologia.

²Oficial e pesquisadora da PMDF.

³ GAUCHA ZH. Brigada Militar da Serra passa a receber denúncias por meio do aplicativo WhatsApp. **Gaúcha ZH**. Porto Alegre, 21 de julho de 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2014/07/brigada-militar-da-serra-passa-a-receber-denuncias-por-meio-do-aplicativo-whatsapp-4556786.html>. Acessado em 01 de janeiro de 2021.

mensagens a partir de 2014 no policiamento ostensivo da serra gaúcha, enquanto os demais órgãos se restringiam em utilizá-lo como meio de acesso às suas corregedorias: um facilitador de denúncias e controle do efetivo. O impacto do uso deste aplicativo na corporação variavam entre muito positivas ou muito negativas, quanto às suas experiências, sendo as negativa spredominantes nos discursos.

Esta dissertação consiste em uma pesquisa realizada por uma agente da área de segurança, a qual buscou delinear um novo perfil profissional capaz de aplicar e transmitir os conhecimentos técnico-científicos adquiridos nas políticas e ações de segurança pública. O que se pretende é ampliar o universo de profissionais qualificados, seja entre os quadros das próprias corporações, seja entre os diversos atores que hoje atuam profissionalmente na área⁴ contribuindo para um saber teórico-metodológico.

A proposta permanente de atualização de questões de segurança pública aos meios de comunicação e interação comunitária tal como a incorporação do aplicativo *WhatsApp* ao policiamento ostensivo torna-se campo fértil de análise, indo ao encontro da proposta de um mestrado profissional .

Os grupos de *WhatsApp* podem ser vistos, no primeiro momento, como uma extensão do campo de policiamento, um novo ambiente de prática profissional que exige também uma nova forma de policiar como o posicionamento controlado pela escrita e pelo tempo de resposta. Também, um microcenário que reflete a sociedade, seus comportamentos e crenças. Trata-se de inovação tecnológica a que se rendeu a Administração Pública, permitindo uma maior transparência de decisões diretas à comunidade civil que, por advir justamente de um órgão militar com antecedentes traumáticos à democracia, surpreende positivamente com esta iniciativa. Uma vez que ainda não está regulamentada, portanto ganhando forma livre conforme a sua utilização diária.

A simples implementação do canal direto da comunidade com sua polícia local, sem qualquer preparação ou critérios para tal, tende a resultar em experiências negativas de utilização por ambas as partes que se conectam. Parte disso se deve às representações sociais e simbólicas de violência que ambos os envolvidos trazem para esta relação atualmente e ratificadas nos resultados.

O impacto social causado, principalmente pela violência policial, e o destaque dado a esta pela mídiapode incentivar o descrédito nas ações de seus agentes, e a sensação de

⁴MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BR). Portaria nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES. Diário Oficial União. 29 dez 2009;Seção 1, pág. 20 e 21.

insegurança também enseja uma maior demanda por parte da sociedade civil. Destarte, um estudo aprofundado deste canal é urgente para o fortalecimento da filosofia do Policiamento Comunitário de maneira que este siga acompanhando as tecnologias a bem da comunidade.

A celeridade da informação e do uso do aplicativo em massa, assim como a completa exclusão de interlocutores⁵ desta relação, desviou o objetivo de simples interação e estreitamento de laços, para se tornar mais um canal de despacho de ocorrências. Isto devido à alta demanda recebida pela Polícia Militar - PM (entre os órgãos de emergência) na resolução de conflitos. Portanto, sobrecarregando os policiais e frustrando a comunidade que nem sempre tem sua ocorrência atendida dentro das suas expectativas de tempo e forma técnica.

Embora não seja o ideal ter como objetivo dos grupos o recebimento de denúncias, ainda que tenha sido o aplicativo assim implantado no policiamento comunitário, estas interações já resultaram em prisões em flagrantes acompanhadas pelos participantes, os quais orientaram a polícia até o êxito na ação. Esta aproximação da sociedade civil com a sua polícia local rende troca de informações diárias, extremamente úteis e desconhecidas do grande público, diminuindo abismos de informações de senso comum por ambos os atores.

Meras respostas ao despacho de ocorrências ou divulgação das ações positivas (blitz e prisões) tornaram-se também uma forma de prestação de contas às demandas recebidas no ambiente virtual. Assim, trata-se de experiência inovadora que aproxima policiais e cidadãos ativos e interessados no planejamento conjunto da segurança local. Pois seria uma rede de conexão virtual de incentivo ao exercício da cidadania.

Este mestrado assume uma estratégia de produção de conhecimento sobre segurança que valoriza os saberes e práticas profissionais em diálogo com os acervos técnico-científicos e metodológicos disponíveis, inclusive na sua forma mais recente como a etnografia digital, de modo a incentivar a: “experiência na promoção de ações formativas que contemplem a diversidade das instituições de segurança pública e a própria diversidade intra-institucional (agentes e delegados; praças e oficiais, por exemplo)” (CAPES, 2010).

Para Lígia Madeira e José Vicente Tavares dos Santos, o objetivo da capacitação de servidores públicos e agentes sociais desenvolvidos pela Universidade é a construção de modos de compreender os fenômenos sociais da microfísica da violência e os processos de conflitualidades. E, sobretudo, estabelecer uma visão crítica quanto aos tradicionais

⁵Isto por que na chamada normal ao número 190, a vítima liga para a uma central que posterior despacha para a mesa do atendente responsável pelo gerenciamento das ocorrências de determinada área e então este despachará para a viatura na rua. Logo, com o aplicativo ligar-se-ia a vítima direto com o responsável pela ocorrência.

mecanismos de controle social que busque uma governança fundada na sociedade civil e na construção social da cidadania.

Busca-se contribuir para um policiamento de proximidade, de confiança e respeito mútuo entre polícia e comunidade. A partir da análise deste espaço virtual, que aproxima polícia e cidadão ativo, pretende-se compreender e apontar novos horizontes a guiarem as políticas públicas de segurança que tenham origem na participação social.

1.2 O CIBERESPAÇO DE PESQUISA SOCIAL OU RELAÇÕES DIGITAIS MEDIADAS

O *WhatsApp* é um aplicativo de mensagens instantâneas, criado em 2009, que surgiu como uma alternativa ao sistema SMS⁶ de mensagens de celulares. Desde 2014, o aplicativo pertence à empresa Facebook, mas continua independente com mais de dois bilhões de usuários em mais de 180 países do mundo todo⁷. Sua missão é desejar que as pessoas possam ter direito a uma comunicação sem barreiras em qualquer lugar do mundo, como dita seu sítio. O desenvolvimento e a predileção pelo seu uso, parece ter ido além do seu objetivo, atingindo inclusive o status de fonte de informação no Brasil conforme pesquisado Data Senado⁸ de 2019.

Justificando este espaço como campo de estudos na Sociologia, surgiu a denominação da Sociologia Digital - SD em 2009 em uma sala de aula: o termo Sociologia Digital apareceu pela primeira vez na literatura acadêmica de língua inglesa, em 2009, no artigo *Digital Sociology: Emergent Technologies in the Field and the Classroom* (Sociologia Digital: tecnologias emergentes no campo e na sala de aula) do então professor do Smith College, Prof. Jonathan Wynn, tendo como inspiração a obra *Telling About Society*, de Howard Becker.

⁶Serviço de mensagens curtas (em inglês: *Short Message Service*, SMS) é um serviço disponível em telefones celulares (telemóveis) digitais que permite o envio de mensagens curtas (até 160 caracteres) entre estes equipamentos e entre outros dispositivos de mão (handhelds). Wikipédia. 2020.

⁷WHATSAPP. Sobre o *Whatsapp*. Disponível em: <https://www.whatsapp.com/about/>

⁸TORRES, Lívia. Pesquisa aponta que *WhatsApp* é a principal fonte de informação de 79% dos entrevistados. **Senado Federal**.

Suas preocupações estavam relacionadas a aspectos metodológicos da pesquisa, tais como uso de gravadores e máquinas fotográficas digitais, e às mudanças em sala de aula através de apresentações audiovisuais. Ele descreve o que seria o próximo estágio da Sociologia e que - deveríamos treinar os estudantes para serem reflexivos em relação à tecnologia - (WYNN, 2009) Desde então, têm surgido publicações buscando delinear o campo da dita Sociologia Digital.

Os meios de coleta de dados eram o foco da preocupação da metodologia prevista na SD, mas a utilidade das mídias também se tornou campo e objeto de estudo. A era de excesso de informação e o constante novo, frente ao sociólogo que aparece relutante à Sociologia Digital, é mais que conceitualizar o uso, mas de estudar os impactos das tecnologias digitais nos seus fundamentos epistemológicos e metodológicos.

A Sociologia Digital não trata apenas de sociólogos pesquisando e teorizando sobre como outras pessoas usam tecnologias digitais ou concentrando-se nos dados digitais produzidos através deste uso. A Sociologia Digital tem implicações muito mais amplas do que simplesmente estudar as tecnologias digitais, levantando questões sobre a prática da Sociologia e a pesquisa social. Ela também inclui pesquisas sobre como os próprios sociólogos estão usando as mídias digitais sociais e outros, como parte do seu trabalho (LUPTON, 2015)

Leonardo Fernandes Nascimento⁹, destaca no seu artigo - A Sociologia Digital um Desafio para o Século XXI – que existe uma emergência dos sociólogos atualizarem suas fundamentações teóricas e metodológicas para lidar com estes novos fenômenos, inimagináveis há poucas décadas. Principalmente, porque a novidade e os impactos sociais desses fenômenos têm uma resistência epistemológica em caber dentro de modelos e escolas de pensamento da velha sociologia.

Como pensarmos o fenômeno da vigilância digital em escala global, das *clickfarms*, a construção da identidade via redes digitais, a privacidade on-line, a massiva produção de dados digitais e tantos outros assuntos através de teorias cujo horizonte histórico desconhecia tais fenômenos (NASCIMENTO, 2016). Na opinião do autor, há o receio dos sociólogos que tratam da Sociologia Digital acerca da possível ruptura entre aqueles que dominam as tecnologias e os que restarão inabilitados por falta de aptidão para lidar com o novo.

⁹Doutor em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), colaborador no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA (PPGCS/UFBA) e desenvolve pesquisas sobre Sociologia Digital, “Big Data Social Science” e análise de mídia

Trazendo o debate para o contexto brasileiro, estar-se-ia diante do seguinte cenário: boa parte dos pesquisadores em sociologia não dá a devida atenção ao grande volume de dados disponibilizados por agências como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelos meios de comunicação através de matérias digitais e em relação aos dados que começam a ser produzidos pelos portais da transparência com informações sobre o Governos Federal, estadual e municipal (NASCIMENTO, 2016.).

O autor finaliza com a sua preocupação para trabalhar os dados, de forma que sejam dignos de confiança, confirmação e amparo das metodologias tradicionais: trata-se de uma questão ainda em aberto, a de conciliar as análises automatizadas dos big data com os métodos tradicionais da Sociologia. Uma saída é a combinação de leitura e interpretação de matérias de jornal com o tratamento automatizado por meio de categorias construídas através da teoria fundamentada nos dados (STRAUSS, CORBIN, 2008). Ao trabalhar dessa forma, é possível “quantificar a qualidade” e traçar um panorama amplo dos dados. Uma das principais desvantagens deste procedimento é o tempo gasto no processo de codificação e a consequente necessidade de um corpo de codificadores muito bem treinados (NASCIMENTO, 2016).

As redes telemáticas configuram, mais que um meio de comunicação, um espaço de sociabilidade no interior do qual se desenvolvem culturas relativamente autônomas. Começando por um esboço da esfera onde se desenrolam os objetos de investigação social construído a partir dessa perspectiva analítica (JÚNIOR, 2000).

Estas redes telemáticas, todavia, engendram fenômenos que vão muito além da comunicação no sentido estrito do termo. Mais do que um meio de comunicação, elas oferecem suporte a um espaço simbólico que abriga um leque muito vasto de atividades de caráter societário, e que é palco das práticas e representações dos diferentes grupos que habitam (JÚNIOR, 2000).

Mas há pesquisadores que entendem que não se trata de um espaço à parte, mas de relações mediadas, uma nova forma de se relacionar socialmente. Até a década de 1990 com evento da internet associou-se esta relação como um novo espaço, o cyber espaço, mas há entendimentos que conceituam como apenas mais uma nova forma de se socializar.

Até mesmo as comunidades online eram descritas por sociólogos como Ray Oldenberg como versões contemporâneas das antigas praças, cafés e clubes. Instalou-se, assim, a oposição equivocada do real/virtual, a qual dissocia esferas ao invés de focar em seu caráter relacional e auto influenciador.

Dessa forma, pode-se definir o aplicativo como novo espaço de policiamento em que o policial faz uso exclusivo da fala/escrita com apoio vigiado da comunidade ou apenas o privilégio de um meio de solicitação de demandas sociais diretas de alguns poucos usuários.

Nesta dissertação o aplicativo foi meio de coleta de dados ao mesmo tempo em que foi campo de observação pela etnografia digital, mas acima de tudo, campo possível de registros de interações, um diário de estudos. Portanto, o primeiro capítulo compreenderá a figura jurídica do aplicativo nos Tribunais superiores a fim de justificar o campo de pesquisa e a legitimidade das autorizações solicitadas para a pesquisa. Ao passo que os principais conceitos serão apresentados: Segurança Cidadã e policiamento comunitário, assim como um breve contexto entre insegurança e o aplicativo. No terceiro capítulo um resumo do que já foi escrito sobre a educação policial: socialização e identificação do público analisado, praças da Brigada Militar e a apresentação da teoria da representação social. No quarto capítulo será apresentado os dados colhidos nas entrevistas de grupo, grupo focal e formulário on-line, sendo separados os aplicados à comunidade civil e aos policiais. E no quinto capítulo a oferta reformulada da Instrução Normativa sobre redes sociais na instituição.

2 A FIGURA JURÍDICA DO *WHATSAPP*

Pensando em como essa inovação tecnológica reflete sobremaneira na atuação policial, o Supremo Tribunal Federal- STF está procedendo ao julgamento do Habeas Corpus 168.052, o qual se encontra suspenso desde junho de 2019. Ele versa sobre a apreensão de celular de indivíduo suspeito por cometer o crime de tráfico de drogas. Versa o HC que durante a abordagem, os policiais tiveram acesso ao seu celular onde verificaram mensagens de venda de drogas, o que culminou na invasão de domicílio, apreensão de drogas, arma de fogo e munições. Em primeiro grau, foi o réu condenado por posse ilegal de arma de fogo e posse de drogas, mas o segundo grau deu provimento ao recurso do Ministério Público- MP, reclassificando a posse de drogas em tráfico, o que também foi confirmado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Verifica-se que é campo novo no direito, carecendo de limitações e barreiras legais, mas que vem aos poucos ganhando definições jurídicas. Até o momento, somente o Ministro Gilmar Mendes votou em abster o réu das acusações penais, haja vista ter sido as acusações fundadas em prova nula, culminando no favorecimento de sua soltura.

Ainda segundo Mendes, tão importante quanto a alteração do contexto jurídico é a “impactante” transformação das circunstâncias fáticas. “Houve um incrível desenvolvimento dos mecanismos de comunicação e armazenamento de dados pessoais em smartphones e telefones celulares na última década”, destacou. Ele lembrou que, a partir de telefones celulares, é possível, na atualidade, localizar e fazer o reconhecimento facial de suspeitos. “Esses avanços tecnológicos são importantes e devem ser utilizados para a segurança pública dos cidadãos e a elucidação de delitos. Contudo, deve-se ter cautela, limites e controles, para não transformar o Estado policial em um Estado espião e onipresente” (Site STF, 2019¹⁰)

Enquanto a última instância do judiciário não decide a figura jurídica do aplicativo *WhatsApp*, no STJ já há jurisprudências consolidadas. Para a Sexta Turma é clara a distinção entre o aplicativo e a interceptação telefônica, isto porque na interceptação o agente de polícia é mero observador e no espelhamento¹¹ do *WhatsApp Web*, o agente poderia interferir a qualquer momento na comunicação, inclusive fazendo uso de tecnologias de “apagar mensagens”, “para mim” ou “para todos”, sem que o interceptado desconfie de tal observação. Mediante o cuidado de não tornar o Estado onipresente, de forma a permitir que

¹⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Suspenso julgamento de HC que discute validade provas obtidas em conversas de Whatsapp sem autorização judicial. **Portal STF**. Brasília, 11 de junho de 2019. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=413786&ori=1>. Acessado em 13/12/2019.

¹¹ Sinônimo do uso da analogia à interceptação telefônica.

os atos dos agentes se escondam por trás da presunção de legitimidade (fé pública), a jurisprudência é clara em definir a presunção relativa destes atos que podem ser ilididos por prova de particular, podendo incorrer este também em prova diabólica¹² e confrontariam diretamente um Estado de direito.

Compreende-se que a figura jurídica do *WhatsApp* pelos Tribunais Superiores é de acesso restrito e sem possibilidade de espelhamento, pois os dados disponíveis às autoridades vão muito além do que é permitido pela autoridade judiciária. A defesa do direito à comunicação e à intimidade do agente é tutelada sobremaneira pela Magna Carta. Nos dizeres de reconhecimento da tecnologia pelo Ministro Edson Fachin:

O aplicativo *WhatsApp* possui mais de 1 (um) bilhão de usuários em todo mundo, sendo certo que o 'BRASIL é o segundo país com maior número de usuários atrás apenas da África do Sul. Segundo relatório divulgado pela entidade, 76% dos assinantes móveis no Brasil fazem uso regular do *WhatsApp*, que é o comunicador instantâneo mais popular no País'" (grifei).

Sem adentrar no mérito do uso do aplicativo para fins ilícitos, é preciso destacar a importância desse tipo de comunicação até mesmo para intimação de despachos ou decisões judiciais, conforme noticiado pelo sítio eletrônico.

O desenvolvimento das tecnologias e o acúmulo de informações pessoais que tornaram o celular em um arquivo pessoal portátil, faz com que conflitos de bens juridicamente tutelados sejam mais frequentes diante desta nova era e dessa nova organização de informações e comunicações sociais, os quais despertam na Sociologia novos ambientes de estudos e no direito a dificuldade de imposição de limites. Ainda, para os juristas é uma nova área de atuação policial que requer balizas para sua atuação não incorrer em abusos, tornando o Estado um ente onipresente e manipulador.

Efetuada está consideração jurídica, podemos constatar que o desenvolvimento das tecnologias e suas abrangências vêm desafiando suas formas de controle por todas as áreas de estudos. Enquanto o próprio judiciário busca conceituá-lo a fim de impor limitações, a polícia judiciária se utiliza da forma que lhe é possível para investigações, enquanto a polícia ostensiva o utiliza como meio de interação e de um novo modelo de policiamento ainda em desenvolvimento.

2.1 O APLICATIVO *WHATSAPP*

¹² Diz-se da prova impossível ou excessivamente difícil de ser produzida

A segurança pública sempre ocupou posição de destaque na preocupação do brasileiro, presente nas conversas de todas as classes é a predominante na mídia e no cotidiano social através da violência. O Policiamento passou a ser visto como uma das formas de atender às necessidades da sociedade moderna associando a segurança a um modelo de vigilância e ameaça de sanção como o único meio solucionador. O policiamento também é classificado como um controle social, quando a manutenção da ordem e potencial conflito, estejam iminentes. Mas o policial também sofre o controle social pela própria comunidade de variadas formas como com o uso das tecnologias à disposição do cidadão comum: redes sociais a simples *Smartphones* e câmeras de vigilância.

Em um país de uma democracia ‘adulta’ de trinta e dois anos e com suas polícias beirando os cento e noventa anos, ainda como forças auxiliares do exército, e com reorganização de bombeiros em 1969 após o golpe de 1964, Duarte (2016, p. 279), a segurança carece de uma política pública de Estado que enfrente o tema complexo e promova os direitos e garantias fundamentais ao mesmo tempo em que valorize o profissional Duarte (2016, p. 279). Entende-se aqui a valorização por lhe dar voz e vez para que estudos da área policial levem em consideração a própria satisfação do profissional.

O aplicativo de mensagem instantânea *WhatsApp*, tornou-se um fenômeno social no Brasil e no mundo desde sua criação em 2009, pois faz parte da tecnologia que se encontra instantaneamente disponível ao cidadão como mais um aliado à vigilância de todos. Dados do próprio aplicativo somam mais de 120 milhões de brasileiros conectados recebendo e encaminhando informações:

Segundo relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, o Brasil tem 120 milhões de usuários de internet, o quarto maior volume do mundo, atrás de Estados Unidos, Índia e China.
Em 2016, o Brasil foi considerado o segundo país que mais usa o *WhatsApp* no mundo, em um levantamento do *Mobile Eco system* Fórum. O primeiro lugar ficou com a África do Sul (JORNAL USP, 2018).

Mas nem sempre a dependência de tecnologias precisa ser vista como comportamento danoso, pois aliar-se aos meios que facilitem a vida do cidadão comum é não apenas necessário, mas urgente. Foi assim que esta tecnologia ingressou na corporação militar, e o policial, a partir de seu uso pessoal, passou a utilizá-lo como meio de suprir as tecnologias que lhes são disponibilizadas pelo estado a exemplo de opção para comunicação na falha dos próprios rádios comunicadores.

O conceito de poder em Foucault, em sua obra *a Microfísica do Poder* (1979, p. 170), faz-nos compreender como o poderé usado nas relações de um indivíduo sobre o outro em suas ações e efeitos. Pode-se inferir dos grupos de interação, um espaço microfísico onde poderes se manifestam pelas próprias pessoas que ali se agrupam. Dessa forma, relacionando o poder com as interações, observa-se as suas manifestações não apenas na forma representada nas instituições, biopoder, mas também o poder como um fenômeno de duas ações: quem se submete e/ou permite que outro exerça. O que claramente poderia ser percebido pelos registros dos grupos. E não mais um poder central, mas compreender o poder que existe nas demais relações da sociedade e em todas as suas interações:

Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento. Exemplificando: em vez de tentar saber onde e como o direito de punir se fundamenta na soberania tal como esta é apresentada pela teoria do direito monárquico ou do direito democrático, procurei examinar como a punição e o poder de punir materializavam-se em instituições locais, regionais e materiais, quer se trate do suplício ou do encarceramento, no âmbito ao mesmo tempo institucional, físico, regulamentar e violento dos aparelhos de punição. Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (Foucault, 1979, p.102)

Foucault diz que em toda relação há poder, e que uma sociedade é muito mais regulada por suas normas do que por sua lei. O indivíduo sente-se mais oprimido pela normatização da sociedade, ou seja, de como ela se comporta socialmente, do que pela opressão da lei escrita e regulada. As sociedades das normatizações orientam condutas. Por isso, o comportamento de um dos participantes quando se desvia dos demais (seja por ser mais ativo ou passivo) destaca-se no grande grupo. Haverá, portanto, os que não exprimem quaisquer opiniões à conduta da maioria, assim também os que se opõem aos fatos criando relações de poder entre os participantes. Assim, estar-se-ia diante de uma microfísica de poder das relações destes grupos de segurança que vão refletir no macro poder, ou seja, vão influenciar como os policiais vão julgar e resolver os conflitos destes grupos.

O que há de mais valioso nesta interação por aplicativo, é que todos os passos ficam registrados e disponíveis para estudos e análises da própria polícia, mas que até hoje não haviam sido explorados. Assim, possibilitou rastrear como se orientam determinado grupo social que busca sua segurança local. Neste momento é que se aplica a teoria das

Representações Sociais, por Maria Stela Grossi, como meio para decifrar os entendimentos e anseios dos participantes.

2.20 *WHATSAPP ACCOUNTABILITY*: CANAL DE TRANSPARÊNCIA

Foi pesquisado os termos “polícia” e “*WhatsApp*”, na plataforma Scielo, da qual resultou num único artigo científico de uma jornalista carioca: relata a pesquisadora que ao desenvolver um estágio na Polícia Militar do Rio de Janeiro - PMERJ, elabou para compreender o papel do aplicativo na interação entre a tropa subordinada na busca de transparência das ações do seu comando. Dessa forma, os subordinados utilizavam o aplicativo como meio de mobilização para que o órgão respondesse suas demandas internas sem incorrer em transgressões disciplinares.

A jornalista Aline Veroneze, então estagiária do setor de comunicação da Polícia Militar do Rio de Janeiro-PMERJ, em 2014-2015, pesquisou como o aplicativo tornou-se um aliado para a imposição de atores, historicamente, até então sem lugar de fala como a tropa em relação com seus superiores. Inicialmente, ela faz uma contextualização entre comunicação da era militar à redemocratização iniciada nos anos 80 no Brasil. Iniciando pela instituição do direito fundamental de liberdade de expressão e acesso à informação pela Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH em 1948.

Em 1977, a desigualdade dos fluxos comunicacionais foi o tema da comissão de estudos dos problemas da comunicação da Organização das Nações Unidas que reuniu 16 especialistas pelo ganhador do Prêmio Nobel Sèan MacBride. Veroneze contextualiza o Brasil como um grande contraste deste movimento, pois a segurança, até então sempre vista como uma política de governo e não de Estado, sofrera intensas mudanças políticas em governantes anteriores.

Sob a Era Vargas e a ditadura militar, o país, que já possuía uma Polícia Militar fundamentada na doutrina combativa do Exército e despreparada para lidar com os conflitos urbanos; à luz da Doutrina da Segurança Nacional, passa a submeter a tropa a uma forma mais profunda de militarização: a ideológica, baseada em encarar a ida para o campo de trabalho como a partida para o combate. O ápice da violação coletiva ao direito à comunicação aconteceu em 1968, com a promulgação do Ato Institucional n. 5, que mantinha a população civil privada das garantias essenciais ao exercício da cidadania (VERONEZE, 2015).

A Polícia Militar passa a integrar o serviço de Informação e contrainformação do Exército em vista da proteção de interesses nacionais e preservação da ordem pública. Assume o Comando da PMERJ um oficial negro reconhecido pela proteção aos Direitos Humanos, como uma tentativa de se ver o aparato policial vestido de forma adequada ao processo de redemocratização do país.

Surgiram discussões sobre o papel do Estado perante os veículos de comunicação públicos e privados, na garantia do direito fundamental da população à informação. Apesar da preocupação de superar as limitações materiais impostas ao acesso da população à mídia por razões que atendiam prioritariamente a interesses do capital, não houve movimentação significativa em torno de uma questão fundamental para o exercício da cidadania: o fluxo de informações que diz respeito ao próprio aparelho estatal (Veronese, 2018, p. 14).

Esforçava-se a polícia carioca na transformação de um ente fechado em caserna, para tornar-se adequado ao novo modelo de Estado democrático de direito que estava em construção com a instituição da Magna Carta de 1988. Transformar-se em um ente transparente e “*accountable*” é o desafio hoje, pois as Representações Sociais construídas da polícia na sociedade ainda estão intimamente ligadas a épocas traumáticas da história recente, o que não anula a atual violência policial, mas é fato sempre relacionado. O que foi confirmado nos discursos do grupo focal de participantes civis dos grupos de interação que acompanharam este processo.

3 CONCEITOS

3.1 SEGURANÇA CIDADÃ

A segurança é dever do Estado e responsabilidade de todos conforme dita o artigo 144, caput da Carta Magna. A mesma é responsável pela inclusão do regime democrático em um Estado de Direito, pelo voto direto há mais de 30 anos. Embora tenha havido grandes avanços, está-se distante de uma democracia ideal. Foi a partir do conceito de Segurança cidadã proposta pela ONU que se veio a substituir o termo segurança pública. Isto porque o termo público traz a ideia de uma segurança mais próxima do Estado e menos do cidadão, e por isso, atrelada aos conceitos ineficientes de órgãos estatais.

A concepção de segurança cidadã supõe um ofício de polícia orientado pelo multiculturalismo, pelo respeito à diferença e pelo reconhecimento da diversidade social. Sendo assim, as tecnologias policiais, desde a investigação criminal até o policiamento ostensivo, devem se orientar pela garantia da dignidade humana, incluindo a ênfase na mediação de conflitos (Madeira e Tavares dos Santos, 2014, p. 10).

Para Rubens de Oliveira Martins¹³(2001), citando Weber, o foco da sociedade é o indivíduo, o qual molda ela de acordo com sua motivação. Para isso, devemos estimular a participação da sociedade nas questões públicas para lhes fazer sentir parte, não só responsável, mas essencial nas tomadas de decisões. A segurança cidadã traz em si a proposta de um direito aberto à participação da comunidade que necessita de cidadãos ativos.

Desta forma, o PNUD trabalha na América Latina e, em especial, no Brasil, com a abordagem da Convivência e Segurança Cidadã, acreditando que a segurança não é responsabilidade apenas das instituições policiais, mas é uma política que trabalha com a perspectiva integrada de políticas públicas, com foco na governança local e nos processos participativos de formulação e controle social (PNUD¹⁴, 2016, pág. 07).

No Rio Grande do Sul, a crise que afeta os cofres públicos, reflete-se significativamente no trabalho da segurança pública, mais específico na Brigada Militar que encontra no policiamento comunitário um apoio. O policiamento na serra gaúcha foi pioneiro a

¹³ Indivíduo e sociedade no discurso da política de ensino superior. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 3, n° 6, jul./dez 2001, p. 94-120

¹⁴ Convivência e segurança cidadã: reflexões por uma nova abordagem de segurança pública. -- Brasília : PNUD, Conviva, 2016.

implantar um canal direto da comunidade com as forças policiais locais através de grupos de *WhatsApp* de bairros:

A Agência Regional de Inteligência da Brigada Militar passa a receber a partir desta segunda-feira informações por meio do aplicativo *WhatsApp*. O número é (54) 9652.7679. O programa é mais um canal de comunicação para receber denúncias e está à disposição dos 66 municípios integrantes da Serra gaúcha¹⁵.

Além das mensagens instantâneas, a Brigada Militar aceita fotos e vídeos que possam indicar indivíduos e veículos suspeitos e até ponto de tráfico de drogas, entre outras informações. Conforme o coronel Leonel da Silva Bueno, comandante do CRPO/Serra, a ideia é agilizar o recebimento, análise e difusão dos dados aos policiais militares. Porém, o telefone 190 continua como o principal meio de comunicação com a BM.

Estes grupos servem para comunicar ocorrências policiais e situações suspeitas de caráter preventivo, de forma a agilizar as tradicionais formas de comunicação entre esses atores sociais. A participação comunitária ainda é carente de incentivos por parte do governo estadual. Os meios de comunicação ressaltam a violência de forma dramática causando uma consciência social punitiva que desviam a atenção da sociedade ao mesmo tempo que aumenta a demanda por segurança. Dessa forma,

...faz-se necessário um longo trabalho das instituições de conhecimento, desde o Estado até a Sociedade Civil, a fim de desenvolver esta fabricação social de um novo capital simbólico: um cidadão e uma cidadã a desejar uma segurança cidadã. Esta é a tarefa do imediato futuro da América Latina” (Tavares dos Santos e Barreira,2016).

Este futuro da segurança cidadã na América Latina com a aliança entre Governo e sociedade civil ganha forma com a utilização organizada e inteligente de tecnologias e sistemas de informações que diminuem a burocracia dos processos tradicionais na área da segurança pública. O que está em pauta é a formação policial e a mudança nas concepções de segurança, incluindo agora a participação dos cidadãos e cidadãs nesta nova forma de pensar.

Pensar em tecnologia muitas vezes nos leva à associação com jovens, mas não é o público mais presente nos grupos de segurança ainda que o jovem constitui o grupo de maior participação como vítima e infrator nos países com maior índice de criminalidade (Relatório

¹⁵GAUCHA ZH.Brigada Militar da Serra passa a receber denúncias por meio do aplicativo WhatsApp. **Gaúcha ZH.** Porto Alegre, 21 de julho de 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2014/07/brigada-militar-da-serra-passa-a-receber-denuncias-por-meio-do-aplicativo-whatsapp-4556786.html>. Acessado em 01 de janeiro de 2021.

sobre Segurança Cidadã e Direitos Humanos da ONU, 2009), bem como o principal público de usuários das tecnologias, mas não é a faixa etária que predomina nos participantes de acesso aos grupos e nas reuniões de segurança. Assim, é necessário que a comunidade que busca a interação com sua polícia local, seja identificada e então, treinada (condutas de segurança), educada (informada) e conscientizada quando em interação com os órgãos estatais respeitando os limites específicos de cada público. Todo canal e ambiente que propicie esta relação deve assegurar o debate e planejamento aliando conhecimentos técnico-científicos aos conhecimentos sociais de forma a permitir a democracia nesta prática.

A segurança pública, que no Brasil assume uma preocupação com a proteção do patrimônio e à incolumidade física dos indivíduos, assume no contexto democrático brasileiro o exercício e garantia da cidadania.

O paradigma da segurança cidadã, modelo para o qual as novas políticas públicas de segurança estão orientadas, exige dos servidores públicos e dos atores do campo da segurança um novo olhar, mas especialmente novas práticas. A atitude dos agentes estatais em um processo de Segurança Cidadã precisa ser guiada pela ação comunicativa e pelo reconhecimento dos direitos e da dignidade de todos os cidadãos e cidadãs (MADEIRA, TAVAES, 2014).

Conforme as Nações Unidas, o policiamento comunitário vem se destacando e sendo adotado pelas polícias do mundo todo como forma de recuperar seu prestígio. Quando o contato da comunidade com o policial, extrapola assuntos estritamente de segurança, excluindo-se de temas que exijam uma resolução de conflitos ou ameaça com o uso da força, estreita laços de boa convivência e torna o convívio mais proveitoso a bem da prevenção.

Uma compreensão detalhada da sociedade local e de seus moradores pode ser de extremo valor para fazer os juízos necessários na solução de crimes e dos conflitos. O entendimento é que, nas ações da polícia, na tentativa de controlar os crimes, ela deve reconhecer que muitos de seus esforços dependem da cooperação e da participação dos cidadãos (GOLDSTEIN, 2003). Com base na importância dada pela polícia à necessidade de ampliação do seu capital social, a estratégia de polícia comunitária vem sendo cada vez mais adotada no processo de consolidação de políticas institucionais das polícias no Brasil. (DUARTE, 2016).

O policiamento comunitário reacende a esperança aos direitos fundamentais, isto porque o conceito de polícia cidadã traz o indivíduo como centro de proteção e respeito. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015 evidenciou a falta de administração e gestão da segurança pública vinculada à busca de resolução de conflitos de forma violenta pelos brasileiros, não surpreendendo a violência policial estar arraigada dentro desta mesma seara.

Embora a segurança pública se encontrar na Constituição Federal sob o título de Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, trata-se de direito social elencado no artigo 6º e 144º com o reconhecimento de direito fundamental. Paradoxo de ser esta mesma polícia, instituição de cultura violenta e militarizada que assombra a América Latina (DUARTE, 2016).

Fábio Duarte, juiz desembargador da Justiça Militar, ex-Comandante Geral da Brigada Militar de 2012 a 2014, e mestre em Sociologia pela UFRGS, reconhece que há necessidade de desenvolvimento de tecnologias capazes de investigar e melhorar a prevenção da violência e da criminalidade de forma que permita encontrar o modelo ideal de policiamento para o Brasil. Para Duarte, a vida é o limite em que se encontra, de um lado o policial (juramentado), do outro, a vida do cidadão que se encontra ameaçado pela violência urbana e rural que lhe cerca e ameaça. Violência esta, também sofrida por quem deveria protegê-la.

Compreender o porquê da Constituição Cidadã não se refletir diretamente na atuação policial, na segurança pública, e também nas políticas públicas implantadas no país, é um desafio. Os grupos de *WhatsApp* que permitem o registro de comunicações entre comunidade e policiais são apenas um dos variados meios utilizados na política pública de segurança cidadã que merece ser investigado a fim de contribuir com as mensagens subliminares do que clama a sociedade às polícias.

Duarte (2016) cita o estudo desenvolvido por Goldstein, denominado Policiamento orientado para a solução de problemas – POSP que é incentivado por gestores das Polícia do Sul, Igor Araújo Barros de Morais¹⁶ e Thiago Augusto Vieira¹⁷ no artigo Policiamento Orientado à Solução de Problemas da Polícia Militar no estado de Santa Catarina – Brasil (2015)¹⁸.

O Policiamento Orientado à Solução de Problemas (Posp) traz como contribuição a atuação sobre as causas dos problemas de segurança pública, ampliando seu olhar para além do crime e sobrepondo a desordem ou sensação de insegurança. O Posp propicia a elaboração de uma resposta que congregue todos aqueles que têm responsabilidade sobre cada causa específica. A busca por um método científico é importante, pois, segundo Monet (2002), é comum na cultura policial um conservadorismo intelectual disfarçado de pragmatismo, privilegiando apenas elementos concretos e o Anti-intelectualismo. Tentativas de inovação, de

¹⁶ Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Especialista em Gestão da Segurança Pública pela Faculdade Barddal. Aspirante a oficial da Polícia Militar de Santa Catarina.

¹⁷ Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Bacharel em Segurança Pública pela Universidade do Vale do Itajaí. Especialista em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera. Capitão da Polícia Militar de Santa Catarina

¹⁸file:///C:/Users/Paola/Downloads/451-Texto%20do%20artigo-1109-1-10-20150327.pdf

experimentação ou de pesquisa são imediatamente rejeitadas. Pelo medo, a reprodução do eterno passado estagna a polícia em práticas rotineiras e sua adaptação à mudança social (DUARTE, 2016).

O autor citado vai mais além, e afirma que não adianta aumentar o policiamento se o objetivo for continuar a fazer o mesmo. A necessidade de aliar conhecimento científico ao ofício de polícia, de uma cultura pragmática e isolada, é urgente. O policiamento comunitário dentro do conceito universal de Segurança Cidadã busca uma nova forma de policiar, com gestão aliada às necessidades de quem é parte fundamental para o êxito de políticas públicas de segurança local: assim, ouvir a voz da própria comunidade.

A defasagem da Brigada Militar urge a necessidade de comprometimento das organizações e comunidade civil para aliarem-se às polícias no combate à prevenção e controle da criminalidade, pois a corporação vê-se com déficit de 50% de seu efetivo previsto de pouco mais de 37 mil, e mais de 300 militares cedidos a outros órgãos (Sítio da SSP, 2020).

3.2 O APLICATIVO E A SENSACÃO DE INSEGURANÇA

A sociedade começou um novo movimento, um movimento social por agrupamento virtual. As comunidades da igreja ou do bairro interagem em trocas de informações com frequência, e a qualquer momento, formando grupos sociais virtuais. Trata-se de comunicação instantânea à distância, cada participante em seu espaço, não há rostos que se enfrentam; portanto, há maior sensação de liberdade e conforto para a ideia de livre manifestação.

As interações que refletem solicitações de maior policiamento local, vão ao encontro da sensação de insegurança noticiada repetidamente nos noticiários brasileiros. O medo como sintoma social é constante nos discursos comuns o que influenciou para que a sociedade brasileira acredite que a agressão criminal é hoje mais constante e violenta que no passado:

As sondagens de opinião pública têm mostrado que o crime se situa entre as mais importantes preocupações do cidadão comum. Cada em particular tem uma história a ser contada. (...). Quando não foi protagonista imediato desses fatos, ouviu falar com certa intimidade (ADORNO, LAMIN, 2006).

Adorno e Lamin (2006) relatam bem a velocidade com que as notícias se disseminam, três anos antes de iniciar o *WhatsApp*. Essa disseminação incentivou um mercado material de segurança, que passa não mais a ser vista como uma sensação, mas principalmente como

produto de proteção, bastante exposto nas classes médias e altas, pois são as que podem custear.

O medo passou a ser um sentimento visível, as pessoas se encerram em seus espaços privados, ativam sistemas de segurança, contratam profissionais de vigilância, contratam seguros. Zonas desprotegidas de policiamento ostensivo, são tachadas como perigosas. Vivemos em uma era em que pessoas são incentivadas a se municiarem de armas e acabam por se desmuniarem de solidariedade, todos os outros são agora novos suspeitos na cultura de desconfiança atrelada a antigos estereótipos.

Importante conceituar o medo na perspectiva sociológica, onde não há um conceito, mas, que nas ciências sociais e das humanidades, é definido como ação de retraimento (ADORNO, LAMIN, 2006, p.154). O que no contexto sociológico sofre modificações, pois as ameaças e fatos que o geram são redefinidos ao longo dos tempos. Mas enquanto o sentimento de medo cause reações distintas em cada indivíduo, pois que reações são subjetivas, aquelas representações sociais acabam se padronizando em uma sociedade determinada. Os grupos de *WhatsApp* tornam visível estes medos e permite identificar o significado deste sentimento para os indivíduos que compõem os grupos:

Por fim, se as reações têm origem subjetiva – ou seja, nascem de sentimentos tão profundos do indivíduo que parecem não ser compartilhados com nenhum outro ser humano – tendem a se tornar comportamentos padronizados e objetivos em uma sociedade determinada e em momento igualmente determinado de sua história, traduzindo a disseminação de preconceitos contra todos aqueles – pessoas ou grupos – responsabilizados pelas ameaças ou potenciais agressões (ADORNO, LAMIN, 2006).

Os autores fazem referência sobre os efeitos do medo na sociedade e na política. Citando Hannah Arendt (1973) os autores mencionam a qualidade dos atos humanos, pois agir envolve capacidade de reflexão, ação e inovação e também envolve ações de poder. Agir com poder requer atos de comum acordo, em comunidades que se caracterizem pela sua isonomia de capacidade política. O poder é a faculdade do cidadão emprestar confiança à instituição:

Nas sociedades modernas, o medo, frequentemente manipulado com fins de dominação política nos regimes totalitários e ditatoriais, bloqueia a possibilidade de vida social sob regimes democráticos. É por isso que, para essa filósofa, o oposto do medo é a coragem cívica, atributo das sociedades democráticas (ADORNO, LAMIN, 2006, p. 158).

O aplicativo *WhatsApp*, mais que um simples canal de interação, possibilita que dois atores sociais informais envolvidos na formulação que estimulam e antecedem as Políticas Públicas de segurança local, se aliem para o planejamento das atuações policiais de seus bairros. Isso possibilita que o cidadão que procurou estar em contato com a sua polícia de forma ativa, esta, na prática, sendo um corajoso cívico.

O objetivo trazido por José Vicente Tavares dos Santos, no seu livro *Violências e Conflitualidades*, é questionar as possibilidades de ser instituída uma concepção de segurança cidadã; ou seja, um modelo de controle social que incorpore a participação social de modo a garantir uma vida saudável (TAVARES, 2009). O que vai ao encontro do que o aplicativo se tornou, na prática como ferramenta de policiamento comunitário

O enfoque aqui será dado à função de conexão dos grupos, não da união entre pessoas, mas da conexão entre cidadão e dados públicos positivos sobre violência e criminalidade. Pois o objetivo é ressaltar nos grupos as ações positivas efetuadas pela Instituição aos participantes e moradores daquela região. Não adiantariam Políticas Públicas de acesso à informação se não buscarmos formas de encaminhá-la (e conectá-las) aos seus interessados. Se a dramatização da violência contribui para sensação de insegurança, então deve-se buscar a *massmedia*¹⁹ das notícias positivas sobre atuações policiais.

No que concerne à mídia eletrônica e impressa, não são poucos os que creem no poder dos *massmedia* na disseminação e reprodução da violência. O relato cotidiano dos fatos, a exposição repetida dos mesmos acontecimentos, a narrativa em dias sucessivos de crimes espetaculares que causam comoções morais e penetram o imaginário coletivo povoando-o de medos contribuem para disseminar a crença de que a mídia é responsável pela disseminação e reprodução da violência, causando sensação de pânico e terror (ADORNO, LAMIN, 2006).

Foi como forma de controle interno, canal de denúncia pelas Corregedorias, que o *WhatsApp* ganhou reconhecimento institucional pelas policiais nacionais, mas foi somente a polícia militar que se utilizou dele como meio de interação com a comunidade na filosofia do Policiamento Comunitário inicialmente utilizado pelo comando de policiamento na Serra gaúcha de forma livre.

Ele abriu portas para a participação social no planejamento da segurança pública e construção do ideal de Segurança Cidadã, e contribuiu para a divulgação e propagação das suas ações locais de cada bairro, para moradores, participantes específicos dos grupos. Isto

¹⁹Teoria de Robert K. Merton sobre a influência dos principais meios de comunicação no indivíduo.

por que os agrupamentos são criados por bairros, comércio ou escolar, como foram classificados pelo 19º Batalhão da BM. O que ajuda a selecionar as ações policiais positivas a serem divulgadas, por critério de interesse dos grupos.

Como por exemplo, há grupos de comércio, bem como grupos de escolas em que as diretoras participam e grupos de bairros. De forma que as demandas e as participações são individualizadas por sua natureza e que muitas vezes orientaram a formação de patrulhas específicas como a da Maria da Penha e a Patrulha Escolar, reflexos de fora para dentro, da demanda social ao interior da própria Instituição.

3.3 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

A Polícia Comunitária é uma filosofia criada desde meados da década de 90 e implantado no Brasil, mais especificadamente no Rio Grande do Sul nos anos 2000. Ela visa uma ação conjunta e preventiva na área da segurança de forma a aliar polícia e comunidade para que de forma estratégica identifiquem e resolvam os problemas mais diversos de sua localidade que possam desencadear violência. Segundo Bayle e Skolnick (apud BOHN, 2015, p.07):

A premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança. A polícia não consegue arcar sozinha com a responsabilidade, e, sozinho, nem mesmo o sistema de justiça criminal pode fazer isso. Numa expressão bastante adequada, o público deve ser visto como “coprodutor” da segurança e da ordem, juntamente com a polícia. Desse modo, o policiamento comunitário impõe uma responsabilidade nova para a polícia, ou seja, criar maneiras apropriadas de associar o público ao policiamento e a manutenção da lei e da ordem (SKOLNICK; BAYLE, 2002).

E é a partir deste pensamento de Bayle que associamos o *WhatsApp* como ferramenta de aproximação e uma forma de realocar o público como agente ativo e responsável no planejamento da segurança de seu bairro, conscientizando-o sobre o peso de sua participação ou a falta dela. Para Melissa de Mattos Pimenta a violência presente no cotidiano e preocupação do brasileiro urbano impele a participação social:

O cenário atual da segurança pública tem sido marcado pelo esforço em aproximar diversos atores no sentido de buscar soluções melhores e mais eficazes para os problemas de violência e criminalidade que afetam o cotidiano de todos, especialmente no contexto dos grandes centros urbanos. Esse esforço de aproximação pressupõe que a segurança pública não é uma dimensão restrita ao

Estado ou às forças policiais que o integram, mas envolve igualmente profissionais, especialistas, agentes públicos e cidadãos comuns (Pimenta, 2016, p. 249).

O policiamento comunitário é descrito como um tipo de policiamento de parceria entre a polícia e a comunidade. Esta, com direito de ser consultada e envolvida nas tomadas de decisões que estabeleçam as estratégias de policiamento local.

Para Melissa de Mattos Pimenta, o cenário da segurança pública é marcado pelo esforço de junção de ações e apoios de todos os atores sociais envolvidos: do agente policial militar ou civil até o cidadão comum. Para ela, as crises da polícia apontam a deterioração das relações entre as forças institucionais, em especial da polícia militar e da sociedade. O aumento da criminalidade e da violência contribui para uma imagem negativa das instituições policiais, levando a se questionar a capacidade das instituições responsáveis em solucionar e prevenir o cenário violento no Brasil com o estabelecimento do controle social.

O questionamento quanto às formas de repressão, o abuso de poder, a corrupção policial e a perpetuação de práticas violadoras de direitos humanos impuseram a necessidade de repensar as formas de atuação da polícia e as práticas tradicionais de policiamento, fomentando a busca por modelos alternativos. É nesse contexto que o policiamento comunitário emerge como alternativa contemporânea para a crise de segurança pública e para as forças policiais na prevenção e repressão de crimes. (PIMENTA, 2016).

Porém, ao receber as mais variadas demandas da comunidade, despachadas via aplicativo, a polícia percebe que a grande maioria desconhece preceitos básicos: as competências básicas de cada polícia. Bayle(2001, p. 134, apud Rudnicki, 2011, p. 202)aponta uma similaridade das polícias. A faceta residual da polícia faz com que ela receba mais chamadas de emergência. Lembrando que se inclui em setores de emergência além das polícias militares, os Corpos de Bombeiros, a Polícia Rodoviária e os serviços de atendimento móvel de urgência - SAMU:

...revela que existe uma consideração a ser realizada: o que são ocorrências criminais? Quem determina o que seja? E apresentam dados indicando que 58% das ocorrências levadas à Polícia eram encaradas pelos cidadãos como sendo crimes, mas somente 17% o eram, conforme os policiais. Ele explica que isso é positivo, pois demonstra confiança da população na Polícia (RUDNICKI, 2011, p. 202).

A leitura positiva que ele faz é que a população confia na sua polícia, lembrando-se dela sempre em primeiro lugar. A leitura negativa é que a população não sabe distinguir a real competência das polícias militares de forma a sobrecarregá-la. Rudniki (2011)²⁰ relembra o

incidente radiológico que ocorreu em 1987 em Goiás que contou com a inesperada participação da PM, a qual não possui preparo para tal.

Um policial ostensivo possui algumas necessidades, como possuir uma base de dados disponível da localidade em que atua aliada às tecnologias, ou na falta, a informações da sua comunidade para o melhor desempenho de suas funções. Dessa forma, o aplicativo de troca de mensagens instantâneas como o *WhatsApp* torna-se ferramenta imprescindível, de conexão²¹.

As experiências da interação da polícia local com a comunidade, diretamente por meio deste aplicativo, têm pontos positivos significantes. A sociedade que tem maior acesso às ações policiais, possibilitadas pela troca de mensagens no aplicativo ou quando participa de reuniões comunitárias nas dependências militares, percebe o outro e suas necessidades. Como se constatou nas entrevistas de grupos focais, com a surpresa ao verem as viaturas danificadas em serviço e que aguardam conserto nas unidades devido ao lento processo administrativo.

O policiamento comunitário que engloba a utilização do aplicativo de mensagens no policiamento ostensivo surgiu como uma alternativa à falta de efetivo, pois concentra grupos de pessoas em interação virtual com capacidade e liberdades de troca de informações, reclamações e solicitações, fazendo que a polícia passe a adotar uma postura mais receptiva, de ouvir a demanda e necessidade da comunidade local para posterior tomada de decisões, mas principalmente direcionando o policiamento conforme a demanda de quem está em interação. Isso acaba por privilegiar este grupo e reforçar preconceitos e estereótipos.

Uma forma de se envolver com a comunidade é visitar as pessoas em suas residências e locais de trabalho, como comércios locais, perguntando diretamente a elas sobre os problemas de segurança, solicitando sugestões, oferecendo serviços e informações e também colhendo informações sobre os moradores e a realidade local. Essa linha de comunicação deve ser recíproca, ou seja, os policiais devem saber ouvir e também comunicar, o que implica se colocar também como responsável pelas ações empreendidas e prestar contas à sociedade do que é realizado (Pimenta, 2011, p. 252).

Pimenta salienta que a crise das polícias decorre da falta de sintonia entre sociedade e Estado, exigindo uma nova forma de policiar, um novo comando com a desconcentração da gestão, com maior autonomia do policial da rua; e conscientização do policial e da comunidade sobre sua responsabilidade na construção de uma segurança cidadã, mediante prestação de contas.

²⁰In: TAVARES, José Vicente. TEIXEIRA, Alex Niche. RUSSO, Maurício. Violência e cidadania. Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 2011.

²¹ A base de dados será melhor descrita no capítulo da cartilha de segurança cidadã.

Quando a comunidade participa das tomadas de decisões, reafirma a relação de confiança com a polícia e retribui. Exemplo dos fatos positivos advindos dessa relação foi o conserto de uma viatura que estava danificada por acidente de serviço, a qual foi consertada pelos moradores de um bairro que tomaram conhecimento depois que foi divulgado o acidente de serviço com o automóvel Corolla:

Na tarde desta quarta-feira (23), o XXº Batalhão de Polícia Militar de Porto Alegre, através da Patrulha Comunitária/Sala de Interação, agradeceu o apoio dos moradores do bairro XXXXXX, os quais não mediram esforços para a recuperação da viatura XXXX, Toyota/Corolla, a qual se encontrava fora do policiamento ostensivo em razão de avarias sofridas em atendimento de ocorrência policial.

A participação da comunidade deu celeridade ao processo de recuperação da viatura, visto que todo o gerenciamento do conserto foi efetivado pelos próprios moradores, de modo legal e dentro dos parâmetros institucionais estabelecidos.

Dessa forma, a Brigada Militar reafirma seu compromisso de servir e proteger, sempre visando à preservação da ordem pública e da paz social. (Fonte Comunicação Social XXº BPM)

Os moradores se mobilizaram, de forma pessoal, e organizadamente arrecadaram o equivalente a dez reais de cada morador e comerciante, e consertaram uma viatura de alto custo em um prazo bastante inferior ao prazo normal do processo tradicional e legal que os bens públicos sofrem no rito comum da instituição. Salienta-se essa atitude da comunidade, pois com as reiteradas reuniões, muitas delas dentro dos Batalhões, que as possibilitam conhecer os espaços militares, estreita vínculos de boa convivência.

Pimenta salienta que as representações sociais dos policiais militares que são formados intramuros geram desconfiâncias em relação ao cidadão comum, não se admitindo a hipótese de que a população civil pudesse ter contato com o espaço de domínio militar ou interferir nas decisões de comando (PIMENTA, 2016).

É por isso que o retorno positivo da comunidade está diretamente relacionado à importância que recebe do seu policiamento local. Quando comunidade e policiamento se conectam, interesses se cruzam e problemas encontram soluções de maneira mais eficiente e eficaz. As vantagens e as desvantagens serão melhor apresentadas no quarto capítulo desta pesquisa através da investigação participante nos grupos de *WhatsApp*, utilizando este aplicativo como campo de observação.

Quando Melissa Pimenta enumera as dificuldades do policiamento comunitário na prática policial militar ressalta que embora a Matriz Curricular Nacional – MCN seja referência para os cursos de formação e estes são dotados de carga horária pertinente ao assunto, a falta de estabelecimento de consenso quanto às práticas de policiamento comunitário voltadas para a prevenção, dificultam a filosofia adotada (PIMENTA, 2016). A

autora enumera algumas dificuldades sobre a deficiência na formação dos gestores e dos próprios operadores do policiamento comunitário. A falta de integração dos outros órgãos públicos para que problemas comuns não culminem em problemas para a segurança pública também é um ponto relevante.

A MCN – Matriz Curricular Nacional - dentro da disciplina Gestão Integrada e Comunitária, com 24 horas de aula propostas, visa: o policiamento comunitário como filosofia de trabalho, gestão integrada, comunidade e estimulação das redes sociais.

Cabe destacar que os profissionais de segurança pública, da mesma forma que podem cooperar e colaborar com outros setores da sociedade, mediante o conhecimento que possuem sobre a realidade, podem também aproveitar as possibilidades de articulação em rede para promover a busca de solução – de forma participativa e integrada - de problemas que afetam a segurança pública, mas que não são criminais, necessariamente (MCN, 2014, p. 99).

Vemos que a maior dificuldade apontada por Pimenta é a de aproximar a polícia militar da comunidade de forma a buscar um trabalho de prevenção; esta é uma das qualidades observadas no uso dos grupos de segurança no aplicativo *WhatsApp*:

Além disso, um dos principais problemas enfrentados ainda é a dificuldade de se aproximar a polícia (especialmente a militar) da comunidade onde ela atua. O Modelo de polícia denominado tradicional tem como foco atender ocorrências, por meio das ligações para o número 190 e tomar providências no caso de flagrantes delitos. Trata-se de um trabalho não focado na prevenção, e sim no rescaldo das situações que levaram à violência e, no limite, de administraras consequências dos crimes consumados (isolar o local do crime, aguardar a perícia, realizar levantamentos preliminares junto às testemunhas etc.) ” (PIMENTA, 2014).

Pimenta faz menção à segregação que há entre policiais militares e civis, pois enxergam-se como contrapostos (ou paisanos no jargão militar), o que está intimamente relacionado ao processo de socialização que o policial recém empossado ao cargo passa no curso de formação. Isto será mais adiante detalhado na menção às pesquisas de Fernanda Nummer na Academia da Brigada Militar, com alunos soldados em 1999/2000, e a de Daniele Alcântara, na Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF.

Este distanciamento do público civil se relaciona à socialização que o policial recém-formado passa na academia, pois é quando entende estar recebendo um treinamento fundado na lei que o torna detentor da força e poder legítimo de atuação de forma a não permitir a hipótese que a população civil possa ter capacidade de opinar ou adentrar na esfera militar.

Em outras palavras, a interdição da participação da população nas decisões de segurança pública era baseada na ideia de que o conhecimento era exclusivo das forças de segurança nos seus diversos níveis e corporações, e qualquer interferência era vista como “mandar” na autoridade no assunto (PIMENTA, 2014).

As representações negativas sobre o policiamento militar ostensivo também são resquícios da ditadura militar, pois os policiais estaduais foram autorizados a se utilizarem de suas forças legítimas para repreender quem era contra o regime; são vistos e identificam-se como heróis contrapostos à comunidade civil, pois representam o bem contra o mal. Isso gera uma identificação com a instituição, pelo policial, de alguém que deve possuir uma postura séria e de uso da violência como forma legítima de se manter sua autoridade. O policial que trata bem o “vagabundo” com flores é visto como o policial ‘friucho’, o contraposto do ‘quentucho’, aquele com atitudes mais incisivas e violentas (PIMENTA, 2016).

Por isso, o policiamento comunitário que visa a boa relação com o cidadão civil, o estreitamento de laços para criação de uma segurança cidadã de prevenção, é visto como contraposto ao policiamento enraizado aos policiais. Todo aquele policial que age fora da conduta violenta ou que adota o policiamento comunitário é visto negativamente pelo seu colega (Pimenta, 2016, p. 256).

A autora concluiu que uma das principais dificuldades é o estabelecimento de condutas e consenso entre o papel do policiamento comunitário, pois na prática a Brigada Militar atua de forma tão conjunta que muitas vezes o cidadão acaba sobrecarregando a instituição para a resolução de todo o tipo de problema. Em que pese a manutenção da ordem pública ser termo abrangente para definir as competências policiais, o policiamento comunitário anda em uma linha tênue da ‘policialização’ dos conflitos sociais e do papel da polícia na comunidade.

Desenvolver um policiamento comunitário inteligente e humanizado de forma transparente foi parte do discurso de Bayle no 2º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública no Recife em 2008 - temos que falar mais sobre policiamento inteligente, e o policiamento inteligente leva ao policiamento com respeito ao público, e o policiamento com respeito requer responsabilização (*accountability*)²².

3.3.1 O *WhatsApp* no Policiamento Comunitário

²²Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/nota-falecimento-de-david-bayle/. Acessado em 10 de março de 2021.

Uma vez definido Policiamento Comunitário, percebemos que se trata de um policiamento de proximidade. A segurança, sempre definida como obrigação e dever de um Estado, agora é compreendida como responsabilidade e possibilidade de ação de todos e para todos.

Pensar segurança pública, na sociedade atual, requer envolver Estado, especialistas, profissionais e cidadãos comuns (PIMENTA, 2016). Dessa forma conduzimos o pensamento de segurança pública para o conceito internacional de segurança cidadã.

Trata-se, portanto, de uma mudança de paradigma que situa a segurança pública como responsabilidade de toda a sociedade e não apenas de um setor dela. (...) A crise nas polícias brasileiras não constitui um fato novo. Especialistas em segurança pública vêm sistematicamente apontando a paulatina deterioração das relações entre as forças institucionais, especialmente a polícia militar, e a sociedade (PIMENTA, 2016).

O *WhatsApp* surge neste contexto como a rede virtual de conexão destes atores, capaz de registrar suas interações, facilitando o reconhecimento entre os dois atores envolvidos, bem como a diminuição de tempo e espaço para resolução de conflitos locais.

Para Arturo Alvarado Mendonza do Colégio do México, em seu artigo *Reformas policiales y la construcción de un Estado de derecho*²³ (El caso de la policía vecinal de Ciudad Nezahualcóyotl), a polícia comunitária é um serviço público organizado pela e para a comunidade com laços entre a sociedade e políticas públicas sempre com limitações:

Otros componentes centrales de las policías comunitarias son más autonomía de los operadores para tomar decisiones en campo y participar en la definición de estrategias grupales, y un mayor involucramiento del cuerpo policial en todas las tareas, de manera horizontal, sin importar jerarquías. Como todo cuerpo burocrático público, la policía comunitaria también debe responder frente a la ley, respetarla, reforzarla y hacer uso de la fuerza legítima del Estado (Mendonza, 2019).

A partir de uma análise de programas de policiamento de proximidade pela experiência específica da cidade de Nezahualcóyotl que vem apresentando dados positivos para o controle da violência, Arturo buscou responder se estes programas resolvem os desafios atuais de segurança, se realmente melhoram a comunicação e confiança da população, se fortalece a coesão social e se se aplica uma ordem legal e legítima que contribua a construção de um Estado de Direito. Ainda, salienta a forma que a polícia local se

²³<https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/2089>

organiza para estar em constante comunicação, como ela presta contas à comunidade e como combate à criminalidade com o uso de aplicativo de *WhatsApp*.

El sistema actual tiene tres componentes para impulsar la comunicación: la red de vecinos, la organización de reuniones en cada calle y la comunicación permanente mediante un número de teléfono en la aplicación Whatsapp para cada calle. Se ha logrado integrar a 48000 residentes, con un promedio de cuatro personas por grupo y un máximo de 40. El gobierno puede comunicarse con los habitantes por medio de la red y proporcionar los servicios de seguridad y otros de manera más directa. El contacto es diario y cada jefe de turno empieza con un saludo, un contacto cordial y de presencia, y para cerrar entrega el mando al público (ARTURO, 2019).

Concluiu Arturo que o caso da cidade metropolitana do México, é um programa paradigmático que busca uma reforma nas polícias a fim de que se mantenha uma melhor comunicação, aumento da confiança e laços que ajudem no controle da violência local. Além de que as policias demonstraram melhor aplicação da lei e respeito no trato diário com a comunidade.

Arturo ressalta que ainda restam dúvidas sobre a contribuição para a criação de um Estado de Direito e que as policias não devem ser um reflexo da comunidade, mas sim um órgão imparcial que deve medir a aplicação da lei, ordenando suas prioridades, mesmo que isso implique em discordar da população local. Neste sentido ele reforça a necessidade de compreender qual a imagem que a população possui de uma polícia comunitária, pois o ideal desta, seria uma polícia que compartilhe metas, valores, ideais e preferências de pessoas que residam na mesma localidade. Exatamente o que propõem esta dissertação, compreender através das representações como a comunidade compreende a segurança cidadã, mas de forma a limitar que as demandas de determinadas localidades não interfiram negativamente em outra.

3.4 A EDUCAÇÃO POLICIAL: CURSOS DE FORMAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DA CULTURA POLICIAL

A teoria das representações sociais trabalha a ideia de como o conhecimento institucional ou mesmo a teoria é exteriorizada no dia a dia e no senso comum, portanto falar em segurança cidadã requer, primeiramente, analisarmos o momento em que o civil é transformado em um policial e essa transição ocorre nas Academias de polícia. Assim, fala-se da sua primeira socialização na academia e na segunda socialização no exercício de sua profissão na prática.

Nas palavras de José Vicente Tavares dos Santos (2014), que trata da educação policial no contexto de crise institucional por uma cultura tradicional, buscando outro padrão de ensino nas polícias discute a construção social do policial da segurança pública.

A questão policial tornou-se mundial, seja pela ineficiência e ineficácia frente ao crescimento dos fenômenos de violência difusa – violência política, violência social, violência simbólica, violência de gênero, violência ecológica – seja pelos novos traços da criminalidade violenta na “modernidade tardia”. Essas crises representam as dificuldades do ofício de polícia, frequentemente reduzido à sua dimensão de controle social repressivo, com o apelo sistemático ao uso da violência ilegal e ilegítima, e produzindo graves violações de direitos humanos (TAVARES, 2014).

Tavares dos Santos ressalta que no processo de socialização do policial nas academias, vigora ao lado do currículo formal um currículo oculto que sobrepõem valores de caserna às teorias e currículos voltados ao respeito aos Direitos Humanos e dignidade da pessoa humana.

A formação profissional do policial militar é marcada por ritos de passagem, pelos quais se deve romper com a identidade civil e assumir uma nova existência. Busca-se a normalização, por meio da relação de docilidade-utilidade, mediante o exercício constante de um poder disciplinar (TAVARES, 2014).

As críticas sociais às polícias são recorrentes e presentes em muitos países. Embora as reformas nas academias tenham sido notadas em seus currículos e na educação policial no sentido amplo, pois são nas suas academias que a socialização do policial é iniciada (TAVARES, 2014). Na América do Norte, Europa e parcialmente na América Latina, o foco se deu na satisfação da sociedade civil e o modo de policiamento ofertado em conformidade com a sua cultura.

As tecnologias policiais fazem parte do modelo de policiamento, pois envolvem a proteção do agente de polícia, o qual deve compreender suas ferramentas disponíveis de forma conjunta à valorização da dignidade da pessoa humana, própria e do outro para quem exerce a segurança. Educação policial que conscientiza o agente sobre seus limites em um Estado Democrático de Direito, respeitando os direitos fundamentais do outro é uma das mudanças nas Academias de polícia e pregadas pela ONU.

O reconhecimento do valor da pessoa garante uma instituição democrática, eficiente e eficaz, orientada pela corresponsabilidade. Por conseguinte, começa a haver a delimitação de uma identidade profissional de policial. Um profissional com múltiplas aptidões, flexibilidade, capaz de tomar decisões em uma situação de emergência, ou seja, de exercer a discricionariedade com inteligência e sensibilidade à situação social. A formação deve ser um aprendizado das novas tecnologias de

comunicação e de informação, com valorização do profissional dentro das próprias instituições (TAVARES, 2014).

Haja vista o trabalho policial exija ciência sociais e ciências sociais aplicadas como o direito e as técnicas policiais, a sociologia no ensino policial exigem um professor que incorpore as ciências humanas compreendida no trabalho policial (TAVARES, 2014).

Fernanda Nummer faz crítica à relação dos professores e alunos no espaço militar. Antes de professores, o corpo decente é o superior a quem o aluno soldado deve subordinação. Quando relata no título “Nós e eles: relação entre os que aprendem e os que ensinam”, Nummer afirma que a cadeia incondicional de comando, confirmada pelo currículo oculto dos cursos de formação, é calcada na legitimidade de que uma ordem deve ser cumprida e não questionada. Toda opinião, dúvida ou diálogo, deve antes de tudo, ser autorizada (NUMMER, 2005).

Embora sempre reforçada o lugar de posição dos soldados dentro da corporação, Nummer evidencia que os alunos demonstram estarem sempre abaixo na hierarquia militar, mas sempre acima dos civis. A relação de hierarquia e o processo de pedagogização no curso de formação dos soldados que os próprios são orientados em todas as atividades e ritos diários o seu espaço entre o eles e nós (eles os oficiais, nós os subordinados), a falta de intervenção de demais instituições e a sobreposição dos valores de caserna aos valores teóricos das matérias formais, todos esses elementos influem no modelo de policiamento que se apresenta à sociedade em cada turma de formação de soldados.

A instituição de um nome de guerra ou de uma designação generalizante é lembrada por alguns alunos como marca de uma espécie de cisão entre o “eu” de agora, o soldado fulano, que imprime ao sujeito uma nova condição. Essa experiência é valorizada de duas formas: primeira, o sujeito se reconhece como um duplo, que continua sendo o de antes, mas também agora um soldado da Brigada Militar; segunda, o sujeito se reconhece como não sendo mais aquele de antes sendo um novo sujeito, que mudou muito. É importante destacar que as narrativas sobre essa segunda forma de valorização são acompanhadas de histórias de perda de amigos ou de mudanças de cidade. (NUMMER, 2000).

Enquanto Nummer conclui, na sua pesquisa sobre a socialização do policial militar nos Cursos de Formação, identificando que os valores são referendados por posturas imparciais quando em atendimento de ocorrências, posturas estas exemplares pelo funcionalismo público de doação que é envolvida na ideia de servir à comunidade da qual faz parte; por isso, devendo ser um exemplo, na solidariedade inculcada no sofrimento físico no

curso e na oposição *nós-eles* quando da sua posição na corporação, mas que não necessariamente seguiria na sua prática, pois aí estará condicionado à outra socialização, como a secundária, que envolve a prática.

Para analisar o processo de incorporamento de um *ethos* e visão de mundo como dinâmico, percebendo as experiências vividas com novas possibilidades de transformação deste saber, seria necessária uma nova pesquisa, agora com o grupo em atividade de policiamento ostensivo (NUMMER, 2005).

O futuro na educação policial deve ser voltado à complexa forma que a sociedade se apresenta, bem como a sua violência; por isso o policial antes de tudo deve ser alguém conhecedor das leis, mas também um mediador de conflitos de uma sociedade moderna e complexa. Antes de ser uma educação baseada no direito positivo, deve antes de tudo ser ter uma incorporação vinculada aos objetivos do serviço policial (TAVARES, 2014).

Tavares, citando Frigotto, diz que o conhecimento é processo de construção histórica, diferenciado do conhecimento espontâneo e do senso comum. Nos cursos de formação que estão em constantes modificações e com a tendência de seguir as propostas da Matriz Curricular Nacional, à socialização do policiamento ostensivo é marcada pelo conhecimento do senso comum construídos dos diálogos e experiências pragmáticas do ofício de polícia.

A emergência de uma noção de segurança cidadã supõe a construção social de um controle social democrático, não violento e transcultural, retomando o objetivo do policial como ofício de uma governamentalidade não mais apenas do estado, e do direito de propriedade, mas agora preocupado com as práticas de si, emancipatórias, dos grupos e conjuntos dos cidadãos e cidadãs em suas vidas cotidianas. Por esta via, tanto as instituições de socialização a família, a escola, as associações locais, os meios de comunicação - quanto as organizações de controle social formal, - as polícias, o sistema - enquanto as organizações de controle social formal - as polícias, o sistema judiciário, as instituições prisionais - podem reconstruir o objetivo de uma sociedade do bem estar social. (TAVARES, 2014).

Em resumo, enquanto compreendemos os valores e crenças que são instituídos aos alunos soldados quando da sua transição do civil ao militar, será a partir das suas representações que será identificada como o policiamento ostensivo prepara o agente de segurança a lidar e aceitar a segurança cidadã e como reflete na sua relação com a comunidade.

3.5 A SOCIALIZAÇÃO E A IDENTIFICAÇÃO DO POLICIAL MILITAR COMO PRECEDENTES DAS REPRESENTAÇÕES

As representações sociais se fundamentam no senso comum exteriorizado por aquele cidadão ou grupo, seja de forma verbal ou orientador de condutas. Trata-se aqui de se discorrer uma pesquisa com dois públicos: sociedade e policiais militares. O princípio identitário do policial inicia no curso de formação, momento de transição do civil ao policial militar, ocorrido na academia:

Não será discutida a identidade da corporação no que diz respeito ao seu processo de construção social e histórica, mas sim os atributos formais e simbólicos que são utilizados para se aproximar ou se distanciar de outros grupos, aquilo que Barth (1998) denominou de ‘fronteiras sociais’, ou seja, a identificação que demarca um território simbólico, consagrado nas representações associadas ao nome que o grupo carrega: Brigada Militar (NUMMER, 2000).

A fim de compreender o ser brigadiano e seus marcadores identitários que definem a sua cultura, enquanto alunos da academia de polícia, em processo de aprendizagem. Fernanda Valli Nummer identificou que o aluno soldado não se vê pertencente à instituição, mas sim se entende como ela própria, o que influi que a desonra de um é de todos. Nummer ressalta que eles possuem vários níveis. “Cabe destacar aqui que as relações e a manipulação de códigos de pertença são construídas e reconhecidas de acordo com distinções e similitudes construídas em relação à polícia civil, ao exército e aos civis (paisanos)”. (NUMMER, 2000).

Nummer ressalta que os alunos reconhecem o policiamento ostensivo como uso de fardamento um alvo fácil para serem vigiados pelos civis, ao mesmo tempo que também ficam vulneráveis para os erros que seus agentes cometem em serviço. Eles relatam à autora que o serviço na rua é o mais almejado das atribuições, pois eles associam a ajudar o próximo, ter contato direto com a comunidade os anseiam. O policiamento ostensivo é visto como uma doação à comunidade e aos cidadãos de bem. Esta representação está intimamente ligada ao papel de heroísmo que a profissão lhe agrega ao mesmo tempo que os faz enxergar como uma profissão acima dos demais civis e funcionários públicos, haja vista que seu juramento envolve a promessa da própria vida.

Daniele de Souza Alcântara, oficial da Polícia Militar do Distrito Federal, realizou um estudo sobre a identidade profissional dos agentes de segurança para compreender a identidade profissional de policiais militares a partir das suas representações sociais. Intitulado “Muito mais que segurança: identidade profissional de policiais militares do

Distrito federal a partir de suas representações sociais”, Daniele efetuou duas coletas de dados do mesmo público, em 2011 e 2015, separados os dados por oficiais e praças. O seu livro de mesmo nome, lançado em 2018, expõe o sujeito policial em sua forma de pensar enquanto profissional²⁴ o que é extremamente necessário para compreendermos suas representações nesta pesquisa.

As pesquisas de Nummer e de Alcântara estão intimamente ligadas, pois enquanto aquela teve por objeto de estudo os praças do curso de formação de 1999/2000 na Academia do Rio Grande do Sul, esta teve por objeto os praças (e oficiais) da Polícia do Distrito Federal, de 2011 e 2015. Ambas demonstram pontos em comum extremamente relevantes para a compreensão das representações deste grupo que tem suas condutas, símbolos e cultura próprias. Há dois pontos em comum: Curso de Formação Policial (juramento) e a rotina profissional. A capacidade de se compreender na sociedade e como o policial se relaciona com o outro (funcionários públicos e civis), auxiliam na compreensão e análise dos seus sentidos comuns em relação à Segurança Cidadã.

Em linhas gerais, as representações sociais se apresentam como uma forma de conhecimento do senso comum, por meio do qual objetos, pessoas e situações são compreendidas e significadas em determinados grupos sociais, com conteúdo conceituais e simbólicos. São ideias compartilhadas sobre o mundo social. Assim, para entender as representações sociais de um dado grupo social acerca de um tema, é preciso, antes de tudo, perceber como ocorre a construção simbólica da realidade relacionando-a com a vivência do grupo (PORTO, 2010).

Enquanto Daniele encontrou similaridades no público de 2011 e de 2015, mesmo após a implantação do nível superior da polícia do DF, Nummer realizou uma etnografia no curso de formação de alunos soldados de 1999/2000 com a recente implantação do ensino médio na Brigada Militar que se deu na reforma de 1997. Daniele ressaltou que ambos os grupos pesquisados (2011 e 2015) confirmaram que seu modo de ser mudou após o ingresso na corporação e que deram ênfase à frase de servir e proteger a sociedade. O grupo de 2011 teve foco na sua mudança pessoal enquanto o grupo de 2015 mostrou a preocupação com a postura que passa para a sociedade que serve, marcando um movimento em relação ao papel social do trabalho policial²⁵.

Nummer destacou a visão de mundo dos alunos soldados em pesquisa e destaca que a turma 1999/2000 apresenta a preocupação do ‘brigadiano’ com a postura para a sociedade que

²⁴Alcântara, Daniele. Muito mais que segurança. 2018.

²⁵ Pág. 228. Muito mais que segurança. 2018

também participa, focando na imparcialidade que deve apresentar no atendimento de ocorrências, além da postura física como mãos para trás e bom fardamento:

Tomando como referência o conjunto destes princípios, é possível apontar que os valores inculcados no aluno são referendados, principalmente, pela postura de imparcialidade no atendimento às ocorrências, o olhar vigilante, as mãos às costas; pelo funcionalismo público de doação que envolve a ideia de se doar à comunidade da qual o 'brigadiano' é também membro, devendo ser exemplo; na solidariedade, ideal aprendido na necessidade de passar por sofrimentos e na oposição da relação *nós-eles*; e pela imposição de respeito, posturas físico-morais aprendidas e subjetivamente controladas por um 'governo de si' (Nunmer, 2000, p. 73).

Os nomes das duas obras - Ser Polícia, Ser Militar de Nunmer e Muito Mais que Segurança de Daniele Alcântara - expressam a representação da identidade deste grupo pesquisado. Ser policial para os próprios, é ser o exemplo à sociedade, pois cada um carrega em si a corporação, seja pelo seu poder, pela sua postura, mas sempre um ser em eminência e destaque que está naquela posição por um carregar consigo o peso do juramento da sua própria vida para o bem do outro.

No entanto, um dos pontos de insatisfação dos policiais com a utilização dos grupos culmina aqui, se o policial se vê como um herói para a sua sociedade como pode estar à disposição apenas de um determinado grupo de pessoas (no aplicativo)? Esta situação o rebaixaria à uma condição de policiamento privado e por isso insatisfatório.

3.6 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO TEORIA DE PESQUISA

A pesquisa inicia nas primeiras impressões que a pesquisadora tem sobre o uso do aplicativo na instituição. Isto porque os conceitos de violência percebidos em cada grupo são bastante distintos, requerendo, para tanto, planejamentos de segurança diferentes. Como por exemplo, o policiamento ao público escolar é regulado e planejado diferente para o policiamento do comércio.

O termo Representação foi utilizado inicialmente por Durkheim para distinguir a representação individual da coletiva, no âmbito da sociologia, em um esforço para isolar um objeto de estudo social diferenciando-o do campo da psicologia. O estudo das representações sociais adquiriu um lugar central nas ciências sociais a partir dos estudos da sociedade contemporânea. O conceito de Representação Social nascido no campo da psicologia social em Serge Moscovici visa compreender como o conhecimento advindo do senso comum

orienta o comportamento de determinado grupo social sobre o enfoque de um tema, como a violência (PORTO, 2010).

A representação social pode ser compreendida por três dimensões: a informação que chega até o indivíduo, o campo cognitivo que cria as imagens sobre determinado assunto e as atitudes que são o reflexo-prático dos anteriores. Não podemos confundir com a Representação Coletiva de Durkheim, o qual distinguia as diferentes formas de representação atrelando a representação individual à psicologia e a coletiva à sociologia. Durkheim compreendia que o social era quem influenciava as ações do indivíduo, pois a partir de uma visão macro da sociedade, haveriam estratos sociais com o mesmo pensamento influenciando o indivíduo. Já Moscovici denominou representação social o comportamento do indivíduo que construía estes estratos, sua formação unitária compreendendo o cotidiano das sociedades.

Para Maria Stela Grossi Porto, a Teoria da Representação Social contribui para a compreensão sociológica da realidade brasileira da contemporaneidade (PORTO, 2010). Os grupos de *WhatsApp* são compreendidos como uma revolução na capacidade de organização social, impelindo os cientistas sociais a estudarem este fenômeno compreendendo suas formas de pensar e seus conflitos, identificando perfis e as compreensões sobre o conceito de violência nos determinados grupos. Para Porto:

...outra importante contribuição da Teoria de Representações Sociais para a sociologia: seu caráter (ou função) pragmático (a) de orientadora de condutas individuais, de grupos e de instituições públicas (a elaboração de políticas pode ser efeito de determinadas representações) ou privadas. Ou seja, da mesma forma como justificam e orientam práticas dos atores sociais, assim também, a depender de como são apropriadas pelas instâncias institucionais, as representações sociais podem justificar orientar políticas públicas (PORTO, 2010).

O comportamento dos membros destes grupos de interação comunitária das polícias, através do aplicativo de mensagens, registra os dados da comunicação de forma a possibilitar a compreensão de como as representações sociais absorvidas pela comunidade civil se cruzam com as representações institucionalizadas. O policial também é um indivíduo que carrega consigo suas crenças e valores que fundamentam suas ações quando age em nome do Estado. Dessa forma, aqui explicita a necessidade de regulamentação desta forma de interação a fim de que vícios pessoais não se sobreponham ao dever e aos princípios da impessoalidade nas respostas dos agentes.

Neste sentido a TRS vai analisar o imaginário que se tem sobre Segurança Cidadã, mas a autora desta teoria exemplifica, assim como a mídia faz a imagem do Rio de Janeiro como violento, orientando práticas subjetivas do indivíduo como o preconceito e estereótipos e que ameaçam a construção de uma imagem justa (PORTO, 2011).

4 AS REPRESENTAÇÕES DE SEGURANÇA CIDADÃ

4.1 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE CIVIL

Como visto, a pesquisa se utilizou da teoria das Representações Sociais formulada por Maria Stela Grossi Porto. A autora faz sua redefinição de forma a filtrar as representações de termos de senso comum empregados nas interações. No entanto, como meio de interpretação, trata de compreender o conceito de ‘Segurança Cidadã’, através do conhecimento que o público analisado possui. Assim, com o intuito de melhor compreender as interações dos grupos de segurança, neste título, busca-se compreender as representações de parte deste grupo de participantes civis, a partir de um grupo focal realizado com moradoras da comunidade da Zona Leste de Porto Alegre.

As participantes foram convidadas pessoalmente pela líder comunitária responsável por um dos grupos mais ativos, entre os nove grupos do 19º Batalhão e tiveram ciência da posição da entrevistadora policial-pesquisadora, isto porque suas posições ativas na busca de suas participações na segurança pública de seus bairros, possuem a tendência de melhor contribuir diretamente para um canal que elas mesmas fazem uso.

Foi solicitado diretamente às participantes mais atuantes do grupo o convite para participar do grupo focal, pois são as que mais interagem com a polícia local, também foram as mesmas que organizaram-se para conserto de uma das viaturas da área, dentro de todo o protocolo para oficial a doação, pelas normativas da instituição. Aceitaram o convite cinco mulheres, entre 60 e 70 anos, as quais foram reunidas na casa da líder desta comunidade. Abaixo um quadro com as características e resultado de um prévio formulário da entrevista em grupo (“APÊNDICE A”):

Quadro1 - Participantes civis dos grupos de *WhatsApp*, 2019

Idade:	Faixa 60-70
Cor de pele:	Todas Brancas
Sexo:	Mulheres
Contato com a BMantes dos	60% nunca tiveram contato antes e 20%

grupos:	apenas tiveram contato formal em ocorrências ou reuniões.
Meio de informação antes dos grupos:	60% TV/80% jornal/20% os dois
Quantos grupos participa:	20% até 5 e 80% mais de 5
Como conheceu os grupos:	60% conhecidos e 60% reuniões de bairro
Avalia as interações policiais:	60% totalmente satisfatórias e 40% Satisfatórias
Avalia as interações dos demais:	20% Totalmente Satisfatórias e 80% Satisfatórias
Indicaria o canal?	100% sim (Agilidade e benefício social)

Fonte: Autora (2020)

Reconhecido o grupo, assinado termo de participação na pesquisa e seguindo roteiro de perguntas, passa-se à análise das Representações sociais apresentadas na entrevista que seguiu o roteiro de perguntas do “APÊNDICE A”. Para a primeira pergunta, foi questionado: qual o conceito ou visão que elas possuíam de polícia ou policial antes dos grupos, e se houve modificações, quais?

Participante 1: “Eu tinha medo. Uma coisa mais repressiva, realmente distante, fria. E às vezes até assim ó... ao invés de eles te ajudarem, o contrário, tu ia ser perseguida, como se tu vai falar alguma coisa e tu vai ser vítima, vai ser ré, vai se envolver com algum problema. Medo. Medo da polícia”.
Todas concordam e dizem: “medo”.

Participante 2: Eu costumava dizer que quando eu via um policial e via um bandido, eu não sabia para que lado eu corria. E depois da interação, agora eu sei que o principal objetivo deles é te ajudar. É te socorrer, entendeu?

Participante 3: Eu não, não tive problema. Eu já conhecia um vizinho da civil (Polícia) e meu marido também era civil. Eu sabia quem era o mocinho e quem era o bandido.

Outras conversando: Eu ainda tenho medo da Civil (Polícia Civil). Outra: é a Civil também me dá medo. Com a Civil eu tenho receio, e a Civil tem fama mesmo de ser meia.... ‘falcatrua’...

Participante 4: Eu confesso que tinha bastante preconceito. Só pensava na Brigada Militar no momento que eu precisava. Não tinha a mínima ideia assim de todo o trabalho da Brigada Militar assim, inclusive o trabalho de inteligência da Brigada Militar...

A unanimidade nos discursos das participantes é de um distanciamento da Instituição em relação a sua comunidade. A representação que se tem da Polícia era de uma instituição fechada e distante. A polícia que busca a preservação da ordem e da tranquilidade apresentava-se não como sinônimo de proteção, mas de um provável inimigo. A polícia compreendia uma violência simbólica, colaborando para a sensação de mais insegurança. Ora, se ver policiais, gera segurança ou mais insegurança? E como se aproximar de maneira humanizada com esta comunidade que teme o próprio órgão policial?

Participante 4: “Eu acredito que esta minha visão da Brigada Militar se dê pela educação que eu tive. Eu nunca tive em nenhuma instituição de ensino, em casa nada que eu fosse ensinada, que falasse sobre Brigada Militar, acho que a gente não é educado para conviver com a polícia. Acho que esse é o problema...”

Outro importante apontamento é: enquanto elas demonstram como mudaram suas visões com este órgão, as demais participantes comentam que hoje possuem medo da Polícia Civil. Clara transferência de seus desânimos para outro órgão ainda distante da comunidade, muito em decorrência da sua natureza de investigação e polícia judiciária. Assim, os medos percorrem os discursos e assumem novos lugares sombrios, pois se a Brigada Militar se mostra mais aberta e alcançável com estes aplicativos, as demais polícias acabam herdando este temor.

A participante, que também representa uma Associação de bairro de outra localidade de Porto Alegre e de competência de outro Batalhão, informa que a falta da polícia de maneira mais presente no dia a dia da comunidade, seja em escolas, universidades e ou outra interação, é o que faz a diferença. Caso contrário, teremos sempre a verdade que nos é refletida pela sombra da fogueira de tempos sombrios de caverna da era militar. Neste sentido, o policiamento comunitário, como os policiais que educam contra às drogas nas escolas, poderá afetar sobremaneira na educação que se forma neste novo caminho. A esperança é que no futuro estes jovens sejam cada vez mais próximos das suas polícias e sejam os primeiros a buscar a construção de uma verdadeira Segurança Cidadã na prática.

A segunda pergunta versou sobre: Você já visitou algum espaço da Brigada Militar? Surpreendeu-se com alguma coisa? O quê? As respostas são as seguintes:

Participante 3: Muito carro (viatura) quebrado. E moto.

Todas: (concordam). É.... muito....

Participante 4: viaturas sucateadas. Falta de alojamento adequado. Achei insalubre a cozinha, tudo muito sucateado.

Participante 2: os espaços são precários. Instalações precárias.

Participante 3: Buraqueira, aquilo tudo cheio de buraco.

Participante 4: alojamento insalubre...quando tem...

Mais uma vez, um impacto negativo recai na ideia de espaços públicos que se têm. Embora as mídias informem constantemente as más instalações de escolas públicas e hospitais públicos, por exemplo, quando se depararam com as instalações policiais as participantes surpreenderam-se. Começa aqui uma quebra de conceitos sobre o espaço público de segurança, aumenta a preocupação com o ‘como ajudar?’, por parte das moradoras. Mas, ao mesmo tempo, desconstrói qualquer concepção que se teria sobre a instalação dos agentes de segurança.

A próxima pergunta segue sobre após a aproximação com a policial local e as trocas de informações: Após o ingresso nos grupos de *WhatsApp*, conte alguma novidade que você descobriu sobre a Brigada Militar (alguma competência, protocolo, atuação...):

Participante 1: Não sabia que a polícia atuava no trânsito e que fazia boletim de ocorrência no local.

Participante 2: Sobre o trabalho da Brigada Militar apesar de estar há mais de 5 anos nos grupos, eu ainda acho que desconheço a maior parte, o que eu conheço acho que ainda é bem limitado, fica mais naquele âmbito das ocorrências, o que ocorre mesmo nos grupos de WhatsApp, mas acho que tem bem mais coisas que a Brigada faz e uma coisa que eu gosto de salientar que tive conhecimento através de um livro: foi que os BOs deixaram de ser feitos pela Civil e começaram a ser feitos pela Brigada Militar desde 1986, e que isto foi uma luta, uma conquista da Brigada Militar, porém o trabalho do policial aumentou exponencialmente.

Como se percebe, a comunidade mesmo em contato com a Brigada Militar ainda não se sente suficientemente suprida de conhecimentos necessários sobre a própria instituição. Uma das participantes, pioneira dos grupos de *WhatsApp* no seu bairro, diz que as interações com a polícia, em cinco anos de interação comunitária, restringem-se aos despachos de ocorrências sem muita troca de informação e orientação.

A quarta pergunta versa sobre: Como você imagina que seja planejada a segurança de seu bairro?

Participante 1: Os tais BO's (boletins de ocorrência) Um dos motivos que cobram da gente, para saber estatísticas. Fora isso, acho que ir lá na porta, cobrar se fazer conhecido... acho que é por aí, uma amizade com os comandantes.

Participante 2: Acho que tinha que ter mais contato (com o comandante), agradecer um pouquinho né....

Participante 3: Em políticas públicas o que vai definir sempre é números, o que vai definir são os números sempre com o cidadão participando.

O conceito que elas possuem sobre policiamento é de que ele é feito puramente por estatísticas, haja vista ser a principal cobrança da BM. Salientam que suas ideias estão intimamente ligadas ao que a polícia discursa e orienta no espaço de interação. O que se compreende é que foi interligada comunidade e polícia, mas a postura da polícia neste ambiente ainda é bastante restrita aos despachos de ocorrências e algumas divulgações de atuações positivas.

A última pergunta diz respeito sobre: Você já percebeu algum comentário ou situação nos grupos que estimulem ou sejam claramente violentos? Que compactuam com a violência?

Participante 1: 'Brigalhada' de vizinho e 'brigalhada' com a Brigada? ...teeeemm, sim, tem.

Participante 2: tem um que queria dar uns tiros - se o ladrão entra eu mato! Porque eu chamei a Brigada, a Brigada não me atendeu eu mato!

Participante 3: Acho que o que vem funcionando mesmo são as regras: se todas as vezes que você adicionar uma pessoa, você antes jogar (publicar) as regras do grupo, acho que isso hoje já não tem mais. Se o grupo for organizado e tiver boas regras ali curtas e claras. Para situar a pessoa. Cada vez que tu adicionar uma pessoa, jogar (publicar), no particular as regras. Funciona!

Participante 4: Uma coisa que me surpreendeu foi o nível dos soldados. Achei que fossem pessoas mais simples, eu vi que são gente com faculdade com uma habilidade de lidar com gente chata. Porque ali no *WhatsApp* até eu, mandava minhas conversinhas e sempre foi uma delicadeza no responder.... E as respostas de alto nível. Isso foi uma grande surpresa. Às vezes a gente fala que eles ganham mal e associa a não estar preparados, mas eles estão muito bem preparados.

Percebe-se que as representações da violência nos grupos (grupos com a “presença” da Polícia), também são visíveis pelos participantes. Isto significa que a sensação de ‘invisibilidade’ na participação dos grupos dá uma maior liberdade de expressão, posicionamento e pensamentos possíveis de serem mapeados pela disponibilidade dos registros de dados.

O caráter horizontal da conectividade por redes sociais que alguns tendem a chamar irrefletidamente de democratizante, pode ao contrário, ser o responsável por comportamentos autoritários e agressivos. Na plataforma, os sujeitos sentem-se mais seguros para expressar opiniões divergentes e conflituosas, além de contar com o apoio de outros usuários que – em situação similar face a face – talvez não se expusessem ou tampouco adeririam a reações coletivas.

Maria Stela Grossi Porto diz que compreender as crenças e valores leva-nos a um campo fértil de pesquisa, pois que se transformam em princípios orientadores de conduta, principalmente em grupos pequenos de interação. Manifestar-se, ou não, a favor da violência já é uma atitude orientada/permitida pelos demais que ali estão.

A elaboração de políticas públicas relaciona-se com efeitos de determinadas representações (PORTO, 2010), mas o êxito de sua implantação pode encontrar barreiras no real conceito dos seus objetivos. Isto se deve ao saber separar o real conceito de segurança cidadã com o significado dela em representações sociais. Deve-se, portanto, sempre trabalhar do conceito às representações como instrumento de nivelção das condutas de agentes públicos.

Outro importante ponto é que o discurso de que policiais são mal remunerados pode estar estritamente ligado à preparação e respeito do próximo. Em analogia ao discurso da participante, a violência policial seria justificada pela falta de reconhecimento e remuneração dos militares. Assim é a famosa representação que se tem dos serviços públicos em geral.

4.2 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO POLICIAL

Agora entramos na outra ponta desta política pública de segurança: trata-se do agente de segurança pública responsável pela sua aplicação e fundamental para seu êxito. Abordaremos aqui como os policiais percebem a participação da sociedade civil na sua rotina profissional.

Mas, por que são importantes as representações sociais do policial militar? Primeiramente, porque a representação é a teoria que servirá para desenvolver a sugestão de padronização da Instrução Normativa que regula o uso deste aplicativo na instituição, ofertada no último capítulo. Dessa forma, o conceito que servirá de base é o Curso Básico de Formação Policial Militar –CBFPM, que o agente público recebe, pois é a primeira socialização do ser policial. Isto significa que é essencial, ao aplicar políticas públicas, compreender como o agente ‘da ponta’ se reconhece, internaliza o conhecimento técnico fornecido nas academias para então se compreender o senso comum que orienta suas condutas na prática. Isto está intimamente ligado ao êxito, ou fracasso de uma política pública de segurança.

Conforme a grade do Curso Básico de Formação Policial Militar – CBFPM, o policiamento comunitário possui carga horária prevista 30h, 24h a sugestão pela Matriz Curricular Nacional – MCN (2014). Segundo a pesquisa, a primeira pergunta foi sobre a motivação que tiveram para ingressar na corporação.

GRUPO POR APLICATIVO

Para esta pesquisa qualitativa, utilizou-se a técnica do grupo focal, mas num ambiente virtual, ou seja, conciliou-se a etnografia digital com grupo de entrevistas, pois esta parte foi desenvolvida por meio de grupo de *WhatsApp*. Por isso, foram convidados através de um link público para participação de pesquisa, militares estaduais com o mínimo de 3 anos de exercício efetivo na função e experiência de policiamento ostensivo. Foi criado um grupo no aplicativo e gerado um link que foi disponibilizado em um grupo fechado de 239 policiais militares. Abaixo um perfil dos convidados que aceitaram o convite: Foram 10 homens (50%) e 10 mulheres (50%), entre os participantes, 6 com ensino médio (30%), 6 com ensino superior (30%) e 2 com Pós-graduação (10%). Como a pesquisadora faz parte do grupo, e

mediante apresentação, confiando que tratava-se de uma pesquisa autorizada pela instituição e desenvolvida por uma colega, houve aceitação imediata de 20 pessoas.

Dessa forma, mais de 30 participantes ingressaram no grupo, consentindo com os termos de pesquisa. Embora sejam oferecidas estas respostas, elas servem apenas para complementar e evidenciar como as respostas do formulário Google foram claramente mais fidedignas. Isto por que os participantes sentiram-se mais seguros com a garantia do anonimato do formulário on-line que não foi possível pelo grupo de *WhatsApp*. Por isso, não será detalhado o tratamento dos dados e sim reproduzir as principais respostas.

Houve apenas 20 respostas completas do questionário orientador de entrevista. Sobre o perfil dos participantes: os policiais pesquisados são todos praças (praças são os agentes de nível médio: iniciam soldados, passam por 3º (em extinção) e 2º sargentos até 1º Tenente; o quadro de oficiais são de nível superior em direito e vão de capitão, major, Tenente-Coronel a Coronel). Os vinte participantes estão em pleno desenvolvimento do policiamento comunitário ou estiveram desenvolvendo-o recentemente. Importante lembrar que a Brigada Militar é órgão público, e que seleciona por concurso público seus policiais com alguns pré-requisitos: ter até 25 anos, carteira nacional de habilitação, mínimo categoria B, todos com bons antecedentes policiais. Todos eles submetidos a estatuto próprio militar.

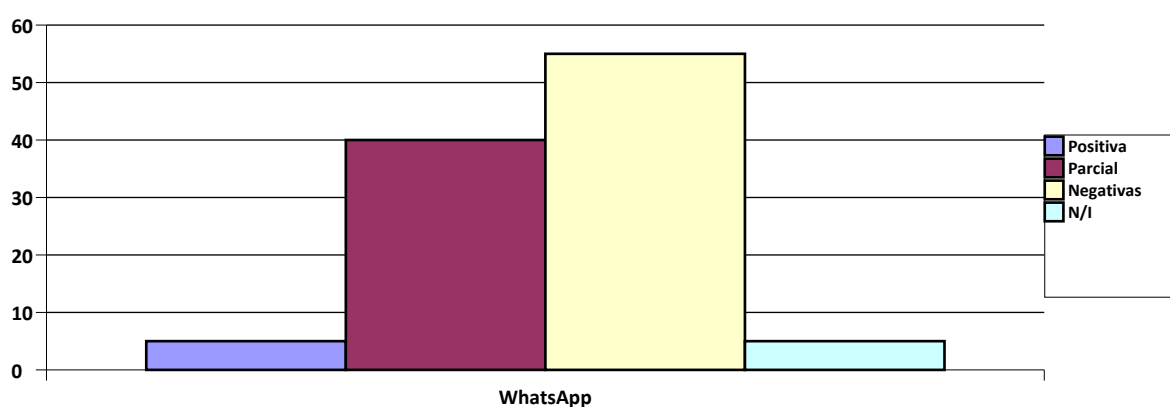
PERGUNTAS

Primeiramente, a pesquisadora se apresenta e coloca-se à disposição para dúvidas iniciais e relata o termo de consentimento livre e esclarecido aos participantes. A primeira pergunta versa sobre o porquê de terem ingressado na Brigada Militar: trata-se de um público que buscou esta profissão por ter na carreira pública a oportunidade de exercer sua vocação, pois representam 65% dos participantes (13). A expressão ‘amar o que faço’, se fez presente na maioria das respostas - *vocação... primeiramente, por querer ingressar em qualquer cargo público, depois me apaixonei pela ideia de ser policial militar*- relatou uma participante de mais de 7 anos de profissão.

Agora passamos para a segunda pergunta, pois foi elaborada de forma que o policial pudesse expressar os seus sentimentos quanto à interferência da comunidade na sua atuação do dia a dia. Apesar de compreender, geralmente de forma negativa, a pergunta trouxe a clareza de oportunizar as palavras contribuir/atrapalhar, para que ao policial também fosse ofertado uma visão positiva na sua resposta.

O gráfico 1 mostra as respostas de forma a compreender com base nas seguintes noções: Positivo: como as respostas que foram totalmente favoráveis ou que trouxeram ideias de contribuição da sociedade no policiamento (seja de ideia comprovada, seja de ideais); Negativo: ideias que associaram somente a fatos de efeitos negativos de suas experiências com a comunidade, sem possibilidade de ver, sequer, uma possibilidade positiva ou futura; e parcial (negativo/positivo) = respostas que trouxeram no mínimo uma possibilidade futura de uma interferência positiva na atuação policial foram incluídas nesta categoria. Vejamos o gráfico nesta perspectiva:

Gráfico 1 – Como você avalia o aplicativo?



Fonte: Autora (2020)

Percebe-se que totalizaram 5% de resposta totalmente positiva da sociedade no policiamento local (apenas 1). Importante ressaltar que o participante tem mais de 7 anos de policiamento, com mínimo de 5 anos de policiamento ostensivo, mas que hoje não está desenvolvendo-o diretamente na rua – *Acredito que a sociedade, nos dias atuais, interfere muito no sentido de contribuir para sucesso do trabalho policial. Os meios de comunicação são muito importantes e criam um canal de comunicação direto com a comunidade, que garante a excelência dos serviços prestados* – Disse o participante.

-A sociedade interfere e na maior parte das vezes por falta de conhecimento de modos operandi (atuação) policial militar-;

-Interferebastante, mas normalmente atrapalha sempre achando atitudes erradas por falta de conhecimento do que é serviço de polícia-;

-Interfere! Pelas críticas e achismos de como deveriam agir policiais em ocorrências-;

-Interfere, os civis se metem nas ocorrências policiais, inclusive querendo ensinar os policiais como trabalhar e como devem agir sem ter o mínimo de conhecimento do motivo da abordagem ou o que está acontecendo-;

-Interfere devido ao desconhecimento-;

-Interfere, no sentido do juízo de valor que ela faz da maneira de atuação do meu trabalho, ou seja, as vezes não tem a informação correta e fala coisas erradas da minha maneira de atuar-;

-Não consigo quantificar a interferência, às vezes de forma positiva ajudando e se interessando pelo bem geral e noutras negativa interferindo diretamente em abordagens e prisões-;

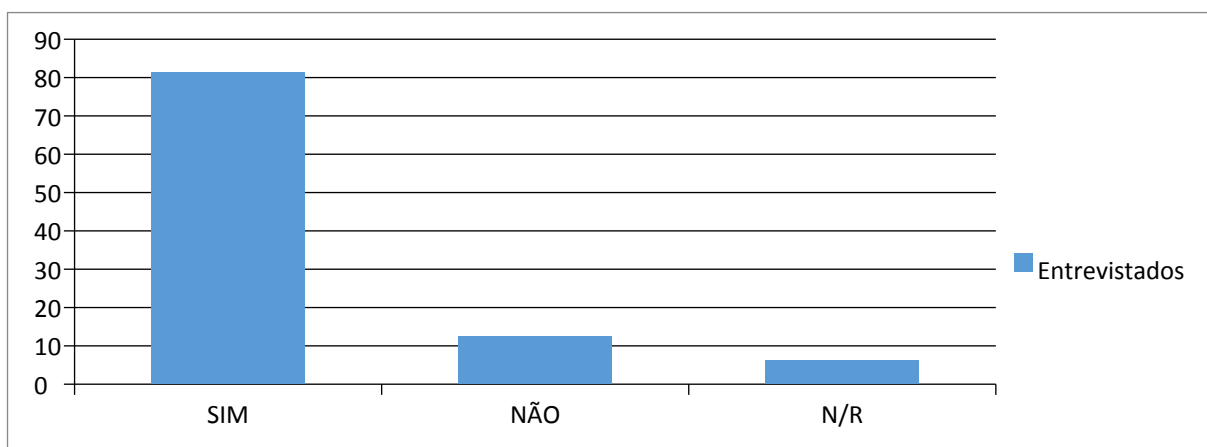
-Porém na maioria das vezes elas mais atrapalham porque ainda tem aquela imagem de que a Brigada é psicólogo, advogado de paz, conselheiro, "assustador de marido" e outros. E acabam nos solicitando sem necessidade.
Mas essa cultura vai ser difícil mudar.

Já as menções totalmente negativas, chegaram a 50% das respostas. A maioria associou a interferência tendo como grande relevância a justificativa de se fundarem na falta de conhecimento das atuações policiais. Outro ponto importante sobre a falta de conhecimento das atuações policiais, foi a fundamentação que os entrevistados apresentaram pelo distanciamento –*a sociedade, na sua maioria, ainda mantém uma certa ‘distância’ da Brigada Militar, quando poderiam fortalecer os vínculos, contribuindo com informações relevantes para maior eficiência nos serviços prestados*- disse uma das entrevistadas com mais de sete anos de policiamento.

Finaliza a sua compreensão –*Essa distância tem diminuído um pouco graças ao policiamento comunitário, onde há um estreitamento dos laços, entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais e a sociedade* -. Assim, a esperança da construção de uma Segurança Cidadã na sua prática parece estar intimamente apoiada na diminuição dos abismos criados entre polícia e comunidade, herança da época ditatorial. O próprio policial sente-se distanciado.

Vamos a quarta pergunta que versa objetivamente sobre o uso do aplicativo *WhatsApp* no policiamento ostensivo. A pergunta 4: Caso seu batalhão opere com os grupos de *WhatsApp*, você já operou ou atendeu alguma ocorrência despachada pelo aplicativo?! Qual sua concepção sobre ele no policiamento?

As respostas foram as seguintes, dos 16 que responderam, 81,25% já atenderam ocorrências via aplicativo, 12,5% não atenderam ocorrências com este aplicativo e 6,25% não atenderam e não atuam no policiamento ostensivo.

Gráfico 2 - Você já atendeu ocorrências com o aplicativo do *WhatsApp*?

Fonte: Autora (2020)

Importante salientar que o link para participação da entrevista foi divulgado em grupos informais, formados somente por policiais militares, abrangendo um público específico, mas sem requisito de ter tido experiência com o aplicativo ou que estejam no policiamento ostensivo; mesmo assim, os que aceitaram participar foram quase todos policiais que tiveram contato com o aplicativo em discussão, o que contribuiu sobremaneira para a resposta de uma avaliação do aplicativo pelo uso dos policiais.

Sobre as respostas, as ideias mais repetidas foram positivas: o termo rapidez/agilidade para atendimento das ocorrências, superação de tecnologias disponíveis, maior sensação de segurança da comunidade que participa, meio de aproximação da comunidade e, por fim, a necessidade de desenvolvimento e adequação das polícias às demandas e fenômenos sociais.

Já os pontos negativos foram: a falta de filtragem nos despachos dos grupos que culminam em despacho de ocorrências que (no entendimento policial) não são de suas competências; a falta de conscientização de que o canal, por ainda não ser oficial, acaba sendo confundido como nova forma de despacho, equiparado (erroneamente) ao 190; a confusão que se gera nos participantes que entendem o canal como forma de segurança particular despachando a polícia para conflitos, inclusive, pessoais.

Abaixo algumas transcrições sobre agilidade de atendimento e as principais ideias sobre a falta de filtragem no despacho de ocorrências:

-Já atendi muitas ocorrências despachadas por grupos de whats. Acredito que seja um canal de aproximação com a comunidade, mas precisa ter um filtro grande para não deixar ocorrências de grande vulto para ir atender outras que não são.

-O XX Btl. usa o app para despacho de ocorrência com grupos dos bairros. Seria bom se tivesse um filtro dos Whats mandados, pq virou bobagem. Das informações repassadas são muito poucas as que são realmente verdadeiras. A maioria é bobagem que não necessita o deslocamento da vtr (viatura).

-Onde eu trabalhava tinha grupos de whats, já atendi ocorrências pelo grupo e acho bem interessante desde que sejam observados critérios e limites. Prioridade é o 190, pois nem todos os bairros ou regiões tem acesso a grupos de Whatsapp e também sendo observado que grupos de Whatsapp não despacham viaturas ou dão ordens, eles apenas servem como ferramenta facilitadora na comunicação entre a sociedade e a Brigada.

Torna-se visível que os policiais compreendem a necessidade do aplicativo como meio de aproximar a comunidade da sua polícia, bem como as contribuições que trouxe para superar tecnologias disponíveis, atualmente, no policiamento ostensivo. Porém, a atual forma de utilização tem gerado problemas de insatisfação pelo policial que está submetido, pois a falta de normatização pela Brigada Militar sobre os objetivos dessa forma de interação tem sobrecarregado o policiamento de ponta, gerando também uma sensação de insegurança da comunidade local. Isto por demandar mais ocorrências que não chegam a ser atendidas pela polícia local ou sensação de maior segurança de outros por confundir o policiamento público com o particular.

Sabendo-se que não há capacidade física ou virtual para organizar toda uma comunidade em rede com a policial local, isso significa dizer que os participantes civis dos grupos consideram o aplicativo um espaço microfísico de área de atuação que requereria a atenção dos policiais de forma integral; por isso, sobrepõe seus interesses gerando em contrapartida, um privilégio para alguns incentivando a desigualdade social.

As respostas apresentadas aqui foram registradas no grupo virtual e copiadas *ipsis litteris*. Após a participação os participantes foram desligados e a conversa em grupo gravada. Mas uma vez que as respostas eram abertas a todos os demais participantes, optou-se em desenvolver grupo focal presencialmente, mas devido à pandemia que se iniciava no estado, culminou na captação de respostas pelo formulário *on-line*.

4.2.1 Formulário *on-line* aplicado aos policiais

A teoria das representações sociais sugestionada para a elaboração da coleta de dados, através de uma etnografia digital de participação virtual em grupos de *WhatsApp* sofreu modificações ao longo da pesquisa. Alguns pontos que justificam a mudança no caminho foram a demora da autorização para iniciar a pesquisa, bem como o estado de

calamidade instalado no estado em seguida à autorização, o que inviabilizou a coleta de dados como entrevistas.

A fim de coletar os dados de maneira virtual e abranger um número maior de interessados, foi desenvolvido um formulário *on-line* pelo Google, desenvolvido com a referência do formulário de Daniela Alcântara, orientada pela própria Dra. Maria Estela Grossi na PMDF em 2011 e 2015, com alterações (“APÊNDICE B”).

O formulário *on-line* teve uma contribuição que superou a prevista, isto por que desenvolver uma pesquisa com militares estaduais que possuem um rigoroso estatuto com extensas transgressões disciplinares, gerou medo na entrevista em grupo focal desenvolvida no *WhatsApp*; pois, mesmo que a pesquisadora tenha os orientado sobre o sigilo da pesquisa, alguns ficaram receosos de responder e de participar de forma mais livre, muitas vezes chamando a pesquisadora no privado para responder quando seu pensamento contrariava o da instituição. Por isso, o formulário Google, o qual teve o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no seu início, e assegurado o sigilo dos participantes, mostrou opiniões ainda mais abertas sobre o que pensam os policiais participantes sobre as interações de grupos.

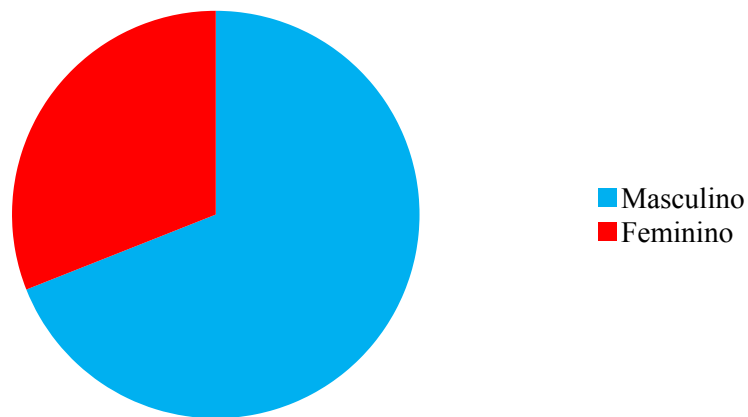
Importante ressaltar que este formulário não foi aplicado com a intenção de comparar a pesquisa da oficial e orientanda de Maria Stela Grossi Porto, desenvolvido na PMDF, mas foi utilizado como base as perguntas anteriores às respostas abertas (foco da pesquisa) a fim de melhor identificar os policiais participantes, sem prejuízo de apontamentos quando os dados aqui obtidos coincidam com o mesmo resultado da dimensão de amostra realizada pela oficial Daniela Alcântara no DF, o que foi muito superior.

A primeira pergunta versou sobre a idade do pesquisado, para que possamos compreender o público. Registraram-se 13 (treze) participantes com idade entre 21 e 30 anos de idade, 29 (vinte e nove) participantes entre 31 e 40 anos, 8 (oito) participantes entre 41 e 50 anos e 5 (cinco) participantes entre 51 e 60 anos.

A população é predominantemente masculina em conformidade ao último relatório de perfil da polícia militar publicado em 2017 no sítio do Ministério da Justiça, onde constavam no estado do RS 13.313 policiais masculinos para 2.383 policiais femininas²⁶. Sendo um total do país 349.226 policiais masculinos e 43.852 policiais femininas.

²⁶MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANA PÚBLICA. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa Perfil das instituições de segurança pública (Ano- Base 2017)**. Brasília,2019. Disponível em https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-perfil/relatorio_pesquisa_perfil_anobase_2017.pdf. Acesso em 04 de agosto de 2020.

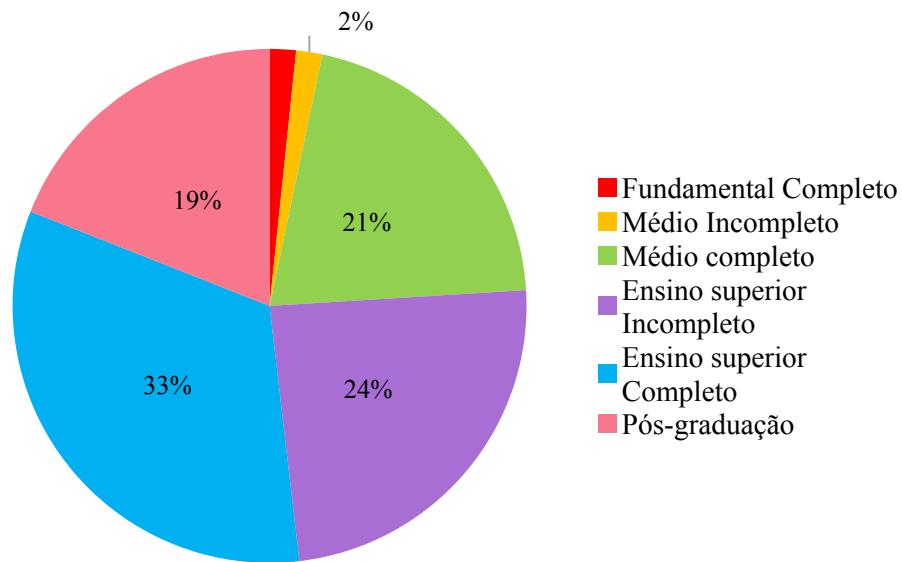
Gráfico 3 – Sexo dos participantes do formulário



Fonte: Autora (2020)

Quanto ao grau de escolaridade, sabe-se que a corporação passou ao requisito do ensino médio através da reforma da carreira em 1997. Mesmo prevalecendo o mesmo grau de escolaridade o público de praças e soldados atuantes no policiamento ostensivo apresenta o seguinte gráfico:

Gráfico 4 - Grau de escolaridade dos participantes do formulário

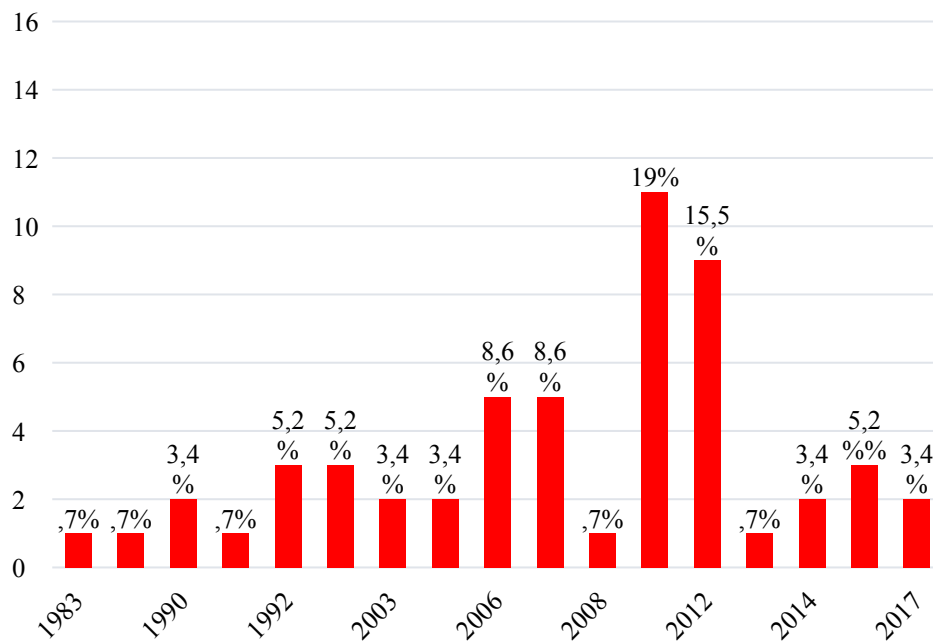


Fonte: Autora (2020)

O total do público que já ingressou no curso superior e já possui experiência de nível acadêmico mais elevado, soma mais de 75,9% dos respondentes. No perfil de PMs do MJ (2017) ainda constavam no RS, 68 com ensino fundamental, 11.272 com ensino médio, 4.031 com curso superior, 268 especializações, 42 com mestrado e 15 com doutorado, esta pesquisa de referência, engloba oficiais e praças.

Este resultado não apenas contribui para a valorização da carreira para nível superior como também reforça a importância de aperfeiçoar a academia de polícia com a participação e no modelo acadêmico de nível de graduação, sem qualquer prejuízo, pois o público ingressante já traz consigo experiência acadêmica. A quarta pergunta vai contextualizar a primeira, pois permite compreender os anos de experiência deste público:

Gráfico 5—Ano em que os participantes do formulário ingressaram na polícia

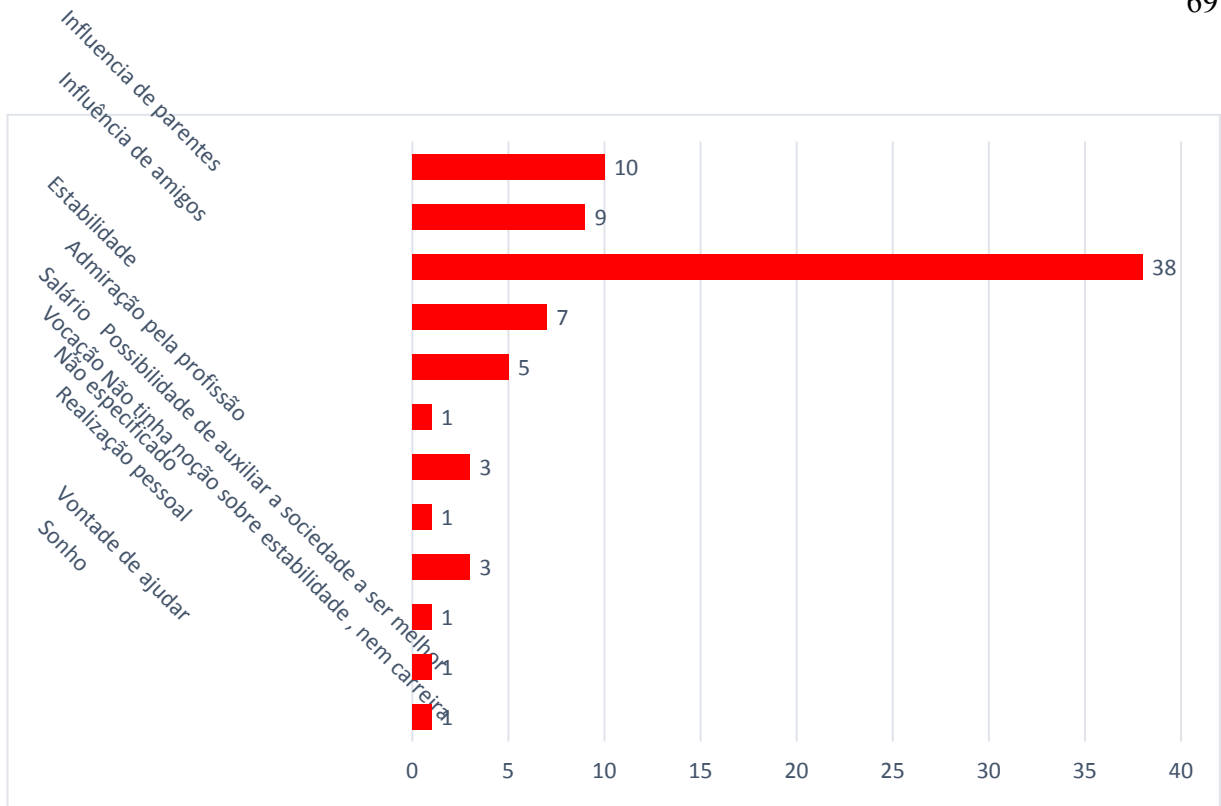


Fonte: Autora (2020)

A grande parte do público possui entre 7 e catorze anos de experiência no policiamento ostensivo, portanto suas respostas podem ser analisadas a partir da segunda socialização do policial militar que é com a sua experiência do efetivo serviço nas ruas. A quinta pergunta informa a escala de serviço dos policiais pesquisados, para compreender a quantidade de exposição às ocorrências diárias. A maioria de 31,6% encontra-se atualmente em escalas administrativas, enquanto a segunda maior com 19,3%, escala é de 8 a 6 horas diárias seguida da escala de 12x36 (trabalha 12 horas e folga 36 horas) com 14%. Com a convocação de aprovados do último concurso de 2017, os mais antigos a partir da turma de formação de 2012, acabam tendo prioridade para assumir serviços administrativos.

Aqui foi perguntado a motivação para ingressar na carreira, entre as respostas mais eminentes estão por influências e a segurança de um cargo público.

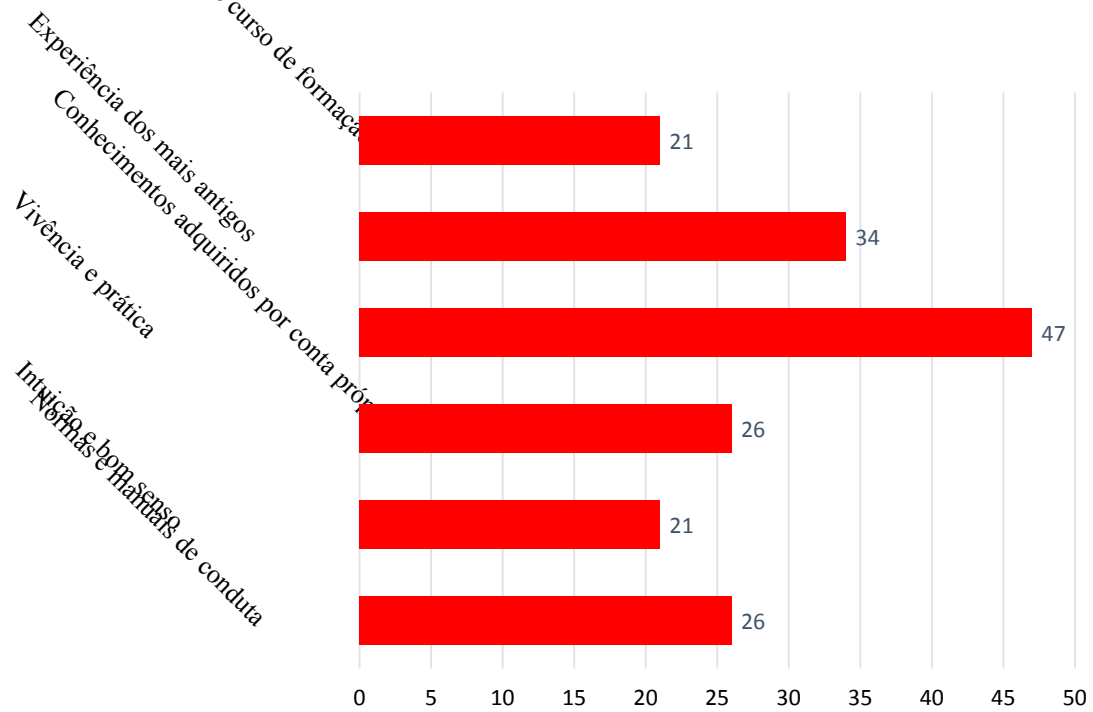
Gráfico 6 – Motivações que levaram os participantes do formulário a entrarem na polícia



Fonte: Autora (2020)

A estabilidade de um cargo público (66,7%), juntamente com a influência de amigos (15,8%) e familiares (17,5%) é o que caracteriza a atração à profissão que ingressou na corporação. Em comparação à PMDF, em 2011 destacou-se a estabilidade do cargo (78%) e o atrativo salarial (42%), ao passo que em 2015 manteve-se os resultados na porcentagem de 80% e 36% respectivamente. Os respondentes da corporação militar apresentam uma identificação muito maior com a instituição que o atrativo salarial como a PMDF. Confirmando a pesquisa de Fernanda Nummer em 1999/2000 na Academia da Brigada Militar.

Gráfico 7 – O que orienta os participantes em seu trabalho diário

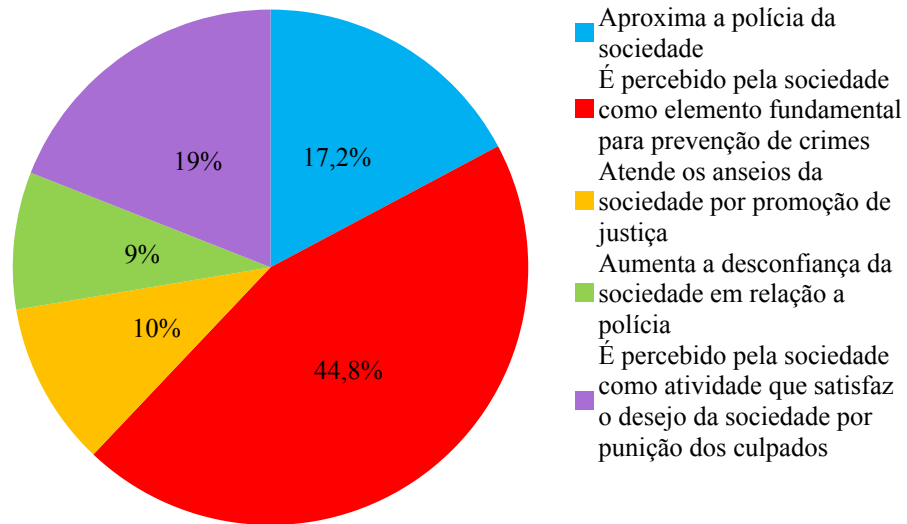


Fonte: Autora (2020)

Fica evidente a observação que fazemos sobre a avaliação que o policial demonstra de seu curso de formação. Pois segundo os dados o curso de formação não oferece condições da sua realidade prática. Mas sim sua vivência com 80% na primeira posição. Na PMDF, em 2011 e 2015, os praças mantiveram a primeira posição com 79% das respostas, mas ao contrário do aprendizado do curso de formação que no RS restou em 4ª posição, na PMDF mantiveram o conhecimento do curso em 2ª posição em 2011, 54% e 2015 com 48%.

Infere-se a importância que os cursos de formação devem receber a fim de tornarem-se mais práticos e próximos da realidade do agente com experiências que possibilitem desenvolver um trabalho mais voltado para a prevenção de crimes de forma cidadã e comunitária, possibilitando identificar comportamentos discriminatórios e tratá-los antes de oferecer este profissional para às ruas. Mas também, questiona-se: será que esta distância percebida não se dá justamente por não existir uma cobrança institucional para a prevenção de crimes de forma cidadã? Ou seja, isso até está presente na academia, mas é percebido como fora do dia a dia, da vivência no policiamento? Uma pesquisa complementar poderia ser focada neste ponto.

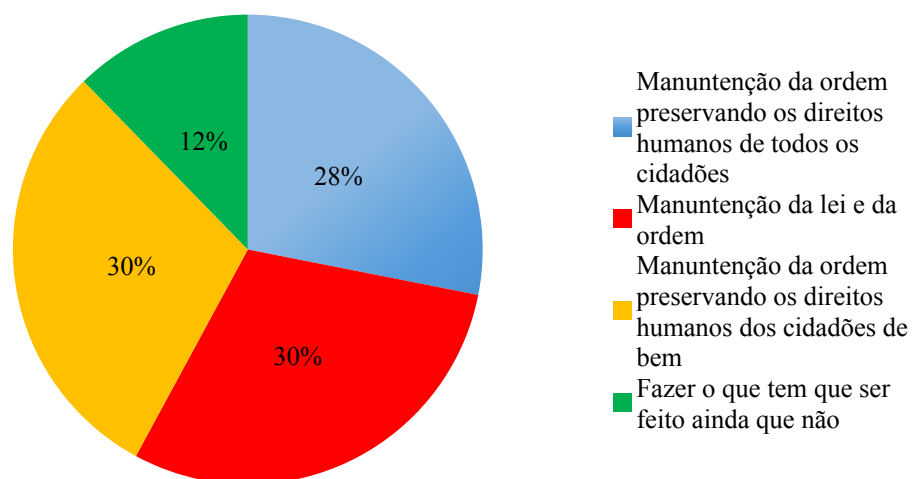
Gráfico 8 – Opção dos participantes a respeito do trabalho da polícia militar



Fonte: Autora (2020)

Nítida a impressão que o policial gaúcho em de sua atuação pela sociedade, como elemento fundamental na prevenção de crimes, 44,8%, seguido por uma maior aproximação da comunidade.

Gráfico 9 - Opção dos participantes sobre o que a sociedade espera do policial

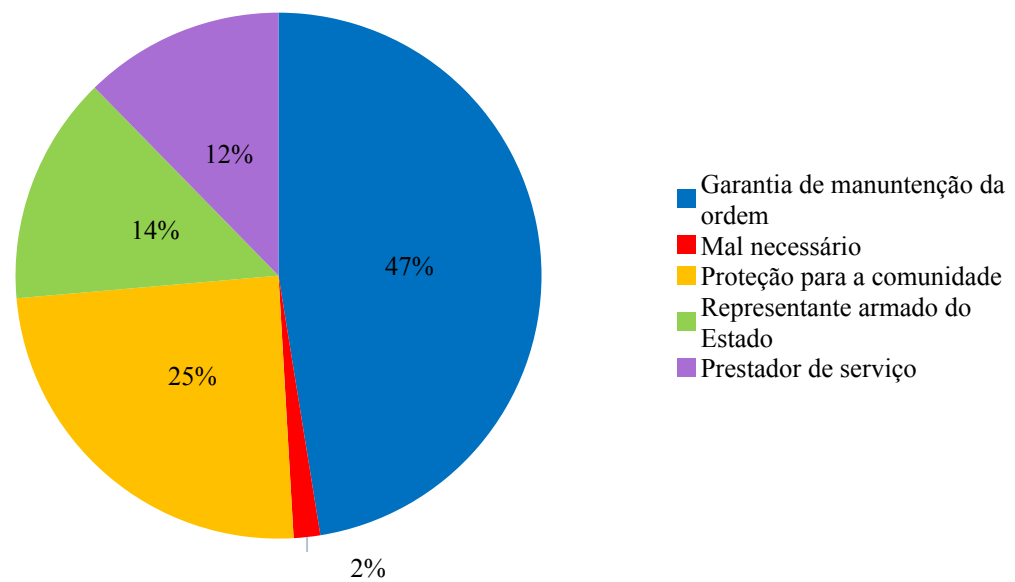


Fonte: Autora (2020)

Este gráfico demonstra que o policial gaúcho respondente tem a representação de que a comunidade espera que o policial mantenha a ordem preservando os direitos humanos

(29,8%) ao mesmo tempo que mantenha a aplicação da lei (29,8%). Tendo sido significativo a importância da demanda da sociedade com os Direitos Humanos. Evidente também que o termo cidadão de bem atraiu quase 30% dos respondentes, portanto presente a concepção policial este senso comum.

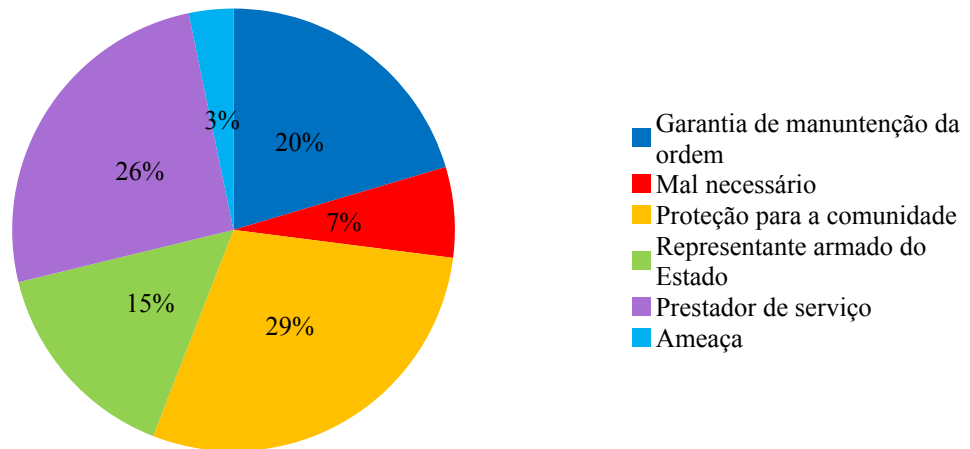
Gráfico 10- Percepção dos participantes do formulário sobre a polícia



Fonte: Autora (2020)

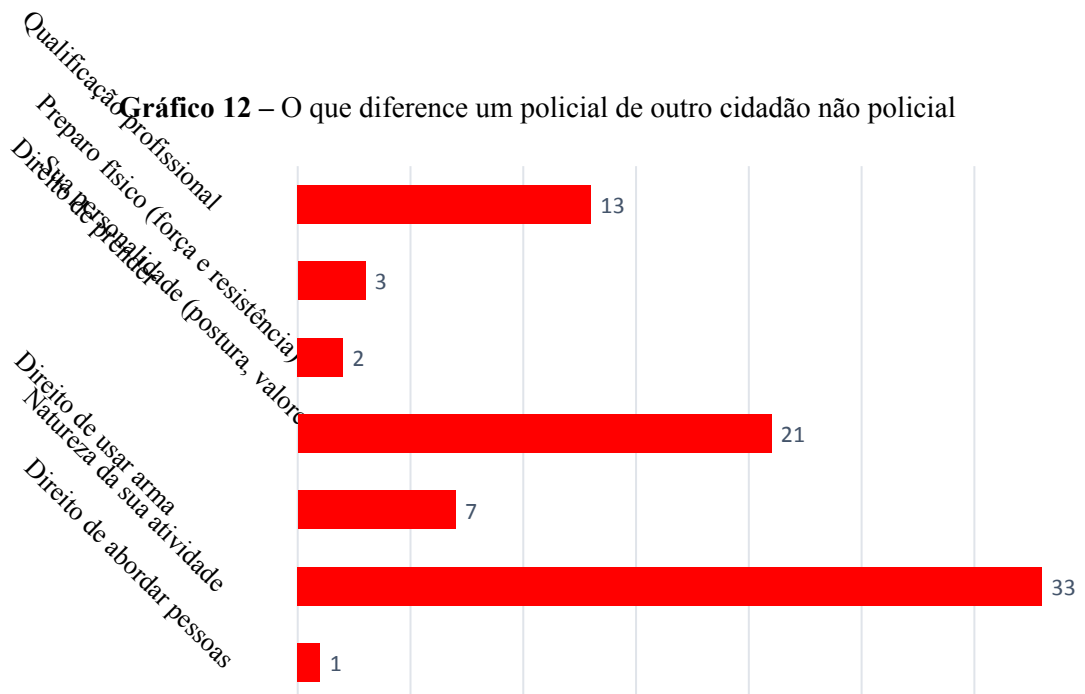
Os policiais gaúchos respondentes demonstraram que percebem a polícia como garantia da manutenção da ordem e representante armado do estado 13,8%. Ao passo que a PMDF em 2011 vê a polícia como garantia de manutenção da ordem pública, 56,5%, e proteção para a comunidade, 20,4%. Em 2015, manteve-se a mesma posição, mas na porcentagem de 57,9% e 17,4%, respectivamente

Gráfico 11- Como a sociedade vê a polícia na avaliação dos participantes



Fonte: Autora (2020)

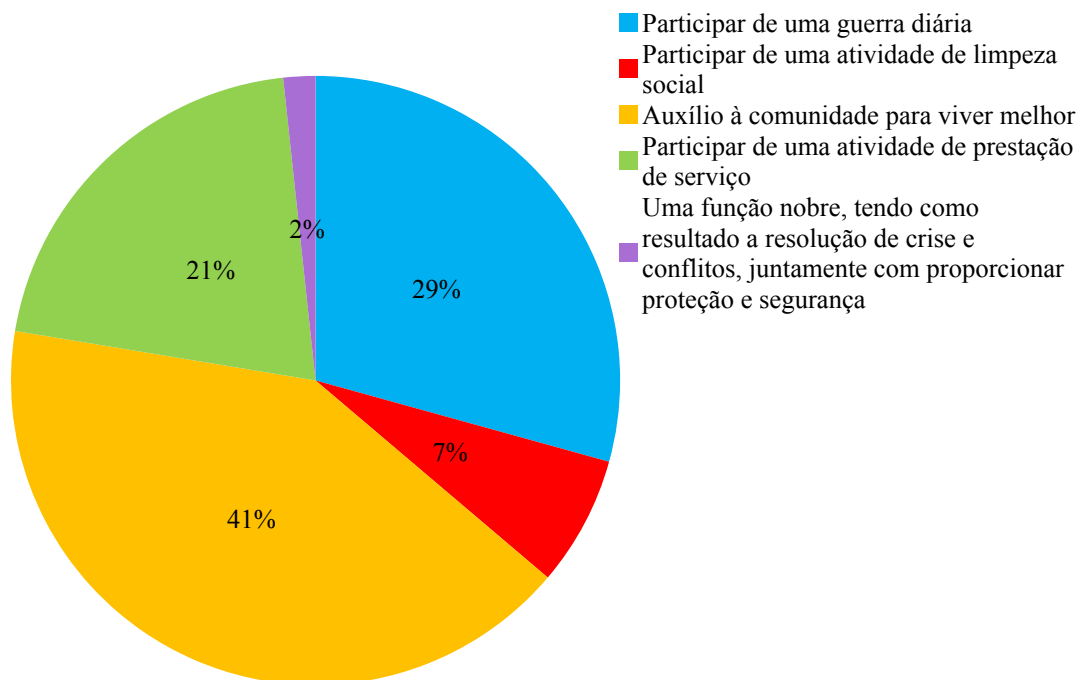
Os policiais gaúchos respondentes demonstraram que se sentem percebidos pela sociedade como ‘proteção da comunidade’ (29,3%) como um prestador de serviço (25,9%) com garantia de manutenção da ordem (20,7%). Enquanto na PMDF, os praças em 2011 responderam como proteção para a comunidade (29,4%), atrelado com mal necessário (24,0%). Em 2015, o mal necessário (32,4%) ultrapassou a proteção da comunidade (29,4%) de forma considerável. Em resumo, uma prestação de serviço de proteção, logo menos de prevenção.



Fonte: Autora (2020)

Enquanto na PMDF, em 2011, os praças tiveram 92,4% em primeiro lugar pela ‘natureza de sua atividade’, em 2015, a PMDF mantiveram a mesma posição. Enquanto os praças da BM demonstram a mesma percepção de suas atividades, a ‘sua personalidade’(posturas, valores,) que ocupou a segunda posição com 36,8%, foi a terceira posição no PMDF em 2011 e, em 2015, a terceira posição. A percepção do policial e do outro, por si mesmo, demonstra um conjunto de natureza de sua profissão com suas crenças e valores.

Gráfico 13 – Significado do exercício como policial para o participante



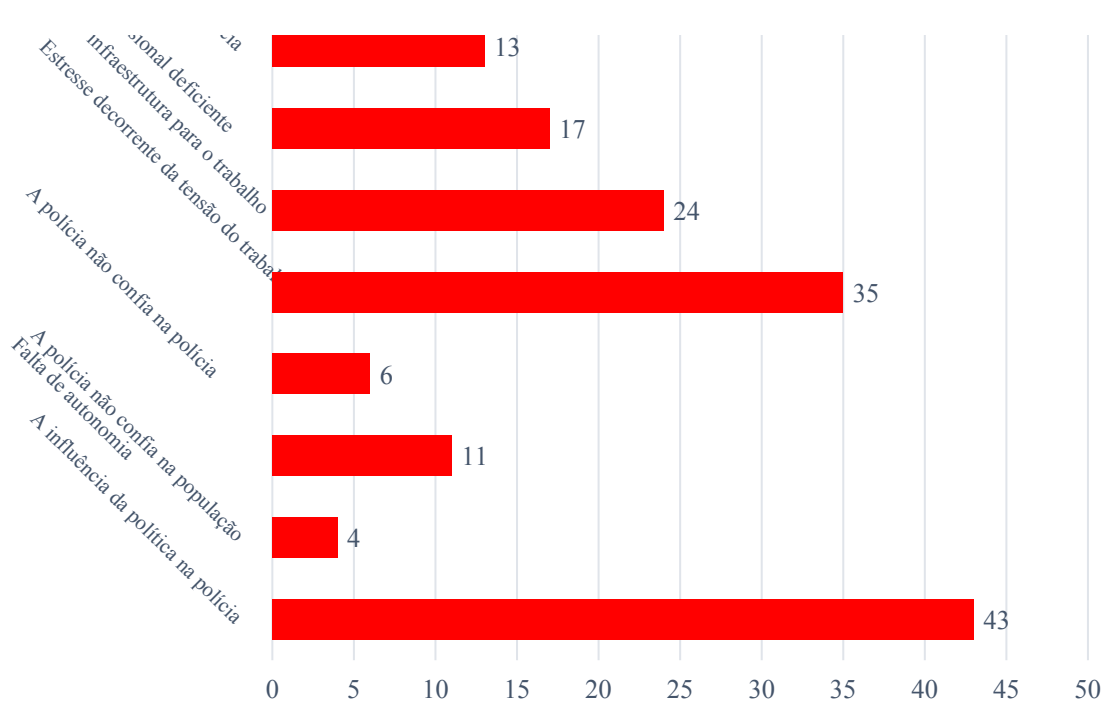
Fonte: Autora (2020)

Essa pergunta demonstra o significado do exercício da atividade dos policiais. A pesquisa de Daniela na PMDF, que possui características bastantes peculiares em relação à polícia gaúcha (escolaridade, região, remuneração, entre outros), mostrou que os praças, em 2011, entendiam, em primeiro lugar seu trabalho, como ‘auxiliar a comunidade para viver melhor’ (33,22%), mas perdeu a primeira posição em 2015 para ‘participar de uma guerra diária’. Percebemos que nesta pesquisa, os praças do policiamento gaúcho ainda consideram o

auxílio à comunidade a sua principal função. Em resumo, proteger a comunidade em meio a

População não
Bairros sal
F

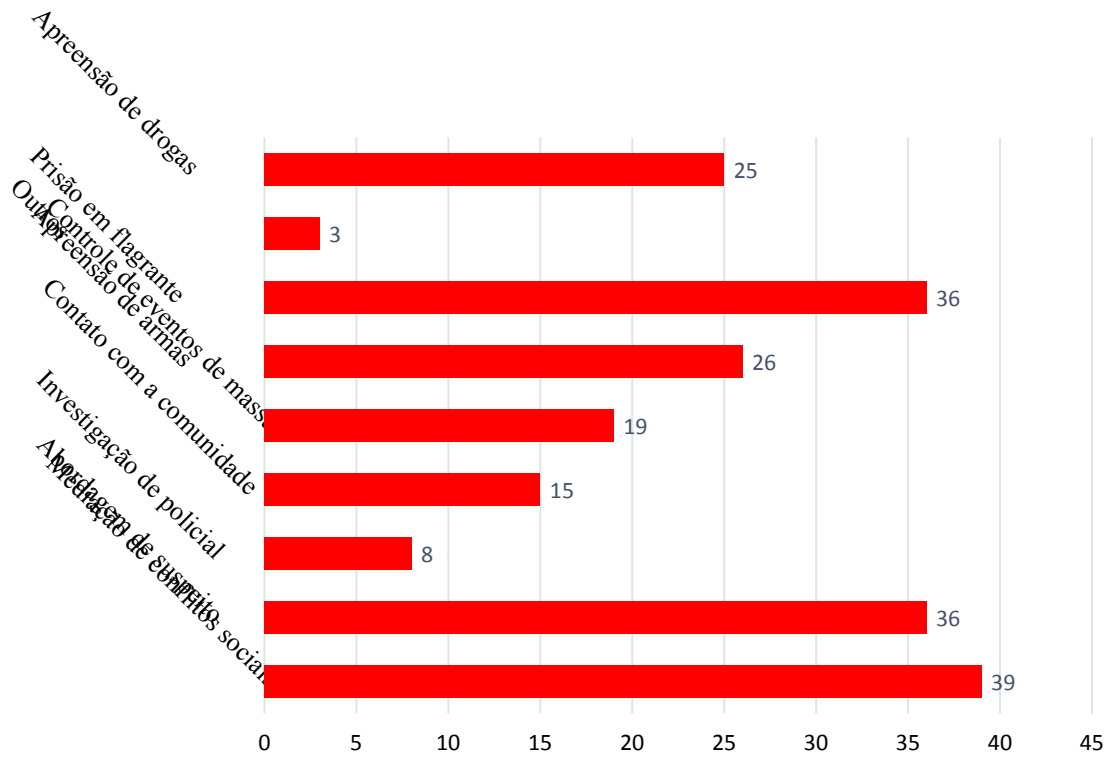
Gráfico 14 - Maiores dificuldades para o trabalho policial



Fonte: Autora (2020)

Destacou-se a influência da política na polícia com 74,1%, seguido do estresse decorrente da tensão do trabalho com 60,3%. Uma vez que estes itens foram ofertados podendo ser selecionados mais de um ao mesmo tempo, considera-se que o estresse do serviço e a políticas são os fatores mais negativos percebidos. O que na PMDF em 2011 e 2015 do quadro geral apontou os mesmos resultados, apenas modificando a posição, pois o estresse do serviço passou de 76 a 75%, superou a influência política 70 e 67%.

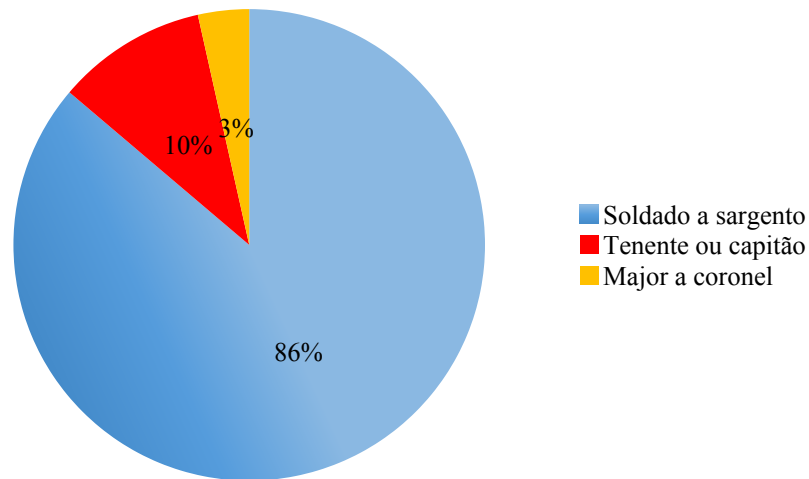
Gráfico 15 – Principais alternativas que caracterizam o trabalho policial



Fonte: Autora (2020)

Ressalte-se que foi possível marcar mais de um item de resposta: mediação de conflitos (67,2%) e prisões (62,1%) e abordagens (62,1%) foram os que mais se destacaram. O que na pesquisa da PMDF, em 2011, foi em primeiro lugar prisões em flagrantes (71%), abordagens de suspeitos (66%), seguidas de apreensão de armas (65%), sendo que em 2015 os praças passaram a abordagem de suspeito em primeiro lugar com 72%, seguido de apreensão de armas (68%) e prisões em flagrante com 67%. O policial gaúcho tem uma visão mais comunitária das necessidades da comunidade, de forma que a mediação de conflitos é o objetivo do policiamento comunitário de preservação da ordem.

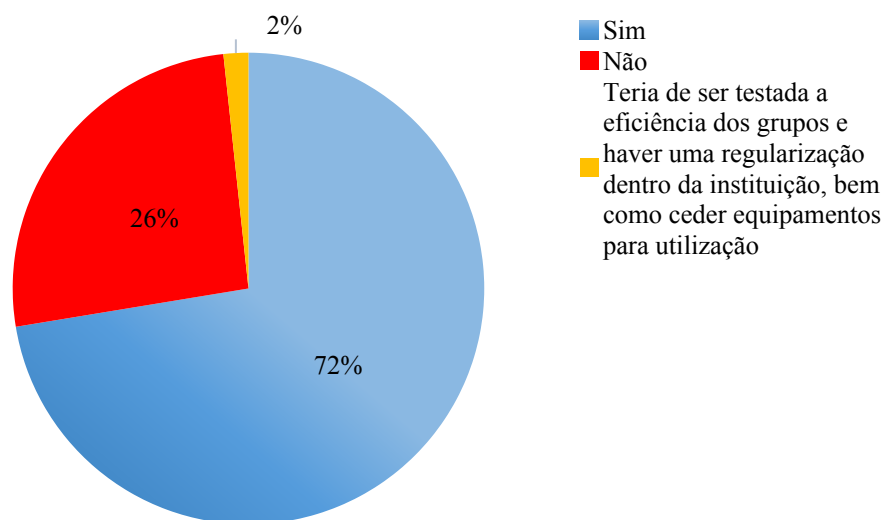
Gráfico 16 – Cargo ocupado na polícia pelos participantes



Fonte: Autora (2020)

Quanto ao perfil dos respondentes mais de 86% são praças, por isso as comparações feitas à pesquisa da PMDF se restringem aos resultados obtidos com praças, excluindo-se os oficiais.

Gráfico 17 – Você é a favor da utilização dos grupos comunitários de segurança, via *Whatsapp* pela Brigada Militar?



Fonte: Autora (2020)

Mais de 72,4% dos respondentes são favoráveis à utilização do aplicativo na instituição. Demonstrando uma permissão para o novo e de atualizações de tecnologias para o

setor de segurança. Mas esta pergunta foi formulada de forma fechada, mesmo que possibilitando para complemento, mas servindo de um norteador para a próxima pergunta e mais importante e trabalhada.

Passamos às respostas das duas perguntas abertas sobre o uso do aplicativo: a primeira consiste em relatar uma experiência positiva e uma negativa quanto ao uso do aplicativo na corporação. Foram registradas 47 respostas, assim que elas foram separadas por duas colunas, respostas positivas e respostas negativas. A partir de uma análise das respostas pela pesquisadora, as respostas foram separadas nas colunas e posteriormente foram classificadas em categorias em comum.

Algumas respostas apontaram pontos positivos e negativos de maneira clara, algumas não opinaram e algumas apresentaram apenas pontos positivos ou apenas negativos. Dessa forma, das 47 respostas, 37 foram possíveis decifrar os pontos específicos. Cada resposta foi lida e interpretada por categorias específicas, como os ‘nós’ que são possíveis pelo aplicativo NVIVO, ou seja, palavras em comum ou referente ao mesmo assunto.

Assim, as categorias positivas e a quantidade de pontuações foram: agilidade (14); canal acessível (1); canal 190 (5); policiamento comunitário (8); troca de informações (6) prevenção; sensação de segurança (1); transparência (1); e credibilidade (3). Como pode ser visualizado na nuvem de palavras gerada:

Figura 1 – Nuvem de palavras positivas sobre o aplicativo



Fonte: Autora (2020)

Já as categorias negativas e a quantidade de pontuações: distração (2); falta de coordenação (2); falta de regulamentação (3); segurança de dados /identificação dos participantes (5); insatisfações do público (1); administração dos grupos (1); falta de informação (4) falta de conhecimento; canal 190 (1); cobrança direta – imediatismo (8); interferência (1); aumento de demanda (4); privatização da segurança pública (4); antidemocrático; (3) político uso pessoal. Também pode ser visualizada na nuvem de palavras:

Figura 2 - Nuvem de palavras negativas sobre o aplicativo



Fonte: Autora (2020)

Passamos a análise das respostas da pergunta nº19: Como você percebe a participação da sociedade, em conjunto, com a polícia local, quando se trata do planejamento de segurança e tomadas de decisões no policiamento comunitário? Foram obtidas 49 respostas, as quais foram distribuídas em categorias positivas, negativas e parciais:

Figura 3 – Nuvem de respostas da pergunta nº 19



Fonte: Autora (2020)

As respostas foram separadas por três colunas: coluna com respostas positivas, coluna de respostas com críticas negativas e coluna imparciais ou indetermináveis. Destas foram selecionadas palavras-chave que representavam o ponto negativo ou positivo. No caso das respostas positivas, as palavras: troca de informação, contribuição, eficaz, apoio, agilidade, confiança e planejamento foram os pontos mais indicados. Entre as respostas positivas, uma análise de um participante:

A participação da sociedade é fundamental, para assim planejar as ações no emprego do policiamento ostensivo, na preservação da Ordem pública, e com o avanço da tecnologia essa integração tornou-se notória e de grande importância, pois a Polícia sabendo dos anseios, dificuldades e problemas da comunidade conseguirá dar um suporte maior, com qualidade e eficiência.

Alguns atentam às contribuições da comunidade e de setores privados, a se destacarem em comparação às próprias prefeituras:

Participante: Conselhos privados do município têm sido mais eficientes do que a prefeitura na cidade que trabalho, pois esta não realiza nenhum tipo de parceria com a Brigada Militar e ainda solicita policiamento em seus eventos.

Participante: Sobre a participação da sociedade em conjunto com a polícia, nota-se que é de grande valia para a coletividade, uma vez que aquela colabora com a resolução dos seus próprios anseios. No tocante ao planejamento, certamente as tomadas de decisões em conjunto direcionam as ações dos organismos de segurança para a pontualidade das necessidades, ao consolidar a participação de todos e ter a eficiência da atividade, que resulta num ciclo de confiança com todos os envolvidos.

A importância de estreitamento de laços e nas tomadas de decisões por pessoas que sabem exatamente as dificuldades de sua localidade está no diferencial que esta ferramenta pode ofertar à sua comunidade e principalmente aos órgãos públicos que abrem suas portas. Pode ser assim visualizada:

Figura 4 – Nuvem de palavras negativas



Fonte: Autora (2020)

Acima, a nuvem de palavras com as respostas negativas, entre as principais críticas estão: cobrança de resultados, intervenção no serviço policial, cobrança, falta de reconhecimento, aumento de demanda, não funciona, escassez de recursos e pessoas leigas.

Participante: Cobram o que creem precisar, porém não possuem o entendimento policial de atuação em grande evento ou a necessidade de serviço em tais situações.

Participante: Vária de acordo a disposição de recursos, principalmente humanos, pois a disposição de efetivo leva em consideração índices que muitas vezes a comunidade não tem conhecimento ou mesmo que possuísse, ainda sim iria requerer mais a presença da Brigada Militar em sua região em detrimento de outra.

Participante: Não acho nada legal, pois a visão que o paisano tem, não é igual ao de um policial treinado, temos limites a obedecer (lei), mas para algumas pessoas o que importa é satisfazer os seus desejos o mais rápido possível, mesmo que para isso o policial tenha que desrespeitar o ordenamento jurídico. Fica aqui minha crítica aos grupos de *WhatsApp*, pois muitas abordagens se dão por conta de mensagens de pessoas que "selecionam" os seus suspeitos, por serem negros, malvestidos ou por falta asseio.

Participante: Percebi que há uma grande solicitação do serviço Policial em situações que não são de sua atribuição e, ainda, que a solução seja rápida e eficiente.

Participante: Ha um grupo de pessoas que querem ajudar os policiais bem pequeno mas existe, mas essas pessoas são leigas em relação a oque os policiais fazem na rua, no atendimento de ocorrências...

Essas são as principais respostas negativas com críticas quanto ao entendimento do trabalho e da técnica policial que os participantes civis necessitariam para que a interação e as tomadas de decisões fossem mais produtivas, no entendimento dos policiais. Bem como, houveram alguns apontamentos sobre a necessidade de atender demandas da comunidade:

como as abordagens seletivas com base nos estereótipos eivados de preconceito da comunidade e que contribuem para também um estereótipo negativo da corporação.

4.3 Análise do grupo de segurança

Impossível permitir um canal de acesso da comunidade diretamente com a sua polícia local sem que seus objetivos sejam naturalmente desviados pela demanda da sociedade (caso estes objetivos fossem outro que não o despacho de ocorrências que é a maior demanda). Estes desvios também são incentivados pelas burocracias e obstáculos que os canais tradicionais apresentam. Por isso, o canal de interação comunitária via aplicativo de *WhatsApp*, que surgiu como ambiente propício a divulgações de atuações policiais e contribuições da comunidade local para o planejamento da segurança dos bairros (como por exemplo, indicação de pontos críticos e de maior necessidade de policiamento do ponto de vista do morador), tornou-se na prática o 190 virtual, ou seja, mais um canal de despacho de ocorrências.

Esse é um dos principais fatores apontados nos discursos dos militares estaduais descontentes com o aplicativo em uso por suas unidades operacionais. Não apenas a solicitação de ocorrências, mas suas reiteraões e constantes opiniões de conduta dos agentes, contribuíram para a experiência se tornar negativa para os agentes públicos.

Mesmo com as contínuas orientações, por parte dos policiais, de que os grupos não substituem o telefone de emergência 190, a comunidade muitas vezes não pratica a limitação de cumprir primeiramente o despacho pelo telefone, que é a forma oficial de registro das chamadas diretamente pela mesa de operações e despacho de ocorrências DCCI.

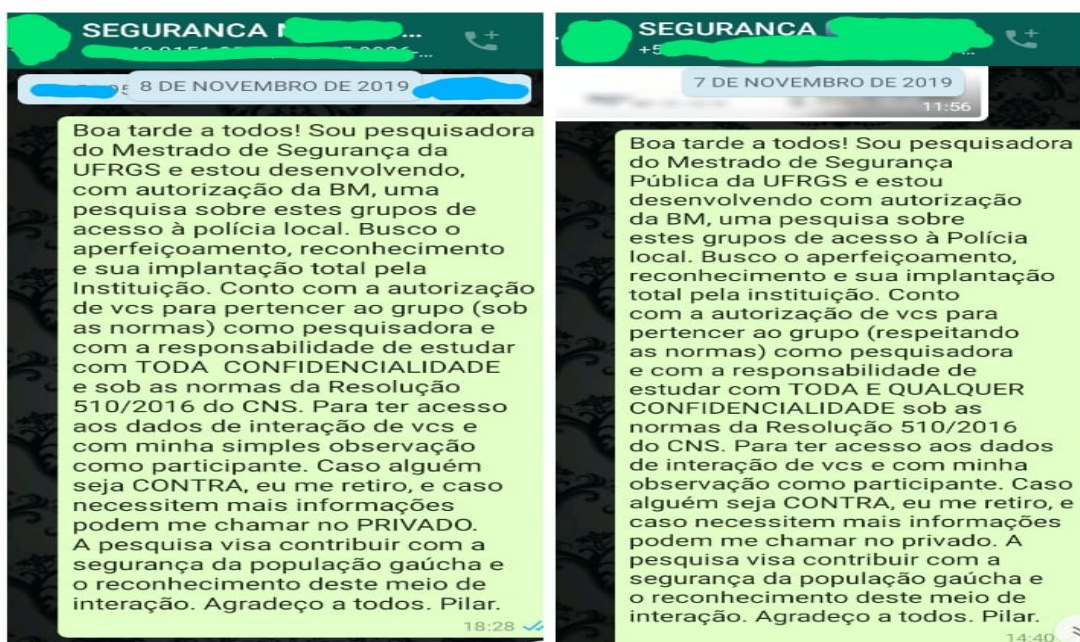
De outra forma, é claro que a agilidade e a qualidade de informações possíveis pelos despachos de ocorrências pelo aplicativos se justifica pela rapidez da diminuição dos interlocutores, que na forma tradicional chegam a no mínimo 2, sem contar vítima e policial ostensivo.

4.3.1 Análise dos Grupos

Dessa forma, a fim de evitar prejuízos maiores à pesquisa, foi possível ingressar em dois grupos de segurança em que a BM se faz presente. O primeiro foi criado em 06 de abril de 2017 e possui atualmente 106 participantes e a pesquisadora ingressou em 07 de novembro

de 2019 a outra conta com 213 participantes e a pesquisadora ingressou em 08 de novembro de 2019

Figura 5 – Prints dos grupos



Fonte: Autora (2020)

Apesar de a pesquisadora também ser uma policial e o grupo contar com a participação ativa da BM de forma diária, optou-se por não se apresentar como policial, mas sim apenas como pesquisadora. A fim de melhor esclarecer a questão, apresentar-se ou não como pesquisadora não causaria efeito no grupo, pois o grupo já possui a participação tanto do comandante da unidade local, como de um policial operador dos grupos. Também, devido a observação ser não participante e a autorização, logo a ciência da participação da pesquisadora e militar estadual foi apresentada direta e oficialmente na Instituição quando na sua autorização para a pesquisa, o estado do Rio Grande do Sul, logo seu órgão Brigada Militar, compreendendo seu efetivo como um todo, também toma ciência a partir do Processo Administrativo eletrônico e público. Portanto, o perfil da pesquisadora e policial fora devidamente apresentada a ambos: participantes e BM. Havia a hipótese de que haveria uma mudança na participação dos civis, mas em um dos grupos foi a própria BM que mudou a atitude depois de saber que os grupos estariam sendo analisados, muitas vezes respondendo os participantes no privado, atitude que não era tomada anteriormente.

Denominar-se-á grupo 01 o de 106 participantes, e de grupo 02 o de 213. Ambos foram criados e são administrados pela comunidade. Os líderes comunitários, os quais

também são administradores, possuem ciência da condição policial da pesquisadora e a adicionaram, sem informar aos demais. Após a apresentação, passou-se aqui a ter uma observação não participante, por dois fatores: 1- estar a pesquisadora subordinada às transgressões disciplinares e evitar demonstrar conhecimento de técnicas e educação policial; e 2- de qualquer forma interferir para o resultado da observação.

Ao ser adicionada no grupo, imediatamente foi publicado no grupo, as regras para participar:

Sejam bem-vindos !!

REGRAS DO GRUPO Segurança 4:

✘Proibido Pornografia

✘Proibido falar sobre Religião

✘Proibido falar sobre política

✘Proibido falar sobre futebol e Sexo.

✘Vídeos somente com base em reclamação por perturbação ao Sossego, furto, tráfico, arrombamento.

✘Proibido discussão no grupo e ou conversas, pois existe o grupo união para as conversas.

Grupo somente para solicitação de ocorrências.

Importante:

Ao solicitar uma ocorrência pelo grupo sempre dar o maior número de dados possível, tipo: características do meliante, roupa que está usando, se for por som automotivo, placa e cor do veículo e localização exata, se for por estabelecimento comercial endereço correto.

Sempre que possível no caso de perturbação ao Sossego alheio, vídeo comprovando o fato, serve também para baderna e depredações.

Todo elogio é bem-vindo, porém a cada morador que entrar no grupo e agradecer alerta o polícia que está com o telefone, ou seja, melhor que não o façam.

Os administradores repassam os agradecimentos diretamente ao comando em nome de todos.

Não respeitando as regras:

Exclusão imediata✘

Exclusão de membro através de qualquer ADMINISTRADOR NÃO SERÁ REVOGADA.

△Evite discussão com algum outro membro, reincidências não será tolerado

△Não fale o que não sabe “eu vi em um vídeo, meu papagaio me contou, meu amigo me disse, me mandaram de outro grupo...”

não diga palavrões e não use palavras que tendem a ofender as pessoas...

✓Respeite os demais membros, para que seja respeitado.

Para solicitar que seja incluído alguém no grupo, favor chama um dos administradores no privado.

Fica proibido pedir aqui pelo grupo.

Dúvidas procure os ADMINISTRADORES

A pesquisa analisou o primeiro mês de observação nos grupos de maneira minuciosa, listando numa tabela cada interação publicada de ambas as partes. Dessa forma, foi observado que entre os inúmeros despachos de ocorrências policiais ou fatos pertinentes ao bairro, muitas informações foram descartadas como sendo desnecessárias. Uma vez que o foco da

pesquisa é direcionado ao senso comum e o pensamento dos moradores e policiais sobre ‘segurança cidadã’, foi dada preferência aos comentários de ambas as partes que se encaixassem em categorias: quais as explicações da Brigada Militar? Orientações dos moradores de como a BM deve agir; como é pensada a segurança no grupo?

A pesquisa despreendeu-se do quantitativo de postagens (ocorrências, tempo de respostas e quantidade de publicação dos atos policiais), pois o foco é a análise de representações de senso comum nos discursos destes grupos com o fim de direcionar as Normativas existentes sobre o uso desta ferramenta na corporação.

Houve relevante quantitativo de solicitações de ocorrências, entre elas solicitação de abordagem, perturbação do sossego e som alto foram as mais registradas. A média da resposta da BM foi quase imediata, haja vista este Batalhão possuir um militar responsável pelo atendimento de demandas pelo aplicativo em tempo integral em posto de 24 horas. Alguns comentários de elogios às atuações policiais foram selecionados para que pudesse ver o emprego de senso comum nos discursos:

Morador: Parabéns ao esforço do X BPM, que faz o máximo que pode. Na condição de Morador e **Cidadão de Bem** carente de segurança e ordem, exponho que o apoio dos Moradores do (a) (bairro) é recíproco.

A ideia de ‘cidadão de bem’, permeia a interação ao longo de meses de análise (novembro/2019 a julho/2020). Como se trata de parcela da comunidade que está em contato direto com a polícia local, compreende-se dentro da parcela ‘de bem’ quem apoia a sua polícia, gerando uma relação de superioridade para com os outros (que não participam), termo muito comum e de resquício da campanha eleitoral recente que incentivava o uso de armas de fogo pela comunidade.

Outro discurso, ocorrido entre às 22h17 de uma quinta-feira confirma ideias que a BM é a única capaz de resolver os problemas daquele bairro:

Moradora: Por que não tomam uma providência definitiva a favor dos moradores??? Esse XXX tem que fechado, não podemos continuar todos os dias pedindo providências da Brigada. Quanto custa para o estado esses deslocamentos da Brigada para intervir nessas bagunças. Acabem com bares e esse XXX. Levem para a beira do Guaíba. Será que ninguém vê o que acontece no nosso bairro??? POR FAVOR BASTA

22:58 BM ESTEVE NO LOCAL

Resposta de morador: Como sempre só podemos contar com eles.

A Brigada Militar ganha uma grande carga de apoio que envolve discursos de que é a única instituição com capacidade de resolver questões complexas, do ponto de vista legal, pois o som alto por exemplo, quando advém de um comércio, envolve alvará municipal, mas neste ambiente o estímulo por respostas da instituição gera uma cultura que permeia os discursos.

Sobre uma postagem de ação policial com apoio da Prefeitura de Porto Alegre - PMPA, um morador tende a compreender que a PMPA foi estimulada pela BM, não compreendendo como uma ação conjunta e permanente que ocorre regularmente entre as duas instituições.

Morador: PERFEITO!!! Finalmente a PMPA, puxada, empurrada pela BM, está tomando as medidas e ações corretas!

Cria-se um imaginário de um policial herói, inclusive com este termo repetindo algumas vezes nos meses analisados:

Morador: eu defendo sempre esses heróis.

Morador: Quero agradecer de coração vcs são nossos heróis.

Morador: Parabéns a nossa Brigada Militar nossos heróis pelos seus 192 anos.

Morador: Vcs são nossos heróis.

Morador: Agradeço a presença dos heróis da Brigada Militar em atender à solicitação para averiguar grupo de jovens bebendo e gritando.

Morador: Boa noite, agradeço a ação da Brigada no XXXX vcs são heroicos.

Esta concepção de policial-herói foi estudada ainda na socialização primária por Fernanda Nummer e contextualizada na dissertação de César Maurício de Abreu Mello²⁷, orientado pela própria:

Percebemos que alguns sujeitos, colocam-se em situação de risco sem os devidos equipamentos, fora do seu horário de serviço e sem o acompanhamento de outros profissionais como apoio. Nestes casos, especialmente, o mito do herói, perpassa as representações simbólicas dos indivíduos e da coletividade que exige uma ação deste sujeito devido a sua condição de policial militar. Temos aqui a presença marcante dos aspectos simbólicos associados à exposição voluntária aos riscos(Mello, 2015, pág. 36).

²⁷MELLO, César Maurício De Abreu. **“Mesmo com o sacrifício da própria vida”: a multiplicidade dos riscos na profissão Policial Militar.** Tese (Pós Graduação em Segurança Pública) —Universidade Federal do Pará. Belém 2017. Disponível em: http://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2013/201305%20-%20MELLO.pdf. Acesso em 21 de março de 2019.

As consequências deste termo e atribuição conflitam quanto à competência da BM, pois abrange a solução de problemas do cotidiano eivados de preconceitos como a mendicância e pessoas vulneráveis, moradores de rua. Muitos orientados pela Decreto-lei de Contravenções nº 3.688 de 1941²⁸, faz com que a comunidade recorra à Brigada Militar para uma ‘limpeza social’.

26/11/2019- 9h21min: morador posta fotos de moradores de rua na sua calçada.
Morador 01: E continua aumentando... Pra entrar na garagem podemos ser assaltados e ninguém faz nada.

Morador 02: tem que tirar. Na (Rua) esquina (Rua) também tem. Se isso virar moda ninguém mais tira.

Morador 03: a BM na esquina. Será que poderiam ir lá? Isso é segurança. Na hora que começarem a assaltar todos do edifício XXXX daí que vão tomar providências? Pessoal alojado já bateu boca com moradores e com um cara da BM. Liga na FASC e eles disseram: NÃO PODEMOS FAZER NADA. Quase eu disse: quem paga o seu salário somos nós contribuintes mas mantive a calma. Portanto senhores da brigada aqui do grupo se puderem intervir...em janeiro matam 2 no XXXX... mês passado jornalistas da XXX assaltados na XXXX com XXXX; nesse mês uma baleada na XXXX... o próximo incidente será aqui na XXXX?

O ‘*outro*’, ser em vulnerabilidade social, é para os participantes, o ser perigoso e temido, eivado de preconceitos de que o mendigo que vive constantemente ali, possivelmente já abordado e identificado pela polícia local, seria capaz de assaltá-los. Embora a mendicância tenha sido prevista como uma contravenção penal, prevista no antigo art. 60 do Decreto-Lei 3.688/1940 (Lei de Contravenções Penais) discretamente revogado pela Lei 11.983, de 17 de julho de 2009 há apenas 11 anos, a competência para a ‘solução’ deste problema social é completamente regulado pela prefeitura que pela Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC, é capacitada a apoiar e acompanhar estes cidadãos. Mas a ideia de que a BM não pode solucionar é o que não se aceita pela representação social de que o policial é um herói que protege cidadão de bem (moradores) contra os do mal (o outro).

Ressalte-se que tendo a mendicância sofrido um *abolitio criminis*, atuação da BM limita-se em abordar, identificar e orientar o cidadão, o qual deve ser liberado, se nada de ilícito for constatado. Sendo que esta interação de natureza de conscientização é o que deveria

²⁸ Art. 15. São internados em colônia agrícola ou em instituto de trabalho, de reeducação ou de ensino profissional, pelo prazo mínimo de um ano:

I – O condenado por vadiagem (art. 59);

II – O condenado por mendicância (art. 60 e seu parágrafo);

ser divulgado pela BM, mas o próprio comandante publicou uma resposta de cunho mais pessoal que institucional.

BM responde: sem polêmica, mas certamente tem anuência de muitos moradores, que concordam e fomentam a permanência neste espaço. Posterior, publica imagem de rua liberada. (postagem feita pelo funcional do comandante do batalhão).

A análise que se faz é compreender o objetivo do grupo e se as interações buscam a resposta para isso ou apenas ‘caminham’ conforme a demanda. Isto por que a demanda é considerar que à BM, cabe a ‘limpeza’ das ruas, limpeza social de pessoas que não são bem vistas:

Morador: Sr. Autoridade. Já está se formando povo no meio da rua na XXXX com a XXXX. Estão esperando o que para limpar a rua e por disciplina no local?

Mas as manifestações vão além, esta demanda de parte da sociedade que busca esta interação. Os discursos que incentivam a polícia a ser mais ‘opressiva’ contra o outro, inclusive incentivam a violência:

Morador: E todas as noites temos que reclamar as mesmas coisas. Precisamos de uma ditadura de direita que acabe com o politicamente correto. Que acabe com essas palhaçadas de manifestações de rua.

Outro ponto bastante presente e que embasa a principal reclamação dos policiais militares, são as sugestões dadas pela comunidade de como a polícia deve agir:

Morador: Por favor usem viatura discreta. Eles veem a chegada da vocês baixam o volume.

BM responde 23:25 situação normal. (Sobre som alto).

Moradora as 23:26: vi que chegaram e achei que iam fazer algo..., mas ninguém se movimentou.

Morador: Favor fazer abordagem e verificar "Autorização".

As frases imperativas são interpretadas como comando de ordem aos policiais e por isso acabam tendo um resultado negativo pelas guarnições que compreendem como um canal com mais determinações que interações. Outros espaços em que os policiais deveriam conscientizar a comunidade sobre técnica superior de força para poder agir em um conflito de maneira segura para a sociedade e para a guarnição.

As análises foram breves para explicitar como ocorrem as interações nos grupos de segurança e como elas devem ser moldadas e reformuladas. Ressalte-se que com a pandemia instalada, as aglomerações e outras ocorrências, refletidas nos próprios índices durante a pandemia, caíram consideravelmente e portanto os grupos em 2020 restaram quase que inativos.

5 A INSTRUÇÃO NORMATIVA REGULAMENTADORA

5.1 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.38: USO DE REDES SOCIAIS NA BM

A Brigada Militar possui a Instrução Normativa nº 1.38 (“ANEXO A”), a qual regula o sistema de comunicação social da instituição e os procedimentos dos integrantes da corporação no que diz respeito à divulgação da imagem institucional, dados e informações:

FINALIDADE: Regular o Sistema de Comunicação Social da Brigada Militar e os procedimentos dos integrantes da Corporação no que diz respeito à divulgação da imagem institucional, dados e informações.

A instrução não prevê a regulamentação do aplicativo *WhatsApp* apenas as regulamentações de informações à imprensa e de plataformas de perfis de redes como *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*: O Sistema de Comunicação Social da Brigada Militar está estruturado, conforme o contido na Diretriz Geral da Comunicação Social 32.1, a fim de dar fluxo às informações geradas por ocasião do serviço policial militar nas plataformas Institucionais, no *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, além da produção de informação para a imprensa em geral.

Far-se-á uma síntese dos principais pontos da Instrução normativa que verse sobre a gestão de divulgação de dados que subsistirá a regulamentação padrão para aplicativo *WhatsApp*. Sobre a execução a instrução prevê a criação de vinte perfis oficiais:

- a) 01 (um) perfil oficial da Brigada Militar, administrado pelo EMBM/PM5;
- b) 16 (dezesesseis) perfis institucionais representando cada um dos Comandos Regionais de Polícia Ostensiva;
- c) 01 (um) perfil do Comando Ambiental da Brigada Militar;
- d) 01 (um) perfil do Comando dos Órgãos Especiais (COE); e) 01 (um) perfil Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM).

Importante é a passagem do item 4 que refere sobre o direcionamento de informação ao público alvo de acordo com seus interesses - Os Comandos Regionais e demais Comandos deverão de acordo com padrão a ser definido pelo Comando da Instituição, identificando claramente suas áreas de atuação e gerenciando, junto às Comunicações Sociais das unidades subordinadas (...), a publicação de conteúdos que direcionem e atendam seus públicos

regionais\segmentados –.Aqui há base para a criação dos grupos de aplicativo, haja vista o objetivo de direcionamento de informação.

No próximo item a importância de elaboração de informações claras e objetivas que facilitem a proximidade com a comunidade:

2) Nesses espaços, deverá ser identificada a unidade e a cidade onde ocorrem os fatos, criando uma identificação e relação de proximidade com o público e facilitando seu entendimento da estrutura da Brigada Militar, e sua identificação como Instituição única, prestadora de uma série de diferentes serviços

Também foi o item 8 da execução - evitar gírias, palavras de calão, abreviaturas, códigos policiais militares ou linguajar que dificulte o entendimento da informação, por ocasião da divulgação de dados a terceiros, relativos a fato policial em que a BM participou.

Quanto às publicações, as regras mais importantes que servirão como base para a implementação da padronização do uso do aplicativo de *WhatsApp* são:

- A divulgação de informações a terceiros, acerca de assunto que a Brigada Militar for partícipe, obedecerá ao estabelecido nos diplomas legais acima referenciados, segundo as circunstâncias específicas de cada evento, objetivando tratar o assunto “Segurança Pública” com a devida seriedade e veracidade, evitando-se a veiculação de informações que possam causar pânico à população em geral e que não preservem a identidade e a imagem das pessoas.

- O comprometimento e a seriedade com palavras e opiniões devem ser redobrados a fim de não gerar pânico, uma vez que a informação vem de via oficial, portanto não apenas revestida de fé pública, mas de credibilidade da instituição policial militar. Outra passagem da NI é sobre a autorização de qualquer Militar poder divulgar e repassar à imprensa informações sobre suas ocorrências, respeitados os limites legais.

O item 6 da NI refere sobre a divulgação de dados a terceiros. A fim de que fatos que tenham tido a participação da instituição, devem ter palavras impessoais, evitando-se posturas, gestos e procedimentos que conduzam a uma interpretação de excesso de autoridade ou de falta de seriedade com a ocorrência.

Quanto ao posicionamento do policial militar e a importância da transparência de suas ações - Prestar informações de forma adequada, sempre que o policial militar for requisitado para tal, nas circunstâncias e locais descritos nesta NI, visando dar uma satisfação do serviço executado ou a ser executado, respeitando as esferas de competências.

A instituição prevê o uso do aplicativo *WhatsApp* apenas como meio de comunicação entre a tropa para revisar informações repassadas à imprensa - Por envio de informações

(dados e imagens) via aplicativo *WhatsApp* para o serviço de plantão à PM5, onde um servidor de plantão fará a apuração e edição das informações, repasse à imprensa e, quando oportuno, o aproveitamento nos perfis institucionais das redes sociais. Da mesma forma veda a participação de militares em grupos com a imprensa.

Ainda, a Instrução regulariza as entrevistas, entrevistas coletivas, notas oficiais esclarecimentos jornalísticos, respostas a demandas, emissão de release, fotos, vídeos institucionais, vídeos e materiais de divulgação, após traz as vedações e os anexos: anexo a – banner institucional padrão e display de mesa anexo b – procedimentos para confecção de release anexo c – redes sociais.

5.2 RESULTADOS, CONTRIBUIÇÕES E DIRECIONAMENTOS

Esta dissertação buscou compreender desde os motivos que conduziram a Brigada Militar a relacionar-se diretamente com sua comunidade através de aplicativo de mensagem, passando a compreender como se deu na prática esta interação, até alcançar a satisfação de ambos os públicos.

Assim, a partir da aplicação da abordagem da representação social que visa analisar e interpretar o senso comum das respostas de ambos os participantes, e após a análise de Instrução Normativa que regula as redes sociais da Brigada Militar, em que o *WhatsApp* não conta como meio oficial, não é padronizado ou regulamentado neste documento. Apresentam-se as seguintes sugestões para complementação e/ou redação de um documento próprio para a padronização do uso do aplicativo (ou assemelhados futuramente) a fim de que se mantenha esta interatividade como possibilidade da promoção da segurança cidadã na prática.

Quanto à pré- formação e criação dos grupos, recomenda-se serem realizadas reuniões com os moradores com o intuito de sanar dúvidas e conscientizar os participantes sobre a realidade do policiamento e os objetivos da interação.

Quadro2 - Modelo Ata pré-reunião

Ponto 01	Abordar a história da Brigada Militar e o conceito de Segurança Cidadã.
Ponto 02	Abordar a realidade do bairro, estatísticas e funcionamento de registro de ocorrências (indica-se a participação de agentes da Polícia Civil-PC a fim de

	melhor demonstrar passo a passo o registro de ocorrências on-line).
Ponto 03	Abordar a criação de Associação de bairros e definir metas e objetivos para a área da segurança (Indica-se a participação de um líder comunitário ou Presidente de Associação de outro bairro).
Ponto 04	Objetivos do grupo de segurança (despacho de ocorrências/interação); Definição dos participantes; Orientações gerais definidas em conformidade com as necessidades e anseios de cada comunidade.

Fonte: Autora (2020)

Os pontos acima são sugestões que foram definidos a partir dos relatos dos policiais, os quais compreendem a necessidade de a comunidade compreender sua cultura e técnicas para resolução de conflitos. Dessa feita, o Ponto 01 busca introduzir o público-alvo à criação da Brigada Militar, compreendendo seus objetivos no contexto em que fora criada e como hoje deve se portar em um estado democrático de direito. O conceito de Segurança Cidadã vai selar a compreensão da instituição e seu comprometimento com uma segurança voltada ao resguardo dos Direitos Humanos, enfatizando a compreensão de racismo, desigualdade social e violência urbana e virtual.

O Ponto 02, possibilita que a instituição ofereça à comunidade a base de estatísticas do Programa Avante, o qual subsidia os comandantes de unidade no planejamento de segurança. Neste ponto, o quantitativo de ocorrências é necessário e conscientizar esta necessidade através da demonstração de como se registra ocorrências de forma on-line. Uma tarefa necessária com o apoio da PC.

O Ponto 03, é essencial para o êxito das criações de grupos e a manutenção das ideias a longo prazo, a criação das Associações é uma maneira inteligente e organizada de transparecer todas as ações da comunidade de forma que pessoas comprometidas assumam funções de valia ao direcionamento das necessidades de cada bairro.

O Ponto 04 é a execução em si dos grupos, a definição de objetivos (o que se busca), os objetivos podem ser de interesse de ambos, a simples disposição da Brigada Militar em enviar ações específicas dos bairros, recebimento de ocorrências, informes policiais de condutas de segurança ou um canal de recebimento de demandas da comunidade em geral. Assim, também é o momento de definição de quantidade de participantes, quem serão e seu posicionamento no bairro a partir de suas disposições. Bem como, identificar em conjunto as necessidades de cada grupo e comunidade.

Sobre as sugestões para a regulamentação e padronização do uso deste meio de comunicação no Policiamento comunitário, seguir-se-á pelos tópicos da Instrução Normativa 1.38, conforme listado no “ANEXO A.”

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL **PORTO ALEGRE, RS,**
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
BRIGADA MILITAR

Em 12 MAR 2021 em complemento de NOTA DE INSTRUÇÃO Nº 1.38

1. FINALIDADE

Regular a interação comunitária da Brigada Militar em grupos de *WhatsApp* voltados à temática da segurança cidadã, de forma a não substituir de qualquer modo, o meio oficial de contato de emergência pelo número 190. Isso porque a interação deverá cumprir uma função social de caráter público e de alcance a todos, de forma que participar ou não desta interação, não implique privilégios, benefícios ou quaisquer danos ou perdas à população que esteja à margem desta participação.

2. EXECUÇÃO

a. A Brigada Militar poderá ingressar em grupos de *WhatsApp* ou criar os próprios grupos. Entretanto, obedecerá à finalidade e critérios:

1) AO INGRESSAR NOS GRUPOS JÁ CRIADOS PELA COMUNIDADE: aqui a finalidade será de tirar dúvidas e divulgar o trabalho da comunidade em questão;

1.2 Na adesão a esta modalidade passiva, a BM deverá apresentar-se e informar o horário em que estará disponível para interação. Preferência com o horário no status do número.

1.3 Se ao menos um dos participantes não aprovar o ingresso da BM no grupo aberto, esta retirar-se-á imediatamente desta interação, em prol da liberdade democrática, o acesso do órgão Público a informações e textos com segurança criptografada e protegidas pelo aplicativo, mas à disposição de todos os membros;

1.4 O policial que estiver operando o aplicativo não deverá opinar sobre questões específicas que possam ser entendidas como um posicionamento da Instituição e ou do estado do Rio Grande do Sul, salvo autorização de seu comando;

2) AO CRIAR SEUS PRÓPRIOS GRUPOS: aqui a finalidade será o recebimento de informações como demandas coletivas (solicitação de reuniões com a comunidade, palestras, informações gerais do bairro e dúvidas) e servirá também para divulgação das ações policiais.

2.1 Na adesão desta modalidade, a BM já deve ter estabelecido horário de funcionamento, indica-se a disposição de 24h, haja vista a solicitação de mandas que não necessitem de posicionamento, mas sugestões para policiamento ou indicações de locais desprotegidos e indicação de pessoas suspeitas;

3. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. Fica VEDADA a criação de grupos com o único fim de substituir o canal oficial de despacho de ocorrências;

b. Fica VEDADO o comprometimento da BM com solicitações de demandas de urgência por este meio de interação;

c. Deve-se disponibilizar a cada participante as regras e finalidades do grupo criado a fim de que melhor contribua no espaço;

d. Sempre que uma ocorrência for mencionada, disponibilizar o link de registro de ocorrências policiais no site da Polícia Civil, quando possível, ou orientar sobre a melhor maneira de registro, indicando delegacia mais próxima, endereço e telefone.

e. Instrução Normativa complementar regulará carga horária e assunto próprio sobre Interação Comunitária dentro da disciplina de Policiamento Comunitário na Matriz Curricular dos Cursos de Formação.

4. FORMA DE ENVIO DE AÇÕES POLICIAIS

a. Cada Batalhão deverá selecionar as informações possíveis de serem divulgadas à comunidade que interage, ressalvados os direitos de imagem de suspeitos e vulneráveis;

b. Operações policiais devem ser divulgadas com determinado prazo razoável para que haja tempo suficiente de não comprometer a presença de policiais em determinados espaços, prezando pela segurança da guarnição.

c. Sempre que possível solicitar a avaliação de todos os participantes possibilitando que enviem suas sugestões e satisfações por conversa privada, a qual será reduzida à termo e encaminhada ao Comando do Batalhão ou setor responsável como forma de avaliar a atuação policial nos grupos e avaliar a compreensão dos participantes sobre determinado assunto. Indica-se modelo de formulário de *feedback*.

CONCLUSÃO

Este programa de mestrado profissional que reuniu polícia ostensiva, desde gestores à policiais da linha de frente, polícia judiciária, rodoviária, agentes penitenciários e comunidade civil em uma sala de aula de pós-graduação, contribuiu para que as experiências das variadas instituições fossem discutidas e enriquecidas em um ambiente acadêmico com professores renomados, abertos à compreensão das dificuldades do público que o recebia.

A escolha do tema se deu devido ao aumento da utilização do aplicativo *WhatsApp* na Brigada Militar e à falta de regulamentação do seu uso na instituição da qual a pesquisadora faz parte, de modo que ficando à faculdade particular de cada comando estimular seu uso, a carência de regulamentação desestimula a continuidade de uma política de participação efetiva da comunidade na construção de uma verdadeira Segurança Cidadã.

O aplicativo *WhatsApp* revolucionou a forma de comunicação mundial e atingiu de maneira expressiva e com rapidez, boa parte da população mundial. Isso acarreta novidades e complexidades na compreensão de seus conceitos no campo jurídico e constitucional, pois abrange e compreende parte de bens juridicamente tutelados como o sigilo de comunicação. Para a sociologia digital o aplicativo seria mais um meio de pesquisa, mas para a sociologia tradicional um meio de comunicação com rastros de interações repletas de senso comum a serem analisadas.

Uma vez que o aplicativo ingressou na corporação da Brigada Militar com destaque no policiamento comunitário como meio de interação, necessário se fez compreender como a construção e os conceitos internacionais de segurança cidadã se relacionam com esta nova modalidade em uma instituição militar em um Estado Democrático de Direito. A percepção de insegurança da comunidade que participa dos referidos grupos contribuiu para desviar a simples interação comunitária para transformá-la em mais um canal de despacho de ocorrências como reflexo das demandas da sociedade que clama por segurança.

No entanto, para que uma melhor interação e incentivo de unir, polícia e comunidade de forma favorável, um estudo sobre esta nova modalidade de policiamento tornou-se urgente, a fim de desenvolver com embasamento técnico-científico, uma contribuição para direcionar políticas públicas de segurança local.

A teoria das representações sociais que analisa os discursos e senso comum, foi aplicada de modo a compreender como a comunidade e a polícia compreendem a segurança. Sabe-se que o senso comum é o resultado prático, diário, costumeiro do cidadão comum

quando expressa um certo tipo de conhecimento teórico, advindo de uma categoria científica-acadêmica como o exemplo da segurança cidadã, sendo este senso comum o que orienta de fato uma sociedade como um todo.

Assim, não se poderia falar da segurança no senso comum sem compreender qual o conceito de segurança cidadã que é ofertada na academia ao policial; e qual a compreensão de segurança é recebida e por qual meio, pelo cidadão civil. Por isso, foi previamente conceituada a temática no terceiro capítulo, o policiamento comunitário que foi onde o uso do aplicativo teve acolhida dentro da instituição, bem como a compreensão da primeira socialização do policial da academia à segunda socialização do policial que é na sua interação diária com a comunidade na prática.

Conclui-se que a sociedade civil ainda é carregada de estereótipos da sua polícia, criada a partir da violência policial permeada pela mídia e resquícios da era da ditadura: um policial mais distante e frio. Enquanto para o policial, que advém da própria comunidade, ainda carrega consigo preconceitos sociais que ganham reforços dentro da academia, seja pela forma de educação policial que lhe é oferecida, mediante sobreposição de um currículo oculto ao currículo teórico, agravado pelo empoderamento que a sociedade lhe impõe como a figura de um policial herói e “resolvedor” de todos os problemas sociais. O policial que é visto como a alternativa única no controle e combate da violência, sente-se legitimado ao uso desproporcional da mesma. E muitas vezes, incentivado ao uso da violência pelos próprios moradores sedentos por segurança, autorizando-o ao uso de uma força muitas vezes abusiva e que segrega categorias e classes sociais, desrespeitando os próprios direitos humanos.

Percebe-se que quem está em contato com a polícia nestes grupos, criados, sem regulamentos, preestabelecidos e sem orientações, é um público que se percebe ‘cidadão de bem’, o qual incentiva a violência policial e o desrespeito aos direitos do outro, em razão de se ver cumprir o controle da criminalidade do seu bairro, ao custo da imposição da força policial, mesmo que desproporcional. Busca-se com esta pesquisa uma maior conscientização para o uso deste aplicativo, direcionando objetivos e melhor organizando esta interação, a qual requer regulamentação para que este canal não seja extinto, pois suas contribuições, bem orientadas tem muito a contribuir, embora, caso mantido sem regulamentação, pode ser um meio para uma experiência traumática tanto à instituição pelos policiais que se sentem sobrecarregados e controlados, quanto à comunidade que muitas vezes se frustra ao não ver sua demanda resolvida na rapidez e na forma que estima ser a melhor.

Uma vez não regulamentado, um comando pode criar uma boa estrutura para a interação com a comunidade, mas esta pode não se desenvolver e fixar, pois o novo

comandante possui a faculdade de manter ou eliminar esta forma de interação, o que dificulta a criação de laços da polícia e comunidade. Pois que a troca de comando de batalhões ocorre de dois em dois anos.

Houve uma série de dificuldades para a realização da pesquisa, ora por parte de definir a melhor maneira de coletar informações de satisfação e opiniões de militares submetidos a um estatuto rígido, ora por definir os limites éticos para a coleta de dados de conversas em um aplicativo, o qual carece de definições no âmbito jurídico. Sem mencionar o cenário de pandemia que prejudicou uma maior e mais próxima coleta de dados. As dificuldades de manter os dados armazenados em um celular de tecnologia restrita e limitada foram ao encontro das complexidades encontradas no caminho desta dissertação.

Para além destes obstáculos, a vontade de contribuir e de buscar apoio na pesquisa científica para elaboração de uma regulação em prol da sociedade e na manutenção de uma posição mais transparente de decisões deste órgão militar, foi o que guiou a pesquisadora a fim de melhor implementar uma segurança cidadã nestas interações das polícias com sua comunidade.

Compreender como o policial da linha de frente avalia esta política de interação combinando com as demandas da comunidade com o fim de oferecer uma interação que contribua para a utilização de tecnologias em prol da segurança de todos de forma democrática e pública, foi o que se pretendeu oferecer nesta dissertação.

Uma polícia mais próxima que combinada, possibilite o exercício da cidadania, é um caminho para se construir alicerces para o futuro de uma política de apoio em matéria de segurança.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio; LAMIN, Cristiane. **Medo, Violência e Insegurança**. In Renato Sérgio de Lima; Liana de Paula (Org.) *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?* V. 1, p. 151-171. Contexto. São Paulo, 2006.
- ALCÂNTARA, Daniele de Sousa. **“Muito mais que segurança”: identidade profissional de policiais militares do Distrito Federal a partir de suas representações sociais**. XVII, 247 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) —Universidade de Brasília. Brasília, 2017.
- BRIGADA MILITAR. RS. História. **Brigada Militar Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia>. Acesso em: 10 de Abril de 2020.
- DUARTE, Fábio. **As perspectivas e possibilidades de uma política de segurança pública na sociedade democrática. Violência e mundialização: políticas, polícias e penas**. Pág. 279. 2016.
- FERNANDES, Fábio Duarte. **As perspectivas e possibilidades de uma política de segurança pública na sociedade democrática**. In: Tavares dos Santos et al. *Violência e mundialização: políticas, polícias e penas*. 2016, pág. 279.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Edições Graal. Rio de Janeiro, 1979.
- GRACIOLLI, Júlia. Quando a dependência tecnológica pode se tornar doença. **Jornal da USP**. São Paulo. 13 e março de 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/quando-a-dependencia-tecnologica-pode-se-tornar-doenca/>. Acesso em: 12 de novembro de 2018.
- JÚNIOR, Mário J. L. Guimarães. **O ciberespaço como cenário para as ciências sociais**. Pág. 3.2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/viewFile/14652/13398>. Acessado em 01 de janeiro de 2020.
- KOPLIN, Klaus Cohen. Em caso urgente, intimação pode ser feita por *WhatsApp* ou aplicativos do tipo. **Conjur**. 27 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-fev-27/klaus-koplin-urgente-intimacao-feita-whatsapp>. Acesso em 12 dezembro 2020.
- MELLO, César Maurício De Abreu. **“Mesmo com o sacrifício da própria vida”: a multiplicidade dos riscos na profissão Policial Militar**. Tese (Pós Graduação em Segurança Pública) —Universidade Federal do Pará. Belém 2017. Disponível em: http://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2013/201305%20-%20MELLO.pdf. Acesso em 21 de março de 2019.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BR). Portaria nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES. Diário Oficial União. 29 dez 2009; Seção 1, pág. 20 e 21.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa Perfil das instituições de segurança pública (Ano-Base 2017)**. Brasília, 2019. Disponível em https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-perfil/relatorio_pesquisa_perfil_anobase_2017.pdf. Acesso em 04 de agosto de 2020.

MISKOLCI, Richard. **Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade**. Contemporânea v. 6, n. 2 p. 275-297 Jul.–Dez. 2016, pág.10. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/525/211>. Acessado em 01 de março de 2019.

NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. **A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI**. Sociologias. V. 18, n. 41, Pág. 216-241. Porto Alegre, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000100216&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 06 março de 2021.

NUMMER, **Fernanda Valli**. **Ser polícia, ser militar: O curso de formação na socialização do policial militar**. EdUFF. Niterói, 2005

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Policimento Comunitário no Rio Grande do Sul: teoria, discursos e práticas. Violência e mundialização: políticas, polícias e penas**. Tomo Editorial. Porto Alegre, 2016.

PNUD. **Convivência e segurança cidadã: reflexões por uma nova abordagem de segurança pública**. -- Brasília : PNUD, Conviva, 2016.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da violência: do conceito às representações sociais**. Brasília: Editora Francis, 2010.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência, democracia e segurança cidadão: o caso das polícias no Distrito Federal**. Verbana Editora. Brasília, 2017.

SANTOS, José Vicente Tavares Dos; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício. **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Organizado por José Vicente Tavares dos Santos, Alex Niche Teixeira e Maurício Russo. Sulina - Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2011.

RUDNICKI, Dani. **A polícia (brasileira) contemporânea no Estado Democrático de Direito. Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Organizado por José Vicente Tavares dos Santos, Alex Niche Teixeira e Maurício Russo. Sulina - Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2011.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; MADEIRA, Lígia Mori. **Rede de Escola de Governo. Segurança Cidadã**. Tomo Editorial. Porto Alegre, 2014.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; MADEIRA, Lígia (Editores). **Segurança Cidadã**. Pág. 12. TOMO. Porto Alegre, 2014.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violências e conflitualidades**. Tomo Editorial. Série Sociologia das conflitualidades. Porto Alegre, 2009.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLE, David H. **Policimento comunitário: questões e práticas através do mundo**. São Paulo: EDUSP, 2002

TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício. **Violência e cidadania**. Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 2011.

TORRES, Livia. Pesquisa aponta que WhatsApp é a principal fonte de informação de 79% dos entrevistados. **Senado Federal**. Brasília 12 de março de 201, atualizado em 12 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/pesquisa-aponta-que-whatsapp-e-a-principal-fonte-de-informacao-de-79-dos-entrevistados> . Acesso em 10 de abril de 2020.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO AO GRUPO FOCAL DA COMUNIDADE CIVIL

ATA DE ENTREVISTA

Perguntas que orientarão a entrevista de grupo:

1. Qual a ideia de policial ou polícia você tinha antes dos grupos de *WhatsApp*?
2. Você já visitou algum espaço da Brigada Militar? Se surpreendeu com alguma coisa?
3. Após o ingresso nos grupos de *WhatsApp*, conte alguma coisa que você descobriu sobre a Brigada Militar. (Alguma competência, protocolo, atuação....);
4. Como você imagina que seja planejada a segurança de seu bairro?
5. Você já percebeu algum comentário ou situação nos grupos que estimulem ou sejam claramente violentos? Que compactuam com a violência policial?
6. Situação 01: Hoje é domingo 17h, você é pai/mãe de uma criança de 2 anos que acabou de retornar do hospital e ainda está febril. Na casa ao lado som alto iniciado às 18h, trata-se de um Pub com alvará de funcionamento até às 21h. Você liga para o 190 e os policiais não aparecem. Criança chora e não consegue dormir, mesmo com toda a casa fechada. Amanhã seu companheiro/a tem que levantar às 6h para entrar de plantão de 12h no hospital, você liga de novo para o 190 e nada da polícia chegar. A polícia chega, são dois policiais, perto das 21h30min, você vê a presença deles em meio ao tumulto de pessoas (+-150) conversando, bebendo e usando drogas, os policiais se fizeram presentes, mas foram embora em seguida, sem qualquer alteração no som e você com medo não se apresenta. Já são 3h da manhã e o barulho segue. O que você faz?
7. Situação 2: Madrugada de quinta-feira (+-2h) você ouve um barulho, olha pela janela é um estranho no pátio de seu vizinho que está viajando, tentando levar lâmpadas do jardim. Você aciona o 190, mas a polícia não aparece há tempo da chegada do vigia da rua. O vigia chega com sua única arma, seu cassetete e bate no indivíduo recuperando todas as lâmpadas intactas. Vizinhos pedem que soltem o homem pq os bens foram recuperados e eles poderiam responder por lesão, e por ser algumas lâmpadas, o indivíduo seria solto de qualquer forma. Parentes do vizinho chegam no local e assumem a guarda. O que você faz?

Fonte: Autora (2020)

APÊNDICE B – FORMULÁRIO ON-LINE GOOGLE

FORMULÁRIO ON-LINE GOOGLE (POLICIAIS)

1. Data de Nascimento:
2. Qual seu grau de escolaridade atualmente?
3. Em que ano você ingressou na polícia?
4. Qual é a sua escala de serviço?
5. Marque as principais motivações que o levaram a entrar na polícia?
6. O que o orienta em seu trabalho diário? (marque as 3 principais alternativas)
7. Em qual opção você compreende, o trabalho da polícia militar:
8. Em sua avaliação, o que a sociedade espera do policial?
9. Qual sua percepção sobre a polícia?
10. Em sua avaliação, a sociedade vê a polícia como
11. Em sua avaliação, o que mais distingue o policial militar de outro cidadão não policial (paisano)?
12. Para você, o exercício como policial significa:
13. Quais são as maiores dificuldades para o trabalho do policial?
14. Em qual(is) opção(ões) você compreende as características da atividade policial?
15. Qual cargo você ocupa?
16. Você é a favor da utilização dos grupos comunitários de segurança, via *WhatsApp* pela Brigada Militar?
17. Quais suas experiências (positivas e negativas) sobre a utilização dos grupos comunitários de *WhatsApp* pela BM? Quais suas sugestões?
18. Como você percebe a participação da sociedade, em conjunto, com a polícia local? quando se trata do planejamento de segurança e tomadas de decisões no policiamento comunitário?

Fonte: Autora (2020)

ANEXO A - INSTRUÇÃO NORMATIVA 1.38

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
BRIGADA MILITAR**

PORTO ALEGRE, RS

Em 01 NOV 2018

NOTA DE INSTRUÇÃO Nº 1.38**1. FINALIDADE**

Regular o Sistema de Comunicação Social da Brigada Militar e os procedimentos dos integrantes da Corporação no que diz respeito à divulgação da imagem institucional, dados e informações.

2. BASE LEGAL

- a. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- b. Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 Out 69 (CPM) e Decreto-Lei Nº 1.002, de 21 Out 69 (CPPM) - referente ao sigilo do Inquérito Policial Militar.
- c. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.
- d. Lei Federal nº 5.250, de 09 Fev. 67 - Lei de Imprensa.
- e. Lei Federal nº 6.612, de 07 Dez 78 - alterou dispositivos do Decreto-Lei nº 972/69.
- f. Lei Federal nº 8.069, de 13 Jul 90 - Dispõe sobre o estatuto da Criança e do Adolescente, no que se referir à preservação da imagem da criança e do adolescente.
- g. Lei Federal nº 8.159, de 08 Jan 91- dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
- h. Lei Federal nº 9.051, de 18 Mai 95 - Dispõe sobre a expedição de certidões para defesa de direitos e esclarecimento de situações.
- i. Lei Federal nº 9.610, 19 de fevereiro de 1998 - Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
- j. Lei Estadual nº 11.081, de 07 Jan 98 - Estabelece os procedimentos dos servidores públicos quando chamados a adotar providências na esfera de suas atribuições e prazos para resposta.

k. Decreto Federal nº 2.134, de 24 Jan 97 - Regulamenta a Lei Federal nº 8.159, de 08 Jan 91, no que se referir à classificação sigilosa dos documentos.

l. Decreto-Lei 972, de 17 Out 69 - Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista profissional.

m. Decreto Estadual 54.256, de 2 de Out 18 – Institui a Identidade Visual da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

3. EXECUÇÃO

a. Sistema de Comunicação Social

1) O Sistema de Comunicação Social da Brigada Militar está estruturado, conforme o contido na Diretriz Geral da Comunicação Social 32.1, a fim de dar fluxo às informações geradas por ocasião do serviço policial militar nas plataformas Institucionais, no Facebook, Twitter e Instagram, além da produção de informação para a imprensa em geral.

2) O Sistema de Comunicação Social passará a contar com 20 (vinte) perfis da Brigada Militar, para cada plataforma autorizada nas redes sociais, quais sejam: Facebook, Twitter e Instagram, sendo:

a) 01 (um) perfil oficial da Brigada Militar, administrado pelo EMBM/PM5;

b) 16 (dezesesseis) perfis institucionais representando cada um dos Comandos Regionais de Polícia Ostensiva;

c) 01 (um) perfil do Comando Ambiental da Brigada Militar;

d) 01 (um) perfil do Comando dos Órgãos Especiais (COE);

e) 01 (um) perfil Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM).

3) Permanecem as páginas do Facebook das Escolas Tiradentes, sob supervisão do Departamento de Ensino, em virtude das peculiaridades de interação com público específico, alinhado com as diretrizes da Secretaria da Segurança Pública e da Educação.

4) Os Comandos Regionais e demais Comandos (CABM, COE, CRBM) deverão manter os perfis e fanpages acima criados em redes sociais, de acordo com padrão a ser definido pelo Comando da Instituição, identificando claramente suas áreas de atuação e gerenciando, junto às Comunicações Sociais das unidades subordinadas, a publicação de conteúdos que direcionem e atendam seus públicos regionais\segmentados.

b. Gestão do Perfil Oficial

1) Fica VEDADA a criação e/ou manutenção das demais contas por parte das unidades subordinadas, devendo as já existentes ser removidas/excluídas para que atendam às orientações constantes no item anterior, comunicando a seus públicos que as informações serão direcionadas a um canal mais abrangente.

2) Nesses espaços, deverá ser identificada a unidade e a cidade onde ocorrem os fatos, criando uma identificação e relação de proximidade com o público e facilitando seu entendimento da estrutura da Brigada Militar, e sua identificação como Instituição única, prestadora de uma série de diferentes serviços.

3) Cabe aos Comandos Regionais cadastrar, no mínimo, um servidor de cada OPM subordinado, na função de editor do Facebook, e nas demais redes compartilhar o acesso. Assim, todas as unidades de um mesmo Comando irão publicar na mesma conta do Comando Regional e demais Comandos (CABM, COE, CRBM).

4) As demandas vinculadas aos Elos (conforme Diretriz Geral da Comunicação Social 32.1) não mencionados no item anterior, tais como Departamentos, Ajudância-Geral, etc., serão canalizadas diretamente ao Órgão Central (EMBM/PM5).

c. Divulgação/Publicações

1) As publicações de notícias no Site e Intranet/BM ficarão exclusivamente a cargo do Órgão Central (EMBM/PM5), ficando a cargo dos elos do Sistema o abastecimento de informações através de release sobre fatos relevantes à imagem da Corporação. Pop Ups também serão publicados pela PM5, devendo o conteúdo ser de interesse do Comando-geral da Instituição e de relevância institucional que justifique seu uso.

2) A divulgação de informações a terceiros, acerca de assunto que a Brigada Militar for partícipe, obedecerá ao estabelecido nos diplomas legais acima referenciados, segundo as circunstâncias específicas de cada evento, objetivando tratar o assunto “Segurança Pública” com a devida seriedade e veracidade, evitando-se a veiculação de informações que possam causar pânico à população em geral e que não preservem a identidade e a imagem das pessoas.

3) Respeitar as esferas de competência na divulgação de assuntos operacionais e institucionais da Corporação. Todo e qualquer Militar Estadual poderá informar à imprensa dados a respeito de ocorrências e fatos operacionais dos quais tome conhecimento, limitando-se a repassar apenas as informações do fato (preservando envolvidos na sua imagem e

integridade física). Posicionamentos institucionais deverão ser emitidos apenas pelo Comando-geral da Corporação e/ou oficiais por ele indicados.

4) A divulgação de dados e fotos a terceiros, relativos a fato policial atendido pela BM, revestir-se-á de cautela, preservando-se o direito da imagem das partes envolvidas, e priorizando a imagem da ação policial, e não dos envolvidos. O militar estadual deve lembrar-se que, além da integridade física dos indivíduos sob sua custódia, a dignidade e a imagem dos mesmos também deve ser preservada.

5) É vedado ao policial militar atendente da ocorrência ou o responsável pelo serviço (oficial de serviço externo), divulgar dados referentes a menores de idade (fornecer apenas a idade dos infratores).

6) A divulgação de dados a terceiros, relativos a fato policial em que a BM tenha participado, deverá revestir-se de características impessoais, evitando-se posturas, gestos e procedimentos que conduzam a uma interpretação de excesso de autoridade ou de falta de seriedade com a ocorrência.

7) Evitar abarcar temas que gerem polêmicas com outras autoridades ou órgãos, canalizando a situação ensejadora do transtorno ao grau superior competente.

8) Evitar gírias, palavras de calão, abreviaturas, códigos policiais militares ou linguajar que dificulte o entendimento da informação, por ocasião da divulgação de dados a terceiros, relativos a fato policial em que a BM participou.

9) Prestar informações de forma adequada, sempre que o policial militar for requisitado para tal, nas circunstâncias e locais descritos nesta NI, visando dar uma satisfação do serviço executado ou a ser executado, respeitando as esferas de competências.

d. Veiculação de Fatos e Ocorrências

1) Diretamente ao profissional de imprensa que estiver realizando a cobertura do episódio no local, devendo o PM ser objetivo, restringindo-se à narrativa do fato, conforme constatado pelo levantamento do local, sem emissão de juízos ou opiniões que possam induzir ao profissional de imprensa entendimentos precipitados e conclusivos de fatos que ainda serão investigados.

2) Por envio de informações (dados e imagens) via aplicativo *WhatsApp* para o serviço de plantão à PM5, onde um servidor de plantão fará a apuração e edição das informações, repasse à imprensa e, quando oportuno, o aproveitamento nos perfis institucionais das redes sociais.

3) Por intermédio de documento, denominado “Release”, o qual será direcionado à imprensa e para publicação no SiteBM e IntranetBM.

4) O envio de informações diretamente a profissionais da imprensa e veículos via grupos no aplicativo *WhatsApp* ou similar deverá ser realizado de forma centralizada pelo elo do Sistema que seja responsável pelas atividades de Comunicação Social no âmbito de cada CRPO ou Comandos (CABM, COE, CRBM) ou designado pelo comandante regional respectivo, sendo VEDADA a criação de grupos integrados por imprensa e policiais militares. A informação DEVERÁ ser, nestes casos, enviada prioritariamente à PM5 e, em um segundo momento, aos veículos de imprensa por cada CRPO ou Comandos (CABM, COE, CRBM).

5) Fica VEDADA a veiculação de fatos e notícias em espaços segmentados que não atendam aos interesses e nem acompanhem os perfis e fanpages da Instituição já existentes, quais sejam: os blogs, vlogs e sites paralelos. Tal orientação está calcada em conceitos que norteiam as ações para fortalecimento da “marca” Brigada Militar, uma vez que direcionam todos os públicos, independentemente de região ou da segmentação, para os perfis institucionais já existentes e que são desenvolvidos dentro de uma perspectiva de identidade corporativa (que priorizam o uso do brasão, padronização de linguagem e edição, dentre outros aspectos) a fim de destacar a Instituição como um todo.

6) Fica VEDADA a publicação de informações, fichas de ocorrências, vídeos e fotografias dos envolvidos a respeito de fatos por policiais militares em seus perfis pessoais de redes sociais em que o servidor posicione-se como “fonte oficial” da informação, uma vez que são responsáveis pela divulgação “oficial” dos fatos a Comunicação Social da Brigada Militar (EMBM-PM5) e as Comunicações dos Comandos Regionais e grandes Comandos (CABM, COE, CRBM). Caso o servidor deseje publicar tal informação, deverá fazê-lo por meio de compartilhamento ou retweet da publicação dos perfis institucionais.

e. Entrevistas e Informações

Prestar informações e conceder entrevistas em locais condizentes para tal, observando-se o que segue:

1) Preferencialmente em prédio Policial Militar, ou outro local que esteja adequadamente preparado para a transmissão da informação, devendo ser utilizado de fundo o banner institucional padrão, conforme prescrito no ANEXO “A”;

2) No local do fato operacional, de forma circunstancial, pela mais alta autoridade que se fizer presente ou militar estadual por ele designado, utilizando de fundo o banner institucional padrão, conforme ANEXO “A”.

3) Quando não for possível a utilização dos banners previstos nos itens acima, buscar a realização da entrevista em local com fundo que identifique visualmente a presença da BM, como viaturas/efetivo.

4) Além da utilização do banner, buscar um local com fundo neutro, evitando-se a presença de elementos de identificação que remetam a outras marcas públicas ou privadas, prevalecendo o foco na identidade visual da Brigada Militar.

5) Toda divulgação de material apreendido em uma ação policial militar, através de foto ou de filmagem, deve ser acompanhada SOMENTE do banner institucional padrão ou do display de mesa, de forma a dar notoriedade à instituição, conforme ANEXO “A”.

6) É VEDADA a utilização de braceletes, cartazes, coberturas, designativos de cursos, distintivos ou similares, junto às fotografias para divulgação à imprensa, redes sociais e aplicativos.

7) Caberá ao Comandante competente com responsabilidade sobre a área onde aconteceu o evento operacional, ou o militar por ele designado, a divulgação de informação sobre o ocorrido (dados restritos à ocorrência), sempre que lhe for requerido pela imprensa.

8) A emissão de posições e opiniões, na imprensa, acerca de temas e fatos considerados de interesse institucional e de cunho estratégico serão emitidas EXCLUSIVAMENTE pelo Comando-Geral da Corporação ou pela autoridade delegada para tal fim.

9) Fica instituída a função de porta-voz da Brigada Militar, desempenhada por dois Oficiais, um masculino e um feminino, designado através de portaria do Comandante-Geral. Será o responsável por falar em nome da Instituição em momentos ou situações que o Comando-Geral entender necessário.

f. Difusão de Informações

Dependendo das circunstâncias que envolvem a difusão das informações, estas deverão ser prestadas da maneira que segue:

1) Entrevista jornalística:

É a atividade informal pela qual um jornalista ouve uma autoridade Policial Militar, sobre assunto profissional, devendo este exercer a atividade dentro dos ditames da ética Policial Militar prevista no Estatuto do Servidor Militar Estadual.

a) Ajustar e estudar a pauta da entrevista antecipadamente, se possível, a fim de propiciar a autoridade de polícia ostensiva o preparo necessário, bem como para que seja

possível a coleta de subsídios imprescindíveis para a prestação de uma informação adequada e precisa, de forma clara e objetiva.

b) Emitir frases curtas, evitando-se que haja cortes ou edições que possam subverter o conteúdo informado.

c) A partir do momento em que a entrevista foi concedida, a informação é uma “propriedade” do veículo para o qual o repórter trabalha. Logo, após prestada a informação ao profissional de imprensa, não deve lhe pedir para ler o texto ou editar vídeo/áudio antes de ser publicado.

d) As entrevistas por telefone são recursos comuns nos dias de hoje, o que não significa desprestígio ao profissional de polícia ostensiva, apenas uma forma de a mídia agilizar o processo de comunicação.

e) Estabelecer um sistema de autoavaliação acerca da entrevista dada (é um momento de aprendizagem e pode significar melhores resultados futuros), com o fito de ajudar a identificar os vícios havidos por ocasião da verbalização (de fala, de postura física, de abordagem dos assuntos). Ao longo do tempo, este procedimento garante ao profissional de polícia militar uma maior segurança e habilidade em lidar com jornalistas e suas demandas.

2) Entrevista Coletiva

É convocada quando Comandantes, Chefes, Diretores, Corregedor-geral e Ajudante- geral possuem informações importantes para todos os veículos e oportunizam, no mesmo momento, o esclarecimento a todos.

a) Deve ser organizada somente quando o assunto for muito relevante, para tratar de casos extraordinários, em que há necessidade de reunir jornalistas de vários veículos, ao mesmo tempo, a fim de passar informações de interesse público imediato ou, ainda, em casos especiais de lançamentos, assinaturas de contratos ou eventos similares.

b) É particularmente útil em situações emergenciais, quando muitos jornalistas procuram a organização ao mesmo tempo.

c) Observar a pontualidade do entrevistado.

d) Escolher um local adequado.

e) Escolher um horário compatível com os fechamentos de matérias das diversas redações, a fim de se evitar que uma informação importante fique de fora da mídia em razão de sua difusão tardia.

f) Evitar coletivas em final de dia, pela mesma razão acima mencionada.

g) Priorizar coletivas para o início da tarde, providência essa que oferta tempo ao repórter para sair em busca de imagens que complementem ou melhorem a matéria, bem como possibilita a repercussão do assunto, se for o caso, em nível nacional.

h) Antecipar o assunto que vai ser tratado, a fim de que possa ser distribuído material de apoio pertinente e suficiente.

i) Prestigiar os profissionais de imprensa presentes, repassando-lhes os dados disponíveis/ solicitados, sem priorizar a atenção para um ou para outro.

j) Utilizar o banner institucional padrão ao fundo por ocasião da entrevista com imagem, conforme ANEXO “A”.

k) A PM5 dispõe de uma Sala de Imprensa, junto ao Quartel do Comando-Geral, que poderá, mediante agendamento, ser utilizada para tal fim.

3) Nota Oficial

É o documento enviado à imprensa, no qual o Comandante, Chefe ou Diretor, expressa um posicionamento oficial ou esclarecimento sobre assunto relevante, urgente e de grande interesse público.

a) Tem por finalidade a redução e/ou eliminação de boatos, dúvidas e pressões por informação.

b) Utilizada para evitar a exposição de um representante da Corporação (quando essa postura for julgada a mais conveniente) e limitar a repercussão.

c) Não requer formato jornalístico, mas precisa ser objetiva, clara e compreensível para uma diversidade de públicos.

d) Uniformiza o discurso, reduzindo interpretações equivocadas.

e) Observar, no que couberem, os procedimentos para a confecção de Release pela Brigada Militar, conforme ANEXO “B”.

4) Esclarecimento Jornalístico

É o procedimento preliminar, informal e circunstancial, de informação, prestado pelo policial militar de mais alta patente ou graduação, à jornalista, sobre assuntos profissionais, dos quais ele possui dúvidas ou deseja coletar maiores dados.

a) Ficar sempre à disposição para prestar informações complementares.

b) Criar o hábito no profissional de imprensa a utilizar o policial militar como fonte permanente de informação.

c) Atender às demandas dos profissionais de imprensa, respeitando os prazos solicitados para repassar os dados.

d) Tratar igualmente a todos os veículos – de qualquer porte, grandes ou pequenos.

e) Falar somente dos assuntos compatíveis ao nível de competência da autoridade.

f) Observar a difusão de temas que são de competência expressa do Comando da Corporação (efetivo, viaturas, orçamentos, etc.).

g) Todos os assuntos tratados com jornalistas acerca das atividades e gerenciamento da Corporação deverão estar afetos à esfera funcional.

h) As informações de interesse coletivo como lançamento de operações e serviços devem ser encaminhadas, simultaneamente, a todos os veículos cuja linguagem editorial comporte a abordagem do tema a que se refere, não sendo autorizada a divulgação de forma exclusiva para nenhum veículo de imprensa. A exclusividade pode ser negociada apenas quando a pauta for pontual e sugerida pelo repórter, que solicita a preferência. Fotos sobre um mesmo fato também podem ser exclusivas, o que possibilita maior probabilidade de utilização pelos veículos. O fotógrafo deve selecionar imagens de diferentes ângulos e enviar aos veículos com os créditos e a informação de que se trata de imagem exclusiva, enviando determinada imagem somente a um veículo.

i) Prestar informações calcadas em análise e dados concretos, estando proibida a prolação de confidências ou segredos, haja vista que o compromisso do repórter é com a notícia.

5) Resposta à Demanda

É resposta requisitada por determinada pessoa ou entidade que solicitou providências sobre assunto de alçada da Brigada Militar.

a) Constar dados sobre as providências adotadas, em decorrência do fato trazido ao conhecimento da autoridade Policial Militar e que sejam de sua respectiva competência, bem como informações complementares.

b) Responder de forma clara, objetiva e concisa.

c) São comuns para os casos de contrapontos de assuntos divulgados na mídia, de demandas recebidas via perfis institucionais de redes sociais, sejam eles do governo do Estado, da Secretaria de Segurança Pública ou da Brigada Militar.

d) Deve ser utilizada para responder críticas recebidas/divulgadas, de maneira rápida (reativa), a fim de elucidar o ocorrido e o crescimento de comentários despropositados sobre o assunto em tela.

6) Release

É um documento destinado aos órgãos de comunicações, visando noticiar um assunto e/ou evento de interesse da instituição e da comunidade.

a) Deve informar e chamar a atenção do profissional de imprensa para um assunto que possa se tornar notícia.

b) Deve ser elaborado sob as técnicas jornalísticas na forma de sua redação, com vistas a apresentar um assunto de interesse que se supõe público, o qual terá o posicionamento oficial da Corporação.

c) A emissão do Release para a imprensa expressará a informação ÚNICA da Instituição acerca do assunto diligenciado pela imprensa.

d) As transmissões das informações acerca de fatos e ocorrências devem ser corretos/checados e obedecerão às rotinas estabelecidas pelo Comando da BM.

e) Observar o princípio da oportunidade da divulgação do fato, bem como o horário de fechamento das edições dos boletins e jornais, o que determina aos OPM uma celeridade em repassar os dados à comunicação social e à imprensa.

f) Observar os procedimentos para a confecção de Release pela Brigada Militar, conforme ANEXO “B”.

7) Fotos

As fotos são utilizadas para acompanhamento de Releases e serão disponibilizadas na Internet e produção de publicações institucionais.

a) Toda divulgação através de foto, de material apreendido em uma ação policial militar, deve utilizar como fundo tão-somente o banner institucional padrão ou o display de mesa, de forma a dar notoriedade à instituição, conforme ANEXO “A”.

b) Observar os procedimentos para a confecção de Release pela Brigada Militar e orientações quanto ao uso de fotos, conforme ANEXO “B”.

8) Vídeo Institucional

O material audiovisual produzido a partir da utilização de recursos tecnológicos e digitais, por iniciativa da Comunicação Social da Brigada Militar, com o objetivo específico de dar conhecimento à sociedade de atividades de interesse da Corporação.

a) O vídeo institucional existe somente um para toda a Corporação, tendo em vista que a instituição é única. Os demais vídeos produzidos pelas Unidades deverão possuir outras nomenclaturas, tais como “Vídeo do XXº BPM”, “Vídeo em homenagem aos 50 anos do XXº BPM”, entre outros.

b) Todo vídeo produzido pelas unidades deve ser precedido de autorização expressa do respectivo Comando Regional, COE, CABM, CRBM, com base no projeto apresentado pelo setor responsável pela produção do vídeo.

c) O Comando Regional, COE, CABM, CRBM deverá interagir com o EMBM, no sentido de esgotar todos os ajustes que se fizerem necessários a fim de se atingir o fortalecimento da imagem institucional.

9) Símbolos e materiais de divulgação da imagem institucional

O material produzido com o objetivo específico de difundir a imagem institucional à sociedade, de atividades de interesse da Corporação, a partir da utilização de recursos materiais, tecnológicos e digitais, por iniciativa dos OPM, utilizando para tal o logotipo ou o brasão da BM, bonecos institucionais, folders e cartazes de divulgação, entre outros recursos que levem a público a imagem corporativa.

a) Todo material institucional deverá ser encaminhado ao Comando Regional, COE, CABM, CRBM, para avaliação, e com cópia ao EMBM/PM5.

b) É expressamente proibida a criação e divulgação de símbolos institucionais não-oficiais.

c) São considerados institucionais (oficiais) os materiais/símbolos constantes no Decreto Estadual 54.256, que instituiu a Identidade Visual da Brigada Militar do Estado, bem como aqueles que sofrerem o processo de análise e autorização (certificação) pelo Comando da Corporação.

4. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. Fica VEDADA a criação, manutenção e existência de sites paralelos ao Site oficial da Brigada Militar, devendo as páginas já existentes ser removidas ou excluídas e seus usuários orientados e direcionados ao Site da BM.

b. São VEDADAS quaisquer publicações e compartilhamentos nos espaços institucionais da Comunicação Social da BM, dos Comandos Regionais e grandes Comandos de notícias que foram publicadas em veículos de comunicação.

c. O acompanhamento da mídia em operações previamente agendadas deverá ser precedido de autorização do Comando Regional, COE, CABM, CRBM respectivo.

d. Está VEDADO o transporte de profissionais da imprensa em viaturas policiais quando no acompanhamento de ocorrências/ações policiais.

e. A mídia, em geral, deve ser encarada como instrumento formador de opinião pública. Em hipótese alguma pode a mídia interferir em ação policial militar, cujo procedimento específico é peculiar apenas da atividade policial.

f. Em situações extraordinárias, o comandante da Operação deverá atentar para a presença da imprensa no local conflagrado, adotando todas as medidas necessárias de segurança, de modo a evitar riscos a estes sem haver o cerceamento do direito de cobertura.

g. O estabelecimento de perímetros em ocorrências de vulto seguirá as normas específicas da Corporação, devendo o oficial comandante/responsável pela ação eleger um oficial de ligação para contatar com a imprensa, visando o fornecimento de dados do evento e o perfeito trabalho informativo dos órgãos midiáticos presentes no local.

h. É vedada a ação de jornalistas junto às partes envolvidas em ocorrência policial, que se caracterizem em procedimentos ou comentários que exponham a privacidade dos envolvidos no fato, enquanto estes estiverem sob a custódia de policiais militares. O descumprimento de tais orientações poderá ocasionar o acionamento do Estado e da Instituição, bem como do servidor responsável pela custódia, no âmbito do direito civil.

i. Por se tratar de assunto ligado à imagem da Instituição, o Comando-geral definirá estratégias para a escolha de nomes para as operações policiais, devendo sempre existir um significado justificável dentro das deliberações, a fim de evitar desgastes institucionais.

j. A manipulação de assunto polêmico ou de complexidade superior à mera narrativa de fatos deve ser encaminhada via canal de comando, a fim de adotar as medidas informativas pertinentes ou redirecionar o profissional de imprensa para o canal competente.

k. Os Comandantes, Chefes e Diretores deverão buscar o fortalecimento da imagem da Corporação, estabelecendo medidas de aproximação/relacionamento com os veículos de comunicação de sua respectiva área de responsabilidade territorial.

l. Os Comandantes, Chefes, Diretores, Corregedor-geral e Ajudante-geral fiscalizarão os procedimentos contrários à presente NI praticados por Policial Militar

subordinado, devendo adotar as medidas de apuração e responsabilização cabíveis, segundo legislação da Corporação.

m. Os Comandos Regionais, COE, CABM, CRBM deverão planejar o estabelecimento de medidas de implantação de setores de Comunicação Social/PM5 em seus Comandos, com uma estrutura logística e de pessoal que permita atender as demandas da área de comunicação social conforme prescreve a Diretriz Geral de Comunicação Social, as quais têm por escopo principal o fortalecimento da marca “BRIGADA MILITAR”.

n. A presente NI revoga a NI ADM Nº 18.2 e NI TEC 09.

ANEXO A – BANNER INSTITUCIONAL PADRÃO E DISPLAY DE MESA

ANEXO B – PROCEDIMENTOS PARA CONFECÇÃO DE RELEASE

ANEXO C – REDES SOCIAIS

JÚLIO CÉSAR ROCHA LOPES - Cel QOEM

Chefe do EMBM da Brigada Militar

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
BRIGADA MILITAR**

PORTO ALEGRE, RS

Em 01 NOV 2018

ANEXO “A” À NOTA DE INSTRUÇÃO Nº 1.38

BANNER INSTITUCIONAL PADRÃO

1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Banner produzido em lona vinílica, gramatura 380 mm, acabamento em túnel com bastão e ponteira de PVC, acrescido de corda de seda para sustentação.

Tamanho – 120 cm de largura por 81 cm de altura, com quadros de 30cm de largura por 27cm de altura.

2. MODELO ILUSTRATIVO DE BANNER (SEM PEDESTAL)



DISPLAY INSTITUCIONAL PADRÃO

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Display produzido em placa de PVC 2mm ou placa de aço galvanizado 1mm, dobrada em forma de porta-retrato, coberta com adesivo vinílico, impressão digital fosca.

Tamanho A2 : 42cm x 59,4 cm

Observação: o Comando Regional ou unidade que desejar produzir seu display, poderá solicitar à PM5 o envio do arquivo com a arte fechada e pronta para impressão, conforme as especificações acima. Juntamente com o arquivo final, a PM5 enviará especificações de cores que irão orientar a impressão, devendo a unidade solicitar prova de cor antes de finalizar a impressão.

4. MODELO ILUSTRATIVO DE DISPLAY (SEM PEDESTAL)



CHARQUEADAS

JÚLIO CÉSAR ROCHA LOPES - Cel QOEM

Chefe do EMBM da Brigada Militar

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
BRIGADA MILITAR**

PORTO ALEGRE, RS

Em 01 NOV 2018

ANEXO “B” À NOTA DE INSTRUÇÃO Nº 1.38 PROCEDIMENTOS PARA A
CONFECCÃO DE RELEASE

1. GENERALIDADES

O presente ANEXO DE PROCEDIMENTOS PARA A CONFECCÃO DE RELEASE PELO BRIGADA MILITAR foi desenvolvido com base nos manuais de redação dos grandes jornais e revistas brasileiros. Além disso, serviram como fontes para as dicas ortográficas várias gramáticas, dicionários, etc.

Objetiva dar identidade à Instituição, orientar quem trabalha na área de Comunicação Social e agilizar a circulação da informação. Busca normatizar a linguagem e padrões adotados em nossos comunicados para a mídia, além de garantir estilo e linha editorial para nossas publicações na intranet, internet e redes sociais, bem como tem por escopo sistematizar

e organizar institucionalmente os anseios e necessidades dos policiais militares que trabalham na área de Comunicação Social.

Deve ser utilizado sempre que surgirem dúvidas e para que nossas publicações prezem pela qualidade, mantendo o padrão de excelência da Brigada Militar.

2. PROCEDIMENTOS PARA A CONFECÇÃO DE RELEASE

Notícia é qualquer fato, ideia ou opinião oportuna, que interessa ou afeta um grande número de pessoas em uma comunidade, e é capaz de ser por ela entendida.

a. Tem que existir o interesse jornalístico. É importante divulgarmos fatos positivos para a Corporação.

b. É muito importante usar o critério de oportunidade, já que a notícia é um produto altamente perecível. Aconteceu o fato, deve ser enviado imediatamente, amanhã a notícia já é velha.

3. RELEASE

a. Consiste em um texto que tem como função promover algum acontecimento de uma organização, como uma ocorrência, inauguração, prêmio conquistado, divulgação de um novo serviço, etc.

b. O texto deve ser escrito cumprindo algumas normas, com o objetivo de ver a sua publicação em algum meio de comunicação. Desta forma, a visibilidade da instituição em questão aumenta. Quando o jornalista lê o comunicado de imprensa, ele deve determinar se realmente é notícia ou não.

c. Caracteriza-se por não ser muito extenso e por ser enviado, simultaneamente, a todos os veículos cuja linguagem editorial comporte a abordagem do tema que se refere.

d. Valor e a informação: notícias para a imprensa, quando são banais e fúteis, só servem para descrédito da instituição.

4. PRODUÇÃO DE RELEASE

a. Responder no primeiro parágrafo as seguintes perguntas: Quando? Onde? O que? Quem? Como? Por quê? No restante do texto é importante aprofundar o Como? Por quê?

- b. O título não fica entre aspas, nem sublinhado, nem em negrito e nem todo em caixa alta (maiúsculas).
- c. O título não deve ser longo, sendo ideal possuir cinco palavras ou até 60 caracteres.
- d. Não há ponto final em títulos, legendas e créditos.
- e. Evite textos muito longos.
- f. Evite adjetivos desnecessários.
- g. O texto deve iniciar com o indicativo da instituição e do OPM executor da ação, data, horário, local, a ação e após o relato do ocorrido, conforme exemplo a seguir: “No domingo (12/12), em Porto Alegre, policiais militares do 19º Batalhão de Polícia Militar prenderam dois homens por tráfico de drogas na vila Maria da Conceição[...]”;
- h. Não iniciar as frases com: Informo-lhe que..., Nesta data..., Que...;
- i. Colocar o dia da semana do ocorrido, em minúsculo e entre parênteses, a data do mês, sem utilizar o zero na frente do numeral. Ex: Na quarta-feira (17/1);
- j. Nunca iniciar a frase com: Ontem... Hoje... Amanhã...;
- k. Caso seja preciso dar uma diferenciada no texto, este pode ser colocado em termos como: [...] na noite de quarta-feira (10/6), ou [...] na madrugada de domingo (31/5).
Obs.: utilizando-se dessas expressões, o horário não é necessário.
- l. Ao referir-se ao horário, utilizar a seguinte forma: às 21h (o “a” com crase e o h de hora sem “s” no final).
- m. Hora cheia não deve vir acompanhada dos dois zeros, basta 21h.
- n. No tocante à hora com minutos, grafa-se da seguinte maneira: às 21h30 (sem “m” no final, pois “m” é abreviatura de metro e não de minuto).
- o. É vedado o uso de datas nos seguintes formatos: 21h30min; 21:30; 122130 jun. 09 (data-hora); (21h30) entre parênteses.
- p. Se o horário está claramente definido, não se deve utilizar expressões tais como: por volta de 21h45; aproximadamente 23h56.
- q. Situar o ocorrido colocando principalmente a cidade do fato.
- r. Se for acrescentar rua, avenida e bairro, essas palavras serão escritas em caixa baixa e o nome do lugar em caixa alta. Ex: rua dos Andradas; centro de Porto Alegre; av. Aparício Borges; bairro Partenon.
- s. Não se deve colocar o numeral do local onde ocorreu o fato, buscando a preservação de vítimas.

t. Evite usar siglas. Caso for necessário, utilize primeiro o nome por extenso e a sigla após, entre parênteses. Ex: 1º Batalhão de Polícia Militar (1º BPM), Pelotão de Operações Especiais (POE) e GU (Guarnição). Obs.: ao longo do texto, se foi colocado o nome por extenso, na primeira vez, pode ser utilizada a sigla, nas demais vezes.

u. Siglas que se consegue pronunciar ou formem palavra escrevem-se com somente a primeira letra em caixa alta: Proerd e não PROERD.

v. Quando exigir leitura letra a letra, todas em maiúscula (BPM, GPMA). Quando tiverem apenas duas ou três letras, independentemente de formarem ou não palavra, também todas maiúsculas.

w. Não identificar número de viatura e nome de policiais militares no release, para a segurança do nosso efetivo. Utilizar os seguintes exemplos: uma guarnição do ..., policiais militares do., o efetivo do...

x. Utilizar a expressão: uma guarnição do[...]; e nunca a guarnição do [...]

y. Identificar de onde é a guarnição. Ex: uma guarnição do 25º BPM.

z. Uma guarnição é uma expressão do gênero feminino e deve ter as respectivas concordâncias. Ex: uma guarnição foi deslocado (ERRADO); uma guarnição foi deslocada (CORRETO).

aa. Não usar a sigla GU.

bb. Toda vez que o nome Brigada Militar for substituído pela palavra Corporação ou Instituição, esta deverá trazer a primeira letra em caixa alta (Corporação e Instituição). O mesmo para Unidade ou Comando, etc.

cc. Os cargos das autoridades militares e civis deverão sempre vir em caixa baixa quando acompanhados dos nomes de seus titulares. Se desacompanhados dos nomes, em caixa alta. Sempre primeiro o cargo e após nome; Ex: comandante-geral, coronel Alfeu Freitas Moreira; governador José Ivo Sartori; prefeito José Fortunati.

dd. Não colocar nomes próprios todo em caixa alta, somente a primeira letra de cada nome.

ee. Os números até dez devem ser escritos por extenso: um, dois, três, quatro, etc. Não utilizar numeral em maiúsculo, como... Sete pedras de crack... Daí pra frente, use os numerais: 11, 12, 13... Exceto para dezenas e centenas fechadas: vinte, trinta, cem, duzentos, etc.

ff. Evite utilizar texto ou palavras e nomes em caixa alta, sublinhados ou em negrito.

gg. Para indicar siglas no plural use somente o “s”, e não o “s” (com apóstrofo). Ex: CNHs e não CNH’s, DVDs e não DVD’s, OPMs e não OPM’s. Obs.: por tratar-se de texto para público externo, evita-se o uso de siglas específicas.

hh. Nome de pessoas presas ou envolvidas na ocorrência, não devem ser divulgadas por extenso e sim, apenas por iniciais, seguidas de ponto, sem intervalo entre elas. EX: S.G.B.C. e V.H.J.. Se o nome está no texto, não há necessidade de colocar a expressão indivíduo, antes do nome. Ex:...o indivíduo C.R.O.M. Também não se utiliza o pronome de tratamento Sr., e nem outro, mesmo para autoridades.

ii. Nunca devem ser usadas expressões como: elementos, suspeitos, acusados, delinquentes... Para substituir o nome, podem ser usados: preso, indivíduo, homem, mulher, dupla, quadrilha de assaltantes, foragido.

jj. Não usar nomes e nem abreviaturas de nomes de menores de idade. Utilize a expressão: um adolescente ou um menor de 16 anos e uma criança de 11 anos.

kk. Evite “de menor”. O correto é menor de idade.

ll. Não utilizar letras maiúsculas e nem aspas para escrever drogas. O certo é pedras de crack... maconha... cocaína... Nunca: Pedras de Crack, ou “Crack”.

mm. Estado do Rio Grande do Sul. Sempre que referir-se à Federação, com a primeira letra em caixa alta, sozinho ou acompanhado.

nn. Nomes de meses com minúscula: março, abril, etc.

oo. Lei que tiver nome, a primeira letra em caixa alta. Ex: Lei do Tóxico.

pp. Medidas só são abreviadas em tabelas. Noutros casos escreva-as por extenso: 34 graus à sombra, faltam 12 quilômetros, cinco litros, dez metros, 20 quilos, 200 gramas, etc.

qq. Ao descrever o armamento a palavra calibre deve ser usada por extenso e não abreviada cal., assim como o armamento: revólver e não rev. E sem caixa alta. Ainda referente ao armamento, não divulgar o número.

rr. Evitar expressões do dia a dia policial militar como: ...deslocou até o local..., ...em atitude suspeita..., ...foram presos os suspeitos..., etc.

5. FORMA DE ENVIO DE RELEASE

1. O meio mais rápido e prático de envio de release atualmente é via aplicativo *WhatsApp* e *e-mail*. Além de ter a vantagem de enviar para todas as mídias cadastradas no mesmo tempo, utiliza-se o princípio da equanimidade, muito importante, pois deve-se tratar todos os veículos de forma igual, pequenos e grandes; jornal, televisão, rádio e web.

2. Caracteriza-se por ser um texto curto, em formato de notícia que ocupa, em geral, uma lauda (página). Deve ter título atrativo.

3. Deve ser escrito com linguagem jornalística, ou seja, em ordem de importância (pirâmide invertida) e não pela cronologia dos fatos.
4. Jornalista não abre anexo, por falta de tempo. Sempre envie o release colado no texto do *WhatsApp* ou na caixa principal do e-mail, aberto, sem a necessidade de anexos.
5. No final do conteúdo é importante divulgar o nome, função, telefone celular para os repórteres fazerem contato com quem fala sobre determinado assunto.
6. As rádios e os jornais da Capital também possuem interesse em divulgar ações e prisões do interior do Estado. Mantenha sua lista de contatos sempre atualizada e utilize a PM5 também como canal para atingir um número maior de profissionais e mídias.
7. Caso tenha que ser enviado um release anexo, não utilizar brasões, símbolos, fotos de Unidades e gifs no documento, pois o documento fica muito pesado para o envio.
8. Somente o EMBM/PM5 têm a autorização de enviar texto para a Comunicação Social da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Comunicação do Governo do Estado.
9. Evitar repassar para mídia as ocorrências de roubo, furto, sequestro, as que envolve mortes, entre outros, de seu município, onde não teve a atuação da Brigada Militar, ou que não resultou em prisão. Só divulgue matérias positivas.

6. ORIENTAÇÕES QUANTO AO USO DE FOTOS

1. A foto é um ótimo recurso jornalístico e, sempre que possível, deve ir acompanhando o release.
2. De preferência encaminhar até seis fotos por matéria, usando o critério jornalístico. As fotos enviadas devem contar a história do fato ou evento ocorrido.
3. Fotos sempre com alta resolução para poderem ser aproveitadas na imprensa no formato virtual ou impresso com tamanho de 3.000 pixels em seu lado maior (largura ou altura) e 300 pixels/polegada de resolução para ter uma impressão de qualidade.
4. Nunca envie fotos coladas no Word, pois o arquivo perde a qualidade e não pode ser aproveitadas. O envio é somente anexá-las ao e-mail.
5. Não fotografar o rosto das pessoas envolvidas na ocorrência. Em barreiras, utilizar um ângulo que não identifique as pessoas e as placas dos veículos abordados. Crianças nunca devem ser identificadas nas fotos de ocorrências. Sua imagem poderá ser utilizada com a autorização dos pais e sempre em um contexto positivo.

6. Não é necessária autorização para uso de imagem de servidores públicos no exercício da função.

7. Evite fotos em eventos onde haja bebidas alcoólicas nas mesas, pessoas comendo, mesas desorganizadas, etc.

8. Toda foto deve ter o crédito do autor conforme a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Ex: Foto: Sd Carlos/23 BPM/Brigada Militar. O crédito, quando em publicações (informativos, revistas, etc.) deve estar em posicionamento e tamanho que não interfira na imagem.

9. Toda foto deve conter legenda como segue: Cidade, Estado, País, Data, Descrição do conteúdo da imagem, Autor da foto.

JÚLIO CÉSAR ROCHA LOPES - Cel QOEM

Chefe do EMBM da Brigada Militar

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
BRIGADA MILITAR**

PORTO ALEGRE, RS

Em 01 NOV 2018

ANEXO “C” À NOTA DE INSTRUÇÃO Nº 1.38 REDES SOCIAIS

1. Especificações Técnicas Gerais

a. As redes sociais fazem parte das mídias sociais, que é a produção de conteúdo de forma não centralizada, onde não há o controle editorial de grandes grupos. A chamada produção de muitos para muitos. Elas têm transformado a forma de comunicar das pessoas, tamanha a capacidade do seu alcance mundial, influenciando opiniões, mobilizando e criando grupos e trazendo informações em questão de segundos.

b. Representam, atualmente, alguns dos espaços onde as instituições públicas atuam cada vez mais e de forma mais intensa. Além de possibilitar inúmeros formatos de conteúdo, como vídeos, imagens, gifs, enquetes e textos, as redes são hoje uma extensão da nossa sociedade. São nesses canais que o cidadão fala, critica, sugere e procura o poder público diariamente. E ele deve, principalmente, ser ouvido.

c. Por meio de plataformas digitais a Brigada Militar atua ativamente nas redes sociais. A instituição estimula a interação com a sociedade por meio das redes sociais. A

aproximação fortalece a relação com a comunidade, que passou a acompanhar e admirar o trabalho da BM, que muitas vezes passava despercebido por não ser vinculado na mídia. Essa preocupação demonstra o quanto a instituição está articulada, o que favorece a construção da imagem dentro dessas redes.

d. Tendo em vista o estabelecimento de uma identidade visual uniforme, representativa e coerente com os valores da Brigada Militar junto à sociedade gaúcha, todos os perfis de Comandos Regionais e demais Unidades da BM devem possuir o brasão da corporação e texto com referência direta a instituição. Exemplo: Comando Rodoviário da Brigada Militar, Comando Ambiental da Brigada Militar, entre outros.

2. Facebook

a. A Fanpage oficial da instituição no Facebook é utilizada para comunicação institucional e publicação de notícias que favorecem a imagem da Brigada Militar.

b. Somente deverá ser publicado conteúdo que a Unidade/Administrador da página tenha pleno domínio.

c. Priorize imagens. O Facebook tende a circular um post com imagem de forma mais abrangente que só texto ou texto e link.

d. Evite o excesso de informações em cards ilustrativos. Textos mais explicativos devem ir no post. No card/arte, deixe apenas informações essenciais.

e. O foco deve ser sempre na prestação de serviço e na divulgação de ações do órgão. Evite personificar as ações.

f. Só delete um post em último caso, como quando há erros no card ou de informações observada apenas após a publicação. Na maioria das vezes, deletar um post “polêmico” pode ser mais agravante do que contornar interagindo direto com o usuário.

g. Apenas oculte ou delete comentários quando houver palavrões ou incitação à violência, preconceito, discriminação, etc.

h. Compartilhe notícias e informações preferencialmente de fontes oficiais e sites do governo. É VEDADO o compartilhamento de links e notícias tradicionais, bem como manifestações pessoais em perfis de uso da BM e de seus Comandos.

i. Se for usar imagem de outra página, compartilhe. É parte das boas maneiras em redes compartilhar, e não copiar e colar uma imagem que não seja de sua autoria.

j. Evite usar “hoje”, “amanhã” ou “ontem”. Prefira “nesta segunda ou terça-feira”, etc. E esteja atento às mensagens inbox.

2.1. Definições Técnicas relativas ao Facebook

a. Alcance das publicações: É uma métrica do Facebook que representa o número de pessoas para as quais cada uma de suas publicações foi exibida. O Facebook permite que você veja a média do alcance das publicações ou o alcance de cada publicação de forma separada.

b. Alcance Orgânico: Representa o número de pessoas que foram atingidas pela publicação ou pela página de forma orgânica no Facebook sem o envolvimento de mídia paga. Esse número tende a ser cada vez menor visto que o Facebook vem incentivando cada vez mais a mídia paga.

c. Alcance total: Esta métrica do Facebook mostra o número de pessoas que receberam alguma atividade da página, incluindo publicações, publicações de outras pessoas na sua página, anúncios para curtir página, menções e check-ins.

d. Algoritmo: É um conjunto de fórmulas utilizadas para filtrar os conteúdos que aparecem no seu Feed de Notícias ou busca do Google com bases em variáveis de perfil e interesse.

e. Analytics: Ferramenta gratuita do Google que monitora o tráfego no seu site. A partir da ferramenta, é possível identificar o conteúdo de origem do visitante, bem como o canal e outras informações muito valiosas para análise.

f. Avaliações: No Facebook, é possível avaliar as páginas. Essa avaliação contém, obrigatoriamente, uma nota que varia de 1 estrela a 5 estrelas. É possível também avaliar a página com um comentário. Essa funcionalidade permite que as pessoas que ainda não conhecem sua empresa vejam o que as pessoas que já conhecem comentam sobre ela.

3. Twitter

a. O Twitter tem sido empregado como ferramenta para manter os internautas informados das ações promovidas pela BM. Um dos pontos positivos de redes sociais como o Twitter é a urgência com que as informações são propagadas.

b. Ferramenta bastante utilizada pela imprensa, o Twitter é uma ótima forma de divulgar as notícias rapidamente com os links para as matérias.

c. Cada post tem número limitado de caracteres. Otimize o texto de forma adequada.

d. É possível publicar vídeos curtos e imagens.

e. A ferramenta supõe limitação de caracteres por uma razão: é importante ser sucinto no texto. Caso seja necessário uma sequência de tweets, tende usar sempre uma hashtag ao final dos textos para deixar claro o assunto sobre o qual está falando.

f. Utilize o encurtador de links (goo.gl, bit.ly, etc.) para diminuir o tamanho do texto/link.

g. No Twitter, o administrador do perfil institucional deve ser o mais sucinto possível e evitar emitir um grande volume de informações ao mesmo tempo. Por excesso de informações sem interesse, as pessoas podem deixar de seguir a Instituição.

4. Instagram

a. O Instagram é uma rede de imagens, por isso, seja breve na legenda.

b. Priorize imagens impactantes e curiosas, com ângulos diferenciados.

c. Use bastante hashtags. É comum entre os usuários buscar por um assunto específico clicando em hashtags. Dessa forma, sua imagem estará tagueada com determinado tema.

5. Youtube e Flickr (uso exclusivo da PM5)

a. Plataformas de imagem e vídeo, Youtube e Flickr são bastante utilizadas pela imprensa para busca de material em banco de dados.

b. É importante criar títulos e descrições para cada vídeo/foto.

c. Evite legendas padronizadas.

JÚLIO CÉSAR ROCHA LOPES - Cel QOEM

Chefe do EMBM da Brigada Militar

Fonte: Brigada Militar do Rio Grande do Sul (2018)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
 Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã



ATA /2020

Aos vinte e nove dias de março de 2021 (29/03/2021) às 16h, por videoconferência, realizou-se a Defesa de Dissertação de Paola Pilar Lara Brun, intitulada "A representação da Segurança Cidadã nos grupos comunitários de WhatsApp da Brigada Militar".

Estiveram presentes os seguintes membros da Banca Examinadora, presidida pelo Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos, orientador: Prof. Dr. Alex Niche Teixeira (UFRGS), Profa. Dra. Melissa de Mattos Pimenta (UFRGS), Profa. Dra. Rochele Fellini Fachinetto (UFRGS).

Após exposição do trabalho pela aluna, houve a manifestação dos componentes da Banca, cujas avaliações individuais foram as seguintes: Dr. Alex Niche Teixeira APROVADA; Dra. Melissa de Mattos Pimenta APROVADA; Dra. Rochele Fellini Fachinetto APROVADA

Após avaliação final, o trabalho foi considerado APROVADO.

Observações:

A BANCA SOLICITA A INCORPORAÇÃO DAS SUGESTÕES NA VERSÃO FINAL.

Porto Alegre, 29 de março de 2021.

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos
 (Orientador – UFRGS)

Prof. Dr. Alex Niche Teixeira
 (UFRGS)

Profa. Dra. Melissa de Mattos Pimenta
 (UFRGS)

Profa. Dra. Rochele Fellini Fachinetto
 (UFRGS)